



ACADEMIA MILITAR

Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie* nas Operações de Apoio à Paz: a GNR em Timor-Leste

Autor: Aspirante GNR-Inf Tiago Filipe Alves Fernandes

Orientador: Major GNR-Inf Jorge Manuel Lobato Barradas

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2014**



ACADEMIA MILITAR

Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie* nas Operações de Apoio à Paz: a GNR em Timor-Leste

Autor: Aspirante GNR-Inf Tiago Filipe Alves Fernandes

Orientador: Major GNR-Inf Jorge Manuel Lobato Barradas

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, agosto de 2014**

Dedicatória

A todos aqueles que ainda dão o devido valor à vida.

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foi, sem dúvida, importante a colaboração e disponibilidade de algumas pessoas. Muitas vezes, a correria de nossas vidas impede-nos de dar a devida atenção a quem perdeu um pouco do seu tempo connosco. Agradecer é uma das “atenções” que, frequentemente, ficam mergulhadas no esquecimento. Por isso mesmo, aproveito este, sempre curto, texto para agradecer a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, deram o seu contributo para este trabalho. Peço desde já desculpa se não referir alguém, sabendo que, por certo, não será falta de importância.

Ao meu Orientador, Major Jorge Barradas, pela dedicação e disponibilidade permanente no processo de investigação. Pelo seu vasto conhecimento na temática das forças tipo *gendarmarie* e das missões internacionais da GNR sem o qual a realização do o trabalho não seria possível.

A todos os Oficiais Comandantes de contingente do Subagrupamento Bravo que abdicaram do seu precioso tempo para me apoiarem neste estudo através das entrevistas, tornando esta investigação muito mais rica: Major Gonçalo Carvalho, Major Jorge Barradas, Major Marco Cruz, Capitão João Martinho, Capitão Paulo Cabrita, Capitão Marco Santos, Capitão Pedro Nogueira e Capitão Nuno Simões.

Aos 251 militares da GNR, Oficiais, Sargentos e Guardas, que contribuíram através da resposta ao questionário. Particularmente, ao Capitão Hélder Garção, pela especial disponibilidade e colaboração na cedência de documentos doutrinários.

À minha família, a quem devo tudo o que hoje sou, pelos longos tempos de ausência a que a distância me obrigou.

Ao XIX curso de Oficiais da GNR, pelos últimos cinco anos de vida, pela amizade e pelas experiências partilhadas que a memória se encarregará de nunca esquecer.

A estes e a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho de investigação, um profundo e sincero obrigado.

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é identificar as potencialidades e vulnerabilidades das forças tipo *gendarmerie* nas Operações de Apoio à Paz. Para a concretização desse objetivo aplica-se a teoria existente ao caso prático da GNR em Timor-Leste. Nesse seguimento estabeleceram-se questões derivadas, que surgiram da problemática aludida, para cada uma das quais se formulou uma hipótese.

A presente investigação tem início com uma parte teórica, de revisão da literatura. Esta enceta a temática das forças *gendarmerie*, as Operações de Apoio à Paz e o empenhamento da GNR no referido teatro.

Numa segunda fase efetua-se o trabalho de campo, centrado no estudo de caso de Timor-Leste. Na respetiva recolha de informação foram empregues instrumentos distintos, nomeadamente, entrevistas e questionários. A análise e discussão dos resultados, por sua vez, permite tecer as conclusões.

Finalmente são verificadas ou refutadas as hipóteses, respondendo a cada uma das questões derivadas. Cumprindo o objetivo principal da investigação, o último capítulo encerra com a resposta à questão central.

Assim, conclui-se que as forças tipo *gendarmerie* têm várias potencialidades nas Operações de Apoio à Paz. Contudo, o nosso estudo de caso revela fatores que não lhe são associados na teoria. Exemplo disso é a proximidade com a população timorense, como potencialidade, e as limitações ao nível de recursos humanos e logísticos, como vulnerabilidade.

Palavras-chave: Forças tipo *gendarmerie*. Operações de Apoio à Paz. GNR. Timor-Leste.

Abstract

The main objective of this paperwork is to identify the strengths and vulnerabilities of the gendarmerie type forces in Peace Support Operations. In order to achieve this aim, we applied the existing theory to GNR intervention in East-Timor case study. From the problems described some related questions emerged, for each one of which a hypothesis was formulated.

Initially this study lists the theoretical part as the literature review. It begins with the thematic of gendarmerie type forces, Peace Support Operations and the deployment of GNR in the referred theater.

Later, during the fieldwork, the focuses was on the East-Timor case study. The information gathering came from questionnaires and interviews. The results are discussed in order to be drawn conclusions.

At the end, each hypotheses are checked, answered each derived question. Once this process is done we can answer the central question, fulfilling the investigation main objective.

Thus, it is concluded that gendarmerie type forces have several potentialities in Peace Support Operations. However our case study showed some factors that are not associated whit it in theory. One example is the closeness with the Timorese population as a potentiality, and the human resources and logistics limitations, as a vulnerability.

Keywords: Gendarmerie type forces. Peace Support Operations. GNR. East-Timor.

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de figuras	ix
Índice de tabelas	xii
Lista de anexos.....	xiv
Lista de apêndices.....	xv
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos.....	xvi
Epígrafe	xix
CAPITULO I - Introdução	1
1.1 Introdução	1
1.2 Enquadramento	1
1.3 Escolha e justificação do tema	2
1.4 Objetivos e questões da investigação	3
1.5 Hipóteses	3
1.7 Metodologia	4
1.8 Enunciado e estrutura do trabalho.....	5

CAPITULO II - As forças tipo <i>gendarmerie</i>	7
2.1 Introdução	7
2.2 Definição e missão	7
2.3 Função e configuração em missões internacionais	9
2.4 Potencialidades e vulnerabilidades	10
2.5 Síntese	12
CAPITULO III - As Operações de Apoio à Paz	13
3.1 Introdução	13
3.2 Doutrina da Organização das Nações Unidas	14
3.3 <i>The integrated approach</i>	16
3.6 Síntese	17
CAPÍTULO IV - A GNR em Timor-Leste (2006-2012)	19
4.1 Introdução	19
4.2 Antecedentes	19
4.3 O acordo bilateral	21
4.4 A GNR na UNMIT	22
4.5 Síntese	24
CAPITULO V - Metodologia e procedimentos.....	25
5.1 Introdução ao trabalho de campo	25
5.2 Método de abordagem.....	25
5.3 Técnicas e meios utilizados.....	26
5.4 Procedimentos na recolha e análise de dados	27
5.4.1 Inquéritos por questionário	27
5.4.2 Inquéritos por entrevista.....	28

5.4.3 Amostragem: composição e justificação.....	28
CAPÍTULO VI - Apresentação, análise e discussão dos resultados	30
6.1 Introdução	30
6.2 Questionários.....	30
6.2.1 Apresentação análise e discussão dos resultados dos questionários.....	30
6.3 Entrevistas	37
6.3.1 Apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas.....	38
6.4 Discussão dos resultados dos questionários e das entrevistas	47
CAPÍTULO VII - Conclusões.....	51
6.1 Introdução	51
6.2 Resposta às questões derivadas e verificação das hipóteses	51
6.3 Resposta à questão central	54
Bibliografia.....	56
Glossário.....	G-1
Anexos.....	A-1
Apêndices.....	B-1

Índice de figuras

Figura 1 - Estrutura do trabalho.....	6
Figura 2 - Fórmula de cálculo da amostra	29
Figura 3 - Análise quantitativa das respostas à questão B1.....	32
Figura 4 - Análise quantitativa das respostas à questão B2.....	33
Figura 5 - Análise quantitativa das respostas à questão B3.....	33
Figura 6 - Análise quantitativa das respostas à questão C1.....	34
Figura 7 - Análise quantitativa das respostas à questão C2.....	35
Figura 8 - Análise quantitativa das respostas à questão C3.....	36
Figura 9 - Análise quantitativa das respostas à questão C4.....	36
Figura 10 - Comparação de resultados dos questionários e das entrevistas	50
Figura 11 - Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança	A-1
Figura 12 - Estrutura genérica de uma <i>Stability Police Unit</i>	A-2
Figura 13 - Contexto do <i>Security Gap</i>	A-3
Figura 14 - Quadro concetual do <i>Security Gap</i>	A-3
Figura 15 - Valor acrescentado da SPU.....	A-4
Figura 16 - Modelo FPU centralizado	A-6
Figura 17 - Modelo FPU regional	A-6
Figura 18 - Modelo FPU misto.....	A-7
Figura 19 - Forças da <i>Eurogendfor</i> com capacidade para atuar como LLN.....	A-8
Figura 20 - Aumento da complexidade das tarefas policiais.....	A-12

Figura 21 - Tarefas pós conflito das operações de paz.....	A-13
Figura 22 - Áreas comuns das operações de paz.....	A-14
Figura 23 - Evolução do efetivo ONU envolvido em OAP desde 1990.....	A-15
Figura 24 - Efetivo ONU envolvido em OAP em Junho de 2014.....	A-15
Figura 25 - Estrutura das missões integradas.....	A-16
Figura 26 - Localização geográfica de Timor-Leste.....	A-17
Figura 27 - Processo de preparação e planeamento das missões da ONU.....	A-18
Figura 28 - Estrutura do Subagrupamento Bravo.....	A-19
Figura 29 - Área de responsabilidade do Subagrupamento Bravo.....	A-20
Figura 30 - Estrutura do Subagrupamento Bravo com o reforço.....	A-22
Figura 31 - Proposta da estrutura de Comando do Subagrupamento Bravo.....	A-24
Figura 32 - Metodologia do trabalho.....	B-1
Figura 33 - Tipologia das operações da OTAN.....	B-3
Figura 34 - Antecedentes da UNMIT.....	B-4
Figura 35 - Cálculo do erro e do nível de confiança da amostra.....	B-25
Figura 36 - Caracterização da amostra segundo o género.....	B-26
Figura 37 - Caracterização da amostra segundo a idade.....	B-26
Figura 38 - Caracterização da amostra segundo o tempo de serviço.....	B-26
Figura 39 - Caracterização da amostra segundo as habilitações literárias.....	B-27
Figura 40 - Caracterização da amostra segundo o contingente.....	B-27
Figura 41 - Caracterização da amostra segundo o posto.....	B-28
Figura 42 - Caracterização da amostra segundo a função.....	B-28

Figura 43 - Análise de resultados das questões A1 e A2 B-35

Índice de tabelas

Tabela 1 - Análise quantitativa das respostas à questão A1	38
Tabela 2 - Análise quantitativa das respostas à questão A2	39
Tabela 3 - Análise quantitativa das respostas à questão B1	40
Tabela 4 - Análise quantitativa das respostas à questão B2	40
Tabela 5 - Análise quantitativa das respostas à questão B3	41
Tabela 6 - Análise quantitativa das respostas à questão B4	42
Tabela 7 - Análise quantitativa das respostas à questão B5	42
Tabela 8 - Análise quantitativa das respostas à questão C1	44
Tabela 9 - Análise quantitativa das respostas à questão C2	44
Tabela 10 - Análise quantitativa das respostas à questão C3	45
Tabela 11 - Análise quantitativa das respostas à questão C4	45
Tabela 12 - Análise quantitativa das respostas à questão C5	46
Tabela 13 - Análise quantitativa das respostas à questão D1	47
Tabela 14 - Comparação MSU, IPU e FPU	A-5
Tabela 15 - Potencialidades das forças tipo <i>gendarmerie</i>	A-9
Tabela 16 - Vulnerabilidades das forças tipo <i>gendarmerie</i>	A-10
Tabela 17 - Formação ministrada pela GNR à Polícia Nacional de Timor-Leste	A-21
Tabela 18 - Efetivo projetado em unidades constituídas para Timor-Leste	A-23
Tabela 19 - Relação de Comando das FPU	B-2
Tabela 20 - Relação dos contingentes	B-5
Tabela 21 - Caracterização dos entrevistados.....	B-18
Tabela 22 - Análise de conteúdo da questão A1	B-19

Tabela 23 - Análise de conteúdo da questão A2	B-20
Tabela 24 - Análise de conteúdo da questão B1	B-20
Tabela 25 - Análise de conteúdo da questão B2.....	B-21
Tabela 26 - Análise de conteúdo da questão B3.....	B-21
Tabela 27 - Análise de conteúdo da questão B4.....	B-22
Tabela 28 - Análise de conteúdo da questão B5.....	B-22
Tabela 29 - Análise de conteúdo da questão C1.....	B-22
Tabela 30 - Análise de conteúdo da questão C2.....	B-23
Tabela 31 - Análise de conteúdo da questão C3.....	B-23
Tabela 32 - Análise de conteúdo da questão C4.....	B-23
Tabela 33 - Análise de conteúdo da questão C5.....	B-24
Tabela 34 - Análise de conteúdo da questão D1	B-24
Tabela 35 - Frequência e percentagem dos resultados da questão B1	B-29
Tabela 36 - Frequência e percentagem dos resultados da questão B2	B-29
Tabela 37 - Frequência e percentagem dos resultados da questão B3	B-29
Tabela 38 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C1	B-30
Tabela 39 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C2	B-30
Tabela 40 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C3	B-31
Tabela 41 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C4	B-31
Tabela 42 - Matriz de codificação alfanumérica das entrevistas	B-32

Lista de anexos

- Anexo A Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança
- Anexo B Estrutura genérica da *Stability Police Unit*
- Anexo C Contexto e quadro concetual do *Security Gap*
- Anexo D Valor acrescentado da SPU
- Anexo E Comparação MSU, IPU e FPU
- Anexo F Modelos da FPU
- Anexo G Forças da Eurogendfor com capacidade para atuar como *Logistic Lead Nation*
- Anexo H Potencialidades e vulnerabilidades das forças tipo *gendarmerie*
- Anexo I Aumento da complexidade das tarefas policiais
- Anexo J Tarefas pós conflito das operações de paz
- Anexo K Áreas comuns das operações de paz
- Anexo L Efetivo ONU envolvido em OAP
- Anexo M Estrutura das missões integradas
- Anexo N Localização geográfica de Timor-Leste
- Anexo O Processo de preparação e planeamento das missões da ONU
- Anexo P Estrutura do Subagrupamento Bravo
- Anexo Q Área de responsabilidade do Subagrupamento Bravo
- Anexo R Formação ministrada pela GNR à Polícia Nacional de Timor-Leste
- Anexo S Estrutura do Subagrupamento Bravo com o reforço
- Anexo T Efetivo projetado em unidades constituídas para Timor-Leste
- Anexo U Proposta de redimensionamento da estrutura de apoio ao Comandante

Lista de apêndices

Apêndice A	Metodologia do Trabalho
Apêndice B	Relação de Comando das FPU
Apêndice C	Tipologia das operações OTAN
Apêndice D	Antecedentes da UNMIT
Apêndice E	Relação dos Contingentes
Apêndice F	Inquérito por questionário
Apêndice G	<i>Email</i> de apresentação
Apêndice H	Guião de entrevista
Apêndice I	Amostragem das entrevistas
Apêndice J	Análise de conteúdo das respostas às entrevistas
Apêndice K	Cálculo do erro e do nível de confiança da amostra
Apêndice L	Caracterização da amostra dos questionários
Apêndice M	Resultados dos questionários frequência e percentagem
Apêndice N	Codificação alfanumérica das entrevistas
Apêndice O	Esquema representativo dos resultados das questões A1 e A2

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

APA	American P sychological A ssociation
APODETI	Associação P opular D emocrática T imorense
Art.º	A rtigo
AM	Academia M ilitar
C2	C omando e C ontrolo
CIVPOL	C ivilian P olice
CNU	C arta das N ações U nidas
CRP	C onstituição da R epública P ortuguesa
CSONU	C onselho de S egurança da O rganização das N ações U nidas
DPA	D epartment of P olitical A ffairs
DPKO	D epartment of P eace K eeping O perations
EBAO	E ffects B ased A pproach to O perations
EG	E scola da G uarda
EGF	E urogend f or
EIEE	E quipa de I nativação de E ngenhos E xplosivos
EM	E stados M embro
Et al	E outros
EUA	E stados U nidos da A mérica
F-FDTL	F alintil- F orças de D efesa de T imor- L este
FFAA	F orças A rmadas
FFS	F orças de S egurança
FIEP	Associação de forças de polícia da Europa e Mediterrâneo com estatuto militar
PKF	P eace k eeping F orce
FPU	F ormed P olice U nit
FRETILIN	F rente R evolucionária de T imor- L este I ndependente
GNR	G uarda N acional R epublicana
H	H ipótese
INEM	I nstituto N acional de E mergência M édica
IPO	I ndividual P olice O fficer
IPU	I ntegrated P olice U nit
ISF	I nternational S tabilization F orce

INTERFET	I nternational F orce in E ast T imor
LLN	L ogistic L ead N ation
MAI	M inistério da A dministração I nterna
MDN	M inistério da D efesa N acional
MOP	M anutenção de O rdem P ública
MOU	M emorando de E ntendimento
MSU	M ultinational S pecialized U nit
NEP	N orma de E xecução P ermanente
n.º	N úmero
OAP	O peração de A poio à P az
OI	O rganização I nternacional
ONG	O rganização N ão G overnamental
ONU	O rganização das N ações U nidas
OTAN	O rganização do T ratado A tlântico N orte
P.	P ágina
PALOP	P aíses A fricanos de L íngua O ficial P ortuguesa
PNTL	P olícia N acional de T imor- L este
PORFPU	P ortuguese F ormed P olice U nit
Q.D.	Q uestão D erivada
PRDTL	P residente da R epública D emocrática de T imor- L este
RCFTIA	R elatório C ientífico F inal do T rabalho de I nvestigação A plicada
RDTL	R epública D emocrática de T imor- L este
RGSGNR	R egulamento G eral do S erviço da G NR
ROE	R ules of E ngagement
RRU	R apid R esponse U nit
SGONU	S ecretário G eral da O rganização das N ações U nidas
SOE	S ecção de O perações E speciais
SPU	S tability P olice U nit
TIA	T rabalho de I nvestigação A plicada
TL	T imor- L este
TO	T eatro de O perações
UDT	U nião D emocrática T imorense
UE	U nião E uropeia
UI	U nidade de I ntervenção
UNAMET	U nited N ations A ssistance M ission in E ast T imor
UNMISSET	U nited N ations M ission of S upport in E ast T imor
UNMIT	U nited N ations I ntegrated M ission I n T imor

UNOTIL	United Nations O ffice in T imor L este
UNPOL	United Nations P olice
UNTAET	United Nations T ransitional A dministration In E ast T imor
URSS	União das R epúblicas S ocialistas S oviéticas

Epígrafe

“Sucesso é ir de fracasso em fracasso sem perder o entusiasmo.”

Winston Churchill

CAPITULO I

Introdução

1.1 Introdução

O presente Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) insere-se na estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar (AM) com o propósito de obter o grau de Mestre no curso de Ciências Militares na Especialidade de Segurança.

Considerando o RCFTIA como o culminar da formação dos futuros Oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR), iniciada na AM e terminada na Escola da Guarda (EG), procurou-se escolher um tema com alguma utilidade para a instituição. Para o efeito elaborou-se um relatório científico individual, no qual se apresentam conclusões simples, utilizando os conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos cinco anos.

O presente trabalho, intitulado “Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmarie* nas Operações de Apoio à Paz: a GNR em Timor-Leste”, tem como objetivo identificar as características da força da GNR – uma força *gendarmarie* – enquanto potencialidades/vulnerabilidades nas Operações de Apoio à Paz (OAP), concretamente em Timor-Leste (TL) (2006-2012).

O trabalho inicia-se com a introdução, na qual se enquadra e justifica a escolha do tema. Posteriormente são exploradas as questões de investigação, os objetivos, as hipóteses, a metodologia e é definido o modelo de investigação utilizado. Finalizando, será apresentada a estrutura global do trabalho e os pontos focados em cada um dos capítulos seguintes.

1.2 Enquadramento

Pela sua especificidade e natureza, as forças tipo *gendarmarie* - forças de segurança com tarefas de polícia e características militares (Weger, 2009) - têm a vantagem de combinar os dois tipos: como militar são facilmente projetáveis e estão bem equipadas; e como polícia são treinadas para trabalhar com a sociedade garantido funções de segurança

(Weiss, 2011). Acontece que estas características tornam as *gendarmeries* especialmente apropriadas para lidar com os desafios emergentes, fruto da crescente preocupação com os problemas internacionais providos de natureza particularmente perigosa, com origem em organizações complexas de carácter transnacional (Alves, 2010). Estes fatores conduziram à necessidade de dispor de corpos policiais mais robustos, com procedimentos e meios militares e uma função residual de defesa (*idem*).

De entre esses desafios destaca-se a participação destas forças nas OAP. São diversas as perspetivas neste tipo de missões, de acordo com as diferentes Organizações Internacionais (OI), sendo que é no contexto da Organização das Nações Unidas (ONU) que se enquadra a missão da GNR em Timor-Leste.

1.3 Escolha e justificação do tema

De acordo com Lakatos e Marconi (1999), escolher o tema significa selecionar um assunto, considerando as inclinações, as possibilidades, as aptidões e as tendências de quem se propõe elaborar um trabalho científico.

Atualmente, o trabalho das instituições de polícia está nas mãos da sociedade, que é caracterizada por uma complexidade cada vez maior, colocando as Forças de Segurança (FFS) com o desafio permanente da sua adaptação (Araya, Opazo. e Ramírez, 2011). Ademais, Hovens (2011) refere que mais investigação sobre o objeto das *gendarmeries* parece ser uma necessidade óbvia. Com esse objetivo pretende-se observar as possíveis vantagens e desvantagens deste tipo de organizações. O mesmo autor acrescenta ainda que a comparação das qualidades entre as forças *gendarmerie* e outro tipo de FFS, assim como a investigação das diferentes relações com organizações civis e militares pode providenciar resultados interessantes. Sente-se a falta de uma pesquisa empírica sobre a eficácia destas forças em missões de polícia (*idem*). Nesse seguimento, com o desenvolvimento do estudo, pretende-se verificar se as potencialidades e vulnerabilidades identificadas neste tipo de forças na teoria, são efetivamente as mesmas que na realidade operacional da GNR em Timor se destacaram.

Acompanhado da importância deste estudo para a Guarda, este campo é também aliciante na perspetiva do autor, que partilha interesse pela temática das missões internacionais, das quais a GNR tem feito parte integrante nos últimos anos.

1.4 Objetivos e questões da investigação

Os objetivos de um trabalho constituem o que se pretende estudar, ou seja, são a meta e o fim (Gil, 1999). Segundo o autor existem dois tipos de objetivos: gerais, que refletem a essência do problema e vão de encontro ao título; e específicos, vários objetivos de menor escala, que contribuem para se atingir o objetivo geral.

Com o intuito de alcançar o objetivo geral a que nos propomos: "Identificar as características das forças tipo *gendarmerie* enquanto potencialidades/vulnerabilidades nas Operações de Apoio à Paz – Estudo de caso da GNR em Timor-Leste (2006-2012)", formulou-se a seguinte questão central: **"Quais as potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmerie* nas Operações de Apoio à Paz?"**.

Considerando o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar as valências comuns às forças do tipo *gendarmerie*; definir o conceito de Operações de Apoio à Paz; analisar a força da GNR enquanto força do tipo *gendarmerie*; enquadrar o caso de Timor-Leste (2006-2012) no conceito de Operações de Apoio à Paz; determinar as missões realizadas pela GNR em Timor-Leste (2006-2012); e identificar os fatores que distinguiram a GNR neste cenário. Perante os objetivos específicos delineados surgiram as subsequentes Questões Derivadas (Q.D.):

Q.D.1: Quais as potencialidades comuns das forças do tipo *gendarmerie*?

Q.D.2: O que se entende por Operações de Apoio à Paz?

Q.D.3: Quais as características da GNR que a marcam enquanto força tipo *gendarmerie*?

Q.D.4: Qual o enquadramento de Timor-Leste (2006-2012) na tipologia das Operações de Apoio à Paz?

Q.D.5: Quais as missões realizadas pela GNR em Timor-Leste (2006-2012)?

Q.D.6: Que fatores distinguiram a GNR no Teatro de Operações (TO) em Timor-Leste (2006-2012)?

1.5 Hipóteses

Admitindo que as hipóteses se apresentam como respostas provisórias às perguntas da investigação (Quivy e Campenhoudt, 2005), construíram-se seis hipóteses que se considera poderem satisfazer a finalidade pretendida:

H.1: A capacidade de projeção, a polivalência e a interoperabilidade são potencialidades comuns às forças tipo *gendarmerie*.

H.2: O cenário de Timor-Leste (2006-2012) é um caso típico de uma Operação de Apoio à Paz.

H.3: A GNR é portadora de várias das características de uma força tipo *gendarmerie*.

H.4: A GNR, em Timor-Leste (2006-2012), foi parte integrante de uma operação de manutenção da paz.

H.5: A GNR desempenhou um elevado espectro de missões em Timor-Leste (2006-2012).

H.6: A flexibilidade para cumprir um elevado número de missões distinguiu a GNR em Timor-Leste (2006-2012).

1.7 Metodologia

De acordo com Gil (1999, p.26), podemos definir “(...) método como caminho para se chegar a determinado fim” e, por sua vez, método científico, como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

A metodologia do presente trabalho obedece às orientações previstas na Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2ª/DE/01JUN13/AM, que define as regras a cumprir ao longo do RCFTIA, sendo complementada, em caso de omissão, com as normas *American Psychological Association* (APA).

A investigação iniciou-se com a formulação de um problema, sob a forma de objetivo geral. Para responder a esse objetivo geral foi criada uma questão central. De modo a melhor compreender e sistematizar a informação foram também enunciados objetivos específicos, materializados nas Q.D, para as quais foram construídas Hipóteses (H) , procurando uma resposta às questões. Pretendemos, no final do trabalho, responder a todas estas questões, validando ou refutando as hipóteses formuladas (Ver Apêndice A).

O método adotado no trabalho foi o hipotético-dedutivo, uma vez que a partir da teoria das forças *gendarmerie* e das OAP, capta a realidade da missão da GNR em Timor-Leste e, com base nessa experiência, complementa a informação obtida na parte teórica (Freixo, 2012).

Assim, o trabalho inicia com uma abordagem teórica, através da análise de fontes de dados primários, como documentos doutrinários, e também secundários¹, visando essencialmente esclarecer e, simultaneamente, introduzir o tema das forças *gendármicas* e das OAP. Esta abordagem inicial termina com a contextualização da missão da GNR em Timor-Leste (2006-2012) – o nosso estudo de caso².

Após a revisão da literatura surge o trabalho de campo que “contempla uma diversidade de procedimentos metodológicos (...) a que estão associados diferentes meios ou processos de recolha de dados, muito especialmente, as entrevistas (...) e o questionário” (Freixo, 2012, p.141). Os meios de recolha de dados utilizados no trabalho foram os inquéritos por questionário e as entrevistas, afigurando-se como os mais adequados para a investigação. Os questionários foram aplicados a 251 militares da GNR que estiveram presentes no TO de Timor-Leste entre 2006 e 2012, contemplando Oficiais, Sargentos e Guardas. As entrevistas foram aplicadas aos Oficiais Comandantes de Contingente da GNR em Timor-Leste (2006-2012), com o objetivo de recolher informações que complementassem as respostas ao questionário e que permitissem validar ou refutar as hipóteses formuladas inicialmente.

Posteriormente, realizou-se a apresentação, análise e discussão dos dados recolhidos durante o trabalho de campo, que, segundo Freixo (2012) tem três funções de relevo: extrair conclusões; interpretar os resultados e retirar as implicações desses resultados.

1.8 Enunciado e estrutura do trabalho

A estrutura deste trabalho, apresentada na Figura 1, é a utilizada nos trabalhos de investigação científica, tendo para o efeito sido seguidas as orientações facultadas pela NEP da AM. Nesse seguimento a estrutura do RCFTIA contempla duas partes gerais, que se subdividem em duas outras partes, incluindo a Introdução e a Conclusão, contemplando um total de sete capítulos.

A primeira parte (integrando os Capítulos I, II, III e IV), tem como objetivo apresentar e enquadrar o tema do ponto de vista teórico. O primeiro Capítulo corresponde à introdução ao trabalho, onde se expõe de forma geral a investigação. O segundo Capítulo

¹Os dados primários são pesquisados pelo investigador, enquanto que os dados secundários já existem e foram recolhidos e analisados por outras pessoas (Sarmiento, 2008).

²Segundo Freixo (2012) um estudo de caso é essencialmente um desenho de investigação, um procedimento metodológico de natureza empírica que pode ter propósitos variados e pode utilizar uma grande variedade de instrumentos e técnicas de recolha de dados.

introduz a temática das forças tipo *gendarmérie*. O terceiro Capítulo, avança com o conceito de OAP. No quarto Capítulo é feito o estudo do caso da missão da GNR em Timor-Leste (2006-2012), com uma curta contextualização do antecedente.

A segunda parte (integrando os Capítulos V, VI e VII) corresponde ao trabalho de campo. O quinto Capítulo explana a metodologia a utilizar na recolha da informação e no seu tratamento. No sexto Capítulo são apresentados os dados e, posteriormente, feita a análise e discussão dos resultados obtidos nos questionários e entrevistas. Finalmente, e através da confrontação dos resultados obtidos com a parte teórica, serão confirmadas ou refutas as hipóteses, e respondidas as Q.D, bem como a questão central – sétimo Capítulo.

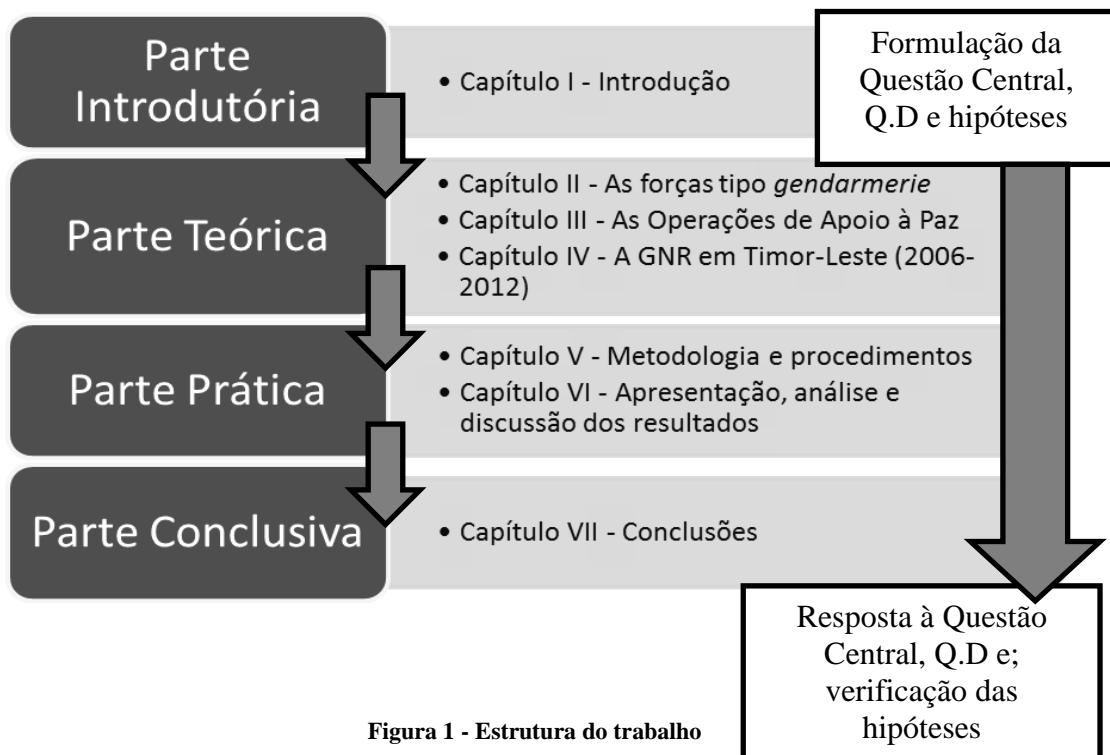


Figura 1 - Estrutura do trabalho

Fonte: Autor

CAPITULO II

As forças tipo *gendarmerie*

2.1 Introdução

Neste capítulo, iremos apresentar as forças do tipo *gendarmerie*, a sua definição e missão, configuração nas missões internacionais e, por fim, lançar as potencialidades e vulnerabilidades identificadas.

A importância das FFS em missões internacionais tem vindo a aumentar progressivamente desde o início da década de 90, fruto das novas exigências colocadas por missões com um espetro de atuação cada vez mais alargado, consequência do período que se seguiu à Guerra Fria (Alves, 2011). Dentro destas organizações, as forças do tipo *gendarmerie* têm assumido um papel de destaque na resposta às missões internacionais de caráter pacifista, no complemento entre as Forças Armadas (FFAA) e as FFS civis (*idem*).

A crescente importância deste tipo de forças de polícia, principalmente ao nível internacional, tem surgido como tema dos mais variados debates, originando consequentemente a criação de organizações como a *Eurogendfor* (EGF)³ ou a associação FIEP⁴.

2.2 Definição e missão

Atualmente são apontadas várias definições para as forças tipo *gendarmerie*. No entanto, a maioria defende que estas se caracterizam como organizações de segurança com uma combinação de características e tarefas policiais e militares⁵ (Weger, 2009) que, pela sua especificidade e dupla natureza, têm a vantagem de combinar dois tipos de forças:

³A Força de *Gendarmerie* Europeia é uma organização multinacional de países membros da União Europeia e tem o objetivo de aumentar a capacidade de gestão internacional de crises e de contribuir para o desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (Eurogendfor, 2007).

⁴FIEP é uma associação de *gendarmeries*, abrangendo forças policiais com estatuto militar europeias e mediterrâneas. O objetivo da FIEP (França, Itália, Espanha e Portugal) é ampliar e fortalecer as relações mútuas, para promover uma reflexão inovadora e ativa sobre as formas de cooperação policial, e valorizar o seu modelo de organização e de estruturas no exterior. (FIEP, 2014).

⁵As atribuições policiais da GNR vêm especificadas no Art.º 6º do Regulamento Geral do Serviço da Guarda Nacional Republicana (RGSGNR) aprovado pelo Despacho n.º 10393/2010, de 22 de Junho de 2010. Por sua vez, as missões de natureza militar que lhe podem, também, estar incumbidas estão previstas no Art.º 150º do mesmo diploma.

como força militar, facilmente projetáveis e bem equipadas; e como força policial, são treinadas para trabalhar com a sociedade e direcionadas para tarefas de segurança (Weiss, 2011).

De acordo com Lutterbeck (2004), as forças *gendármicas* estão organizadas segundo linhas militares (mais centralizadas e hierarquizadas do que as polícias civis “comuns”) e são equipadas com material mais robusto e maior capacidade de autoproteção, através de carros blindados, pequenos aviões, helicópteros e armas de infantaria ligeira. Gobinet (*apud* Dieu, 2011) coloca as forças tipo *gendarmérie* num patamar intermédio, devido ao seu sistema cultural próprio, colocando-as entre as FFAA e as polícias civis.

As *gendarmeries*, para além da missão de polícia, têm também um papel secundário, na Defesa Nacional que, em muitos dos casos, representa uma parte diminuta da sua atividade operacional (Lutterbeck *apud* Dieu, 2011). No entanto, em casos críticos⁶, estas organizações podem ser chamadas a participar em ações de combate (*idem*). Esta abrangência de competências torna a fronteira entre forças militares, forças de polícia e forças intermédias (*gendarmeries*) difícil de definir. (Weger, 2009). Existem forças militares com atribuições em tarefas de segurança, como a segurança costeira ou intervenções de contra terrorismo e, da mesma forma, existem forças de polícia com capacidades tipicamente militares (*idem*).

Não obstante à natural semelhança entre forças tipo *gendarmérie*, existem algumas diferenças entre cada uma delas. Muitas dessas divergências relacionam-se com a estrutura política do país a que pertencem, pois apesar de terem quase todas a mesma doutrina, equipamento e *modus operandi*, divergem, por exemplo, na dependência hierárquica, sendo em alguns casos da tutela do Ministério responsável pela Defesa Nacional e noutros da tutela do Ministério responsável pela Segurança Interna ou, como é o caso da GNR, tendo dupla dependência⁷. No entanto, alguns autores defendem que a especificidade do modelo das *gendarmeries* não está na tática, no equipamento ou no fardamento, pois reconhece-se que muitas forças civis de polícia também possuem essas características desde a sua formação. Assim, os únicos fatores que diferenciam as *gendarmeries* dos seus “pares” civis são a sua cultura institucional e o seu estatuto militar (Gobinet, 2011).

⁶Estado de Sítio; Estado de Emergência; Estado de Guerra.

⁷Ver Anexo A - Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança.

2.3 Função e configuração em missões internacionais

As forças tipo *gendarmérie* assumem normalmente uma organização hierarquizada tipicamente militar com uma cadeia de comando bem definida. No entanto, na participação em missões internacionais, essa organização pode assumir configurações diferentes, dependendo da OI sob a qual são empenhadas. As designações de: *Formed Police Unit* (FPU), *Multinational Specialized Unit* (MSU) e *Integrated Police Unit* (IPU), todas incluídas no conceito genérico de *Stability Police Unit* (SPU)⁸ refletem essas diferenças. As SPU são organizações de polícia robustas, capazes de desempenhar missões especializadas, com elevada disciplina de grupo (CoESPU, 2005). Estas forças têm a capacidade de usar a força não letal, assim como a força letal (*idem*), sobretudo durante as operações de reposição da ordem pública (Branco, 2010). As características híbridas⁹ das SPU permitem-lhes reduzir o *security gap*¹⁰ que pode ocorrer em contextos destabilizados, não sendo uma tarefa tradicional das forças militares, nem de polícia civil, dando-lhe um valor acrescentado¹¹ (EUPST, 2013).

Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia (UE) e Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) adotam diferentes designações para as SPU (CoESPU, 2005). Esta divergência concetual está associada a diferentes abordagens ao Comando e Controlo (C2) de cada unidade (*idem*). A FPU, da ONU, está sempre sobre o comando¹² do *Police Commissioner*¹³; a MSU, da OTAN, está sempre sobre o comando militar OTAN; a IPU, da UE, pode ser colocada sobre o comando civil ou militar, dependendo das circunstâncias¹⁴ (*ibidem*). Neste trabalho iremos centrar-nos na doutrina ONU/FPU por ser a que está diretamente relacionada com a missão da GNR em TL.

A *United Nations Police* (UNPOL) pode consistir em *Individual Police Officers* (IPO) e, quando autorizadas, FPU. Os IPO são contributos individuais dos países, que asseguram as diversas necessidades policiais. Estes estão numa posição que permite estabelecer a ligação e dar conselhos sobre qualquer projeto que envolva a política nacional (DPKO, 2010). A definição de FPU aponta para uma força móvel e coesa,

⁸Ver Anexo B - estrutura genérica das SPU.

⁹Policiais e militares.

¹⁰Segundo Dziedzic e Oackley (1998) o *Security gap* é constituído pelo *Deployment gap*, *Enforcement gap* e pelo *Institutional gap* – Ver Anexo C.

¹¹Ver Anexo D – Valor acrescentado da SPU.

¹²Ver Apêndice C – Relação de Comando das FPU.

¹³É o Comandante da *United Nations Police* (UNPOL), responsável máximo por todas as forças de Polícia da missão da ONU, onde se incluem, naturalmente, as FPU (Nogueira, 2012).

¹⁴Ver Anexo E – Comparação MSU, IPU e FPU.

composta por 120 a 140 elementos, que dá suporte às operações da ONU (*idem*). Enquanto parte da UNPOL, e de acordo com o mandato¹⁵, as FPU têm três funções principais: a manutenção da ordem pública; a proteção do pessoal e instalações da ONU; e o apoio de operações policiais que exijam uma maior capacidade de resposta (*ibidem*). Para além das referidas tarefas, estas forças também têm um papel importante no apoio à população (DPKO/DFS, 2013). A organização das FPU varia de acordo com as especificidades da missão, no entanto a doutrina estabelece requisitos mínimos. A FPU é composta por elementos de comando, operacionais e elementos de logística, com uma capacidade operacional mínima¹⁶, num total de aproximadamente 140 elementos. No que refere a C2, existem três modelos¹⁷: o modelo centralizado – FPU como reserva operacional, que pode ser empenhada em toda a área de missão; o modelo regional – FPU com atribuição de uma área de responsabilidade; e o modelo misto¹⁸, com algumas FPU como reserva e outras com área atribuída (*idem*).

2.4 Potencialidades e vulnerabilidades

Fruto das suas virtudes militares características, as *gendarmeries* dão aos seus membros um forte sentido de disciplina, sendo que este modelo se tem vindo a ampliar além das fronteiras, com a sua adoção do noutros continentes (Jiménez, 2011).

Gobinet (2011), defende que desafios de segurança como o crime organizado e o terrorismo induziram à convergência entre a segurança interna e externa. Esta situação proporcionou às organizações tipo *gendarmérie* uma margem ideal de desenvolvimento, pois abrangem as necessidades de ambos os domínios (*idem*). Gobinet (2006) (*apud* Hoogenboom, 2011) afirma que a interoperabilidade pode ser usada como interface entre civis e militares. Comparadas com outras forças policiais, as *gendarmeries* são genericamente mais capazes de responder a mudanças complexas (*idem*). Reforçando essa ideia, Bowling e Newbrun (2006) (*apud* Bruggeman, 2011) apontam o facto da polícia civil ter grande dificuldade em adotar uma abordagem militar.

¹⁵As operações de paz da ONU são sempre implementadas com base num mandato do Conselho de Segurança da ONU (CSONU). As tarefas a realizar pelos elementos da ONU são definidas por esse mandato, que diferem de situação para situação, dependendo da natureza do conflito e dos desafios específicos que apresenta (DPKO, 2010).

¹⁶Segundo o DPKO (2013) a capacidade operacional mínima é de aproximadamente 120 polícias.

¹⁷Ver Anexo F – Modelos da FPU.

¹⁸Foi com esta configuração que a GNR integrou a United Nations Integrated Mission In Timor Leste.

Hoogenboom (2011) refere que existe uma lacuna¹⁹ entre o empenho de militares e polícias civis, e as forças *gendármicas* são as adequadas para a preencher. Assim, as forças de *gendarmérie* permitem dar resposta a situações em que as forças civis são incapazes de prover a solução, e em que o empenhamento das FFAA irá aumentar o risco de uso excessivo da força (Bingöl, 2011). Comparando as funções das *gendarméries* e de organizações policiais afigura-se que as tarefas das forças *gendármicas* tendem a conter situações mais complexas, difíceis e assimétricas (*idem*).

Para Lutterbeck (2004) as *gendarméries* são instituições universais e polivalentes que ultrapassam o âmbito normal das funções de policiamento. Estas são capazes de prestar serviço contínuo durante uma crise²⁰, desde a sociedade normal, até à situação de guerra, tornando-se ideais para situações pós-crise (Gobinet, 2008).

Segundo Pierre *et al* (1993) (*apud* Gobinet, 2011) deve existir uma separação de forças policiais. Conforti (2011) explica que a vantagem de ter mais do que uma força de polícia reside na necessidade de garantir um equilíbrio do sistema policial, que pode minimizar as desvantagens de um sistema dominado por uma única organização.

Bruggeman (2011) enuncia argumentos específicos para o uso das forças tipo *gendarmérie*: orientadas para o Estado; disponibilidade permanente de unidades de intervenção rápida; melhor concebidas para trabalho em equipa; mais preparadas para atuar com uma cadeia de comando bem definida; unidades capazes de efetuar operações mais robustas; capazes de operar em três cenários: militar, policial e híbrido; capazes de operar numa ampla gama das necessidades de segurança e tipos de apoio; empenhamento menos condicionado; treino multitarefas (violento e não-violento); cultura interna (hierarquia, disciplina, coesão e liderança); sem direito à greve; ligação entre forças militares e policiais; e experiência em policiamento internacional.

Durante a fase final de uma OAP²¹ as FFAA não têm formação policial para intervir, adequadamente (Darras, 2003). É portanto necessário dispor de um corpo de polícia robusto, flexível e adaptado (*idem*). Essa função deve ser da responsabilidade de uma força com capacidade de intervenção adequada ao grau de risco como as forças tipo *gendarmérie*, com flexibilidade para se ajustar à situação (Alves, 2011).

Com o surgir de organizações como a FIEP e a EGF, as forças tipo *gendarmérie* provam que a sua experiência, organização militar e amplas competências, permitem à UE

¹⁹Esta lacuna refere-se ao *Security Gap*, já mencionado anteriormente.

²⁰Entre várias definições, pode ser entendida como uma situação nacional ou internacional em que há uma ameaça a valores, interesses ou objetivos prioritários das partes envolvidas (OTAN, 2010b).

²¹Explicadas em pormenor no Capítulo III.

edificar uma política eficaz na participação em missões internacionais (Marczuk 2011). No entanto, segundo Bigo (2005) (*apud* Bruggeman, 2011) as forças *gendarmérie* precisam ainda de desenvolvimento adicional das suas capacidades para maximizar a diferenciação de tarefas e melhorar o seu posicionamento social. Na verdade, apesar da crescente tendência para a transnacionalização, as *gendarmeries* estão primariamente relacionadas com a autoridade política nacional (Berthelet, 2011).

A literatura britânica associa as *gendarmeries* a um modelo centralizado, focado em tarefas político-administrativas. Gobinet (2011) afirma que o impacto da urbanização, a privatização e a homogeneização Europeia de práticas policiais, pode comprometer a existência de estruturas policiais duais. Hovens (2011) refere a disponibilidade de transporte estratégico e de apoio logístico das unidades da EGF que, a não ser inseridas numa cadeia logística de uma OI, poucos membros da EGF têm disponibilidade para atuar como *Logistic Lead Nation*²² (LLN); ficando assim comprometida a sua prontidão, oportunidade de empenhamento e auto sustentação.

2.5 Síntese

Vários são os autores que enunciam um elevado número de potencialidades das forças *gendarmérie*, como força pronta a responder aos novos desafios de segurança. No entanto, este tipo de organizações têm também vulnerabilidades²³, referidas principalmente pela doutrina britânica, que tradicionalmente opta por polícias civis.

No cômputo geral, estamos perante forças polivalentes, que têm conhecimentos especializados, na área da manutenção da ordem pública, bem como na realização de missões internacionais (Alves, 2011). Alguns autores defendem que estas ganharam importância devido ao conceito de segurança que tem vindo a ser adotado.

A capacidade de combater diferentes ameaças (internas e externas), a proximidade com o cidadão, o controlo de fronteiras e a experiência em OAP são valores acrescentados que podem facilitar os desafios do futuro (Conforti, 2011).

²²Responsabilidade pela aquisição e fornecimento do apoio logístico para as forças empenhadas (Eurogendfor, 2009). Ver Anexo G - Forças da *Eurogendfor* com capacidade para atuar como LLN.

²³Sintetizadas e complementadas com o Anexo H – Potencialidades e vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie*.

CAPITULO III

As Operações de Apoio à Paz

3.1 Introdução

Com o fim do mundo bipolar, resultado da implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), nasceu um intenso debate em torno das “velhas” guerras e “novas” guerras (Schulz e Söderbaum, 2010). Esta discussão tem dado prioridade absoluta às dinâmicas dos “novos conflitos” e “novos atores”, realçando o carácter transnacional e transfronteiriço das “novas ameaças”. (*idem*). O interesse pelas “novas ameaças” recentrou o debate em temas como o terrorismo transnacional, a proliferação de armas de destruição massiva, a regionalização dos conflitos (*ibidem*) e ainda a privatização e criminalização da guerra, as implicações das alterações climáticas na segurança internacional e a segurança alimentar, entre outros aspetos (Wallenstein, 2007).

Nesse sentido, o término da Guerra Fria e a inexistência de um confronto direto entre os grandes poderes, motivou a ampliação significativa das responsabilidades da ONU, da UE e da OTAN nas atividades de gestão de crises²⁴ (Viana, 2002), existindo, simultaneamente, um aumento substancial da importância das organizações não governamentais (ONG) (Rodrigues, 2007).

A expansão do conceito de gestão de crises, mais mencionado nos fóruns OTAN e UE, passou a incluir não só a fase inicial de prevenção de conflitos e a fase de gestão efetiva de crises, mas também a fase de reconstrução pós-conflito, o que fez aumentar as medidas e instrumentos civis e militares envolvidos na materialização destas políticas (Saraiva, 2011). No entanto, a possibilidade de chegar a um mínimo denominador concetual comum nas OI só é alcançável recorrendo a ambiguidades semânticas, isto é, a ambiguidade funciona como uma pré-condição para a ação multilateral (*idem*). Tal como o conceito de gestão de crises, também o conceito de OAP²⁵ mergulhou na proliferação de definições, não facilitando a adoção de um léxico universalmente aceite (Branco, 2010).

²⁴O conceito de gestão de crises é definido como o conjunto de ações coordenadas tomadas para minimizar as crises, evitar o seu agravamento para um conflito armado e conter eventuais hostilidades (OTAN, 2010b).

²⁵Neste trabalho utiliza-se recorrentemente o termo OAP para referir as operações de paz da ONU.

Centraremos esta análise na proposta taxonómica desenvolvida pela ONU, complementada pela doutrina OTAN, por ter um corpo doutrinário sobre a matéria passível de ser analisado e por Portugal ter participado em várias missões sob a sua égide, das quais, concretamente, a missão da GNR em TL.

3.2 Doutrina da Organização das Nações Unidas

A ONU, fundada em 1945 após a Segunda Guerra Mundial com o intuito de substituir a Sociedade das Nações²⁶ é, atualmente, constituída por 193 países e tem personalidade jurídica própria, o que a torna sujeita a direitos e obrigações no plano internacional (ONU, 1945). Os seus poderes estão definidos na Carta das Nações Unidas²⁷ (CNU) juntamente com os objetivos da organização: a manutenção da paz e a segurança internacional; o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; e a resolução de problemas internacionais (*idem*).

Para enquadrar a temática das OAP temos que recuar aos anos 90, quando o final da Guerra Fria motivou a ascensão da ONU, por ser a única fonte de legitimidade internacional sobrevivente para poder fundamentar uma resposta aos conflitos que na altura se multiplicavam (Moreira, 1996), altura em que as forças empenhadas eram exclusivamente militares. Com o fim deste período e fruto das mudanças, houve necessidade de reformular o conceito das operações de paz (Rodrigues, 2007).

Em 1992, o Secretário-Geral da ONU (SGONU)²⁸, emitiu um relatório intitulado de *An Agenda for Peace*, contemplando as seguintes missões: *Preventive Diplomacy*, *Peacemaking*, *Peacekeeping* e *Peacebuilding*²⁹. Este relatório foi complementado em 1995 pelo *Supplement to an Agenda for Peace* que propôs uma maior institucionalização da área de paz e sugeriu a criação de estruturas de ligação entre as várias componentes envolvidas na missão (Cavalcante, 2010).

Os princípios em que funcionavam as OAP estavam claramente definidos: o consentimento - que se prendia com o respeito pela soberania dos Estados; o emprego da força militar apenas em situações de autodefesa; o uso mínimo da força; e um

²⁶A Sociedade das Nações, também conhecida como Liga das Nações, foi uma organização internacional, idealizada em 28 de abril de 1919, em Versalhes (França), onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz (Raffo, 1974).

²⁷A CNU foi assinada em São Francisco, a 26 de Junho de 1945, após a Conferência das Nações Unidas sobre a OI, entrando em vigor a 24 de Outubro daquele mesmo ano, e estabeleceu a ONU (ONU, 1945).

²⁸*Boutros-Ghali* - Sexto SGO NU, durante de cinco anos, a partir de 1 de Janeiro de 1992. (ONU, 2014).

²⁹Definições em Glossário.

comportamento imparcial da força da paz, como se pode extrair do *Relatório de Brahimi*³⁰ (Branco, 2010). Este relatório revela ainda a necessidade da existência de forças, com competências de polícia, capazes de serem empenhadas em OAP, de forma rápida e com o intuito de ocupar o “vazio” deixado pela ausência ou inoperacionalidade de forças de polícia local (Fernandes, 2005). É a partir daqui que se dá a impulsão da participação das FFS em OAP (Anexo L - Figura 23).

Segundo Bigatão (2007), as operações de paz surgem também como medida, para contornar as dificuldades de se colocar em prática o sistema de segurança coletiva previsto na CNU (Capítulo VII), principalmente devido à falta de consenso³¹ entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (CSONU).

Com os três documentos mencionados (*An Agenda for Peace, Supplement to an Agenda for Peace* e o *Relatório de Brahimi*) as missões de paz foram robustecidas enquanto instrumentos de resolução de conflitos, através da ampliação dos mandatos, alargados a uma multiplicidade de funções³²: para lá do plano militar, incluem-se preocupações de natureza política³³ e ainda de natureza humanitária³⁴ (FRIDE, 2007).

A referência doutrinária das OAP³⁵ traz alguns desenvolvimentos concetuais. Adota a designação de operações multidimensionais e passa a considerar o pós conflito composto por três fases: estabilização, consolidação da paz e desenvolvimento a longo prazo³⁶ (Branco, 2010). Este documento refere que as fronteiras entre as operações de paz³⁷ estão cada vez mais diluídas não ficando limitadas a um único tipo de atividade e contendo áreas comuns³⁸ (DPKO, 2010). O instituição da componente de polícia adquiriu também

³⁰O Relatório *Brahimi*, datado de Agosto de 2000, apresentou sugestões sobre as condições necessárias para o êxito das missões de manutenção da paz da ONU. Este relatório continha 57 recomendações explícitas, tendo equacionado profundamente a necessidade de forças robustas nas operações de paz. Entre as recomendações referem a atribuição de um mandato claro e específico e a obtenção do consentimento das partes em conflito (DPKO/DFS, 2013).

³¹Segundo o n.º3 do artigo 26.º da CNU, as decisões do CSONU, sobre assuntos que não procedimento, serão tomadas por voto favorável de nove membros do CSONU, incluindo o voto de todos os membros permanentes (República da China, França, Federação Russa, Reino Unido da Grã-Bretanha e a Irlanda do Norte e os Estados Unidos da América).

³²Exemplo disso é o aumento da complexidade das tarefas policiais neste tipo de operações. Ver Anexo I – Aumento da complexidade tarefas policiais.

³³Organização e monitorização de eleições, apoio à formação e consolidação de partidos políticos e, em geral, capacitação institucional (DPKO/DFS, 2013).

³⁴Assistência a refugiados, estabelecimento e proteção de corredores humanitários (DPKO/DFS, 2013).

³⁵*United Nations Peacekeeping Operations, Principles and Guidelines – Capstone Doctrine*

³⁶Ver Anexo J – Tarefas pós conflito das operações de paz.

³⁷Segundo a *Capstone Doctrine*, as operações de paz são atividades realizadas pela pelos atores internacionais para manter a paz e a segurança internacional e contemplam as seguintes tipologias: Prevenção de conflitos, o *peacemaking*, o *peacekeeping*, o *peacebuilding* e *peace enforcement* (DPKO, 2010).

³⁸Ver Anexo K – Áreas comuns das operações de paz

diferentes formatos e tem sido estruturada de acordo com dois conceitos tipo: as missões de natureza executiva e não executiva³⁹ (Fernandes, 2005).

O sistema da ONU⁴⁰ envolve efetivos que excedem a soma dos efetivos em operações lideradas pela OTAN ou UE (Duarte, 2008) num total, em Junho de 2014, de 98.365 homens empenhados em 16 operações de paz (Anexo L - Figura 24). Apesar da CNU não referir diretamente a problemática das crises no seu articulado, todavia, os Capítulos V (Solução Pacífica de Controvérsias), VII (Acção em Caso de Ameaça à Paz, Rutura da Paz e Ato de Agressão) e VIII (Acordos Regionais) permitem à comunidade internacional gerir as crises internacionais ou internas que chegam ao seu conhecimento através das OAP (Saraiva, 2011).

3.3 *The integrated approach*

Atualmente, as crises são multidimensionais, transversais e abrangentes, não podendo ser caracterizadas como tendo uma vertente meramente política, social ou económica. Dada essa crescente complexidade pugna-se cada vez mais por missões integradas (político-diplomática, militar, judicial e policial) (Elias, 2011).

A *Comprehensive Approach* – uma iniciativa da OTAN - pretendeu concertar o esforço aliado nos vários planos como forma de reforçar a credibilidade e a imagem local da força internacional (Colón, 2011). “A OTAN reconhece que os militares sozinhos não conseguem resolver uma crise, ou um conflito (...) é necessária uma abordagem política, civil e militar integrada para uma efetiva gestão da crise.”⁴¹ Afirmação corroborada pela ONU, que sugere que as OAP, usadas de forma isolada, não providenciam a abordagem necessária para resolver as causas do conflito e reduzir o risco de voltar a ocorrer (DPKO, 2014). O conceito de *Comprehensive Approach* empregue noutras organizações, é consolidado na ONU com a *Integrated Approach* e com uma estrutura própria nas

³⁹Nas missões de natureza executiva a UNPOL tem capacidade para o policiamento efetivo e a aplicação da lei através da prevenção e investigação criminal, segurança dos cidadãos e da propriedade, assim como a manutenção da ordem pública. Nas missões não executivas a sua função é apoiar o desenvolvimento da capacidade da polícia local (DPKO, 2014)

⁴⁰Existe alguma semelhança entre os conceitos adotados pela ONU e pela OTAN. Embora a OTAN refira que se trata de atividades conduzidas de acordo com os princípios do Capítulo VI da CNU, o seu conceito é mais musculado, prevendo a possibilidade de emprego de forças militares para dissuadir e coagir a fações, alvitando a possibilidade de uma postura de combate e um mandato de imposição ao abrigo do Capítulo VII (Ver Apêndice C). A gestão civil de crises é própria da UE e não tem equivalente no léxico da ONU, ou outras organizações regionais não europeias” (Dwan, 2004). A literatura oficial da UE refere-se sistematicamente à gestão de crises, em detrimento do termo OAP (*idem*).

⁴¹*Allied Command Operations - Comprehensive Operations - Planning Directive* (OTAN, 2013)

operações de paz, a *Integrated Mission*⁴² (Eide, 2005) (como é caso da *United Nations Integrated Mission In Timor-Leste - UNMIT*). Neste contexto surgem como tarefas principais de uma OAP: criar um ambiente seguro e estável enquanto se fortalecem as estruturas do Estado, em pleno respeito pelos direitos humanos e direito internacional; facilitar o processo político promovendo o diálogo e a reconciliação, apoiando o estabelecimento e a legitimidade das instituições governamentais; providenciar um quadro de ação onde todas as organizações e atores tenham as suas tarefas atribuídas, de forma coordenada e coerente (DPKO, 2010). Se recuarmos a 2000, verificamos que o *Relatório Brahimi* não propunha ainda missões integradas mas já recomendava a criação de *Integrated Missions Task Forces* (ONU, 2000)

Para facilitar o planeamento das operações multidimensionais a ONU criou o *Integrated Mission Planning Process* (IMPP) que pretende sistematizar objetivos numa visão comum entre os vários atores (DPKO, 2010). O IMPP é um processo dinâmico e contínuo, que promove a revisão recorrente dos objetivos da missão de acordo com o desenvolvimento do ambiente operacional (*idem*). Este entendimento abrange todas as fases do ciclo de um conflito ou de uma crise através da rápida preparação e alerta para a prevenção de conflitos, rápida recuperação na resposta a gestão de conflitos, estabilização e construção da paz com vista a ajudar os países a voltar ao desenvolvimento sustentável a longo prazo (Friis, 2008).

Segundo Saraiva (2011) o caso de TL foi um bom exemplo das atuais operações de paz multidimensionais, associando tarefas do *peacekeeping* tradicional⁴³, com recurso às forças militares e de segurança, com objetivos de reconstrução económica e de transformação institucional, através de elementos da componente civil.

3.6 Síntese

O conceito de OAP, operações de paz, ou de gestão de crises tem sido alvo de consequentes evoluções e, como refere Saraiva (2011), têm-se aplicado indistintamente a todo o espectro dos conflitos, transformando-as em expressões de sentido genérico (*idem*).

No contexto deste trabalho, as OAP são intervenções internacionais num determinado território sancionadas pela ONU, levadas a cabo por esta, por uma organização

⁴²Ver Anexo M – Estrutura das missões integradas

⁴³As tarefas de *peacekeeping* tradicional envolvem a observação, acompanhamento e elaboração de relatórios, a supervisão de cessar-fogo e a interposição de zonas-tampão. Estas tarefas não tinham um papel direto na resolução do conflito (DPKO, 2010)

regional reconhecida ou por uma coligação *ad hoc*, combinando o emprego de militares, polícias, diplomatas ou civis, e que assentam a sua atuação nos princípios da CNU, o Direito Internacional e o Direito Internacional Humanitário, com a finalidade de evitar a deflagração de conflitos, conter a violência ou criar as condições políticas, económicas e sociais para o estabelecimento de uma paz sustentável e duradoura (Branco, 2010).

Num mundo em constante mutação, a comunidade internacional voltou-se para a ONU na procura de modos de encarar as novas tensões e na busca de novas soluções (Saraiva, 2011). O mecanismo da ONU foi-se adaptando repetidamente de forma a responder às novas exigências e aos novos paradigmas da política global (*idem*). Segundo Elias (2011) as forças de segurança interna de cada EM ajustam-se ao carácter reticular do “novo crime” e das “novas crises”, flexibilizam estruturas e *modus operandi*, especializam-se, recorrem às novas tecnologias, cooperam entre si ao nível global e regional, projetando segurança para fora do território nacional, criando simultaneamente valor no quadro de segurança interna, fruto da colaboração e experiência internacional.

A aposta das OAP terá que ser cada vez mais no planeamento integrado e na interoperabilidade de meios, tendo em vista a realização de missões conjuntas ou complementares e a racionalização de recursos, a qual, poderá ser potenciadora de sinergias entre as diferentes componentes, e da obtenção de melhores resultados ao nível da pacificação e reabilitação do Estado de Direito (Elias, 2011). O empenhamento de magistrados, militares, corpos de policiais, especialistas em proteção civil com elevada formação, com experiência de gestão e planeamento e de peritos em áreas específicas representa uma mais-valia para ambos os lados (*idem*).

CAPÍTULO IV

A GNR em Timor-Leste (2006-2012)

4.1 Introdução

Neste capítulo, numa primeira fase, vamos enquadrar a situação de TL antes da crise de 2006 e após esta, com a chegada da GNR ao território timorense. Depois é analisado o papel da GNR desde 2006, assim como as suas atribuições neste TO. No entanto, como refere (Dias, 2012), falar de um tema tão vasto e multidimensional, sem esquecer a responsabilidade direta que advém da palavra “enquadrar”, é um desafio engrandecido com as restrições sempre presentes, de tempo e de espaço.

4.2 Antecedentes

TL⁴⁴ passou a ser parte do império português a partir do último quarto do século XVI, tendo assim permanecido durante cerca de 500 anos (Dias, 2012). Desde a segunda guerra mundial (1939-1945) que, pela sua posição, a ilha de Timor é cobiçada por forças estrangeiras para dela se servirem como ponto de projeção (Belo, 2012). Apesar de ser um pequeno território (cerca de 15000km²), possui 708 km de costa e recursos naturais importantes, com destaque para o petróleo, o gás, o café e outros associados às petroquímicas (Dias, 2012).

Durante a queda do regime salazarista e a conseqüente descolonização dos territórios que pertenciam a Portugal surgiram três principais posições políticas em TL: a União Democrática Timorense (UDT) que defendia a continuação da ligação a Portugal; a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN) que defendia a independência; e a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) que defendia a integração na Indonésia (Pires, 1994). Em 1975 Timor é invadido pelas FFAA Indonésias, numa altura em que Portugal, como potência administrante, estava na fase de

⁴⁴A ilha de Timor está localizada num dos extremos do Sudeste Asiático e é constituída pela província de *Nusa Tenggara Timur*, da Indonésia, a Oeste, e por TL, a Este; tem cerca de 30.000 km². (Wordatlas, 2014). As únicas fronteiras terrestres de TL são com a Indonésia, a oeste da porção principal do território (insular). Tem também fronteira marítima com a Indonésia a norte e a este, e com a Austrália, no Mar de Timor, a sul. A cidade de Díli, a capital, localiza-se na costa norte (*idem*). – Ver Anexo N.

transição do processo de descolonização (Belo, 2012). Ato este que a ONU sempre censurou (Ferro, 2012).

Foi já em 1999 que o referendo organizado pela *United Nations Assistance Mission in East Timor* (UNAMET)⁴⁵ assegurou o exercício livre do direito de autodeterminação dos timorenses (Gaspar, 2012), onde a maioria da população votou a favor da independência (Ferro, 2012).

No entanto, o padrão democrático da formação do Estado timorense só se confirmou sob a tutela da *United Nations Transitional Administration In East Timor* (UNTAET)⁴⁶ (Gaspar, 2012). A UNTAET, para além dos funcionários locais da ONU, foi dotada de polícia internacional, componente militar, assistência humanitária e de emergência (Carvalho, 2012). Na sequência da *International Force in East Timor* (INTERFET)⁴⁷, Portugal contribuiu com militares, que integraram o contingente militar – *Peacekeeping Force* (PKF), e com forças de segurança, que integraram a componente da *Civilian Police* (CIVPOL)⁴⁸ (*idem*). A Indonésia teve que aceitar essa decisão, que invocava o Capítulo VII da CNU (Martin, 2001). À GNR coube, a missão de participar com uma unidade de polícia constituída, designada por *Rapid Response Unit (RRU)*⁴⁹, iniciando a sua participação neste tipo de missões (Carvalho, 2012).

O processo constituinte revelou divisões entre forças políticas timorenses, com o regresso dos partidos históricos do movimento nacionalista, incluindo a FRETILIN, e a UDT, acompanhados por uma poeira de pequenas formações (Gaspar, 2012).

A 20 de Maio do ano de 2002, TL torna-se uma nação independente e soberana. Para prestar assistência ao recém independente Estado de TL, foi criada uma nova missão da ONU, a *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET), pela Resolução 1410 do CSONU, até que todas as capacidades Estatais pudessem ser transferidas para as autoridades timorenses. Dando seguimento à UNMISSET o CSONU aprovou a Resolução 1599, que autoriza as atividades de construção de paz através da criação do *United Nations Office in Timor Leste* (UNOTIL), em apoio ao desenvolvimento das instituições críticas do

⁴⁵Criada pela Resolução 1246 e prolongada pela Resolução 1257 do CSONU.

⁴⁶A UNTAET, fundada a 25 de Outubro de 1999 pela Resolução 1272 do CSONU, foi estabelecida para administrar o território timorense e exercer a autoridade legislativa e executiva durante a criação do governo. Segundo Mónica Ferro (2012) a UNTAET foi uma missão de paz atípica, pelo peso da componente de governação e pelo quadro temporal de envolvimento, onde para além da componente militar, tem uma componente civil e de administração da qual não há memória nas operações de paz.

⁴⁷Prevista na Resolução 1272 do CSONU.

⁴⁸Como refere Carvalho (2012) o termo CIVPOL foi alterado, em 2002, para UNPOL, para evitar falsas interpretações ao incluir forças policiais com estatuto militar, como é o caso da GNR.

⁴⁹Atualmente este tipo de forças são denominadas de SPU, matéria abordada no Capítulo II.

Estado, como por exemplo, a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). No entanto, a necessidade precipitada em transferir a governação do país para os timorenses não foi adequada à implementação das estratégias de saída e fez emergir cisões, descontentamentos, tensões e, por fim, o ressurgimento da violência (Gomes, 2010). TL começou paulatinamente, a degradar-se em função de divisões políticas internas, da falta de maturidade e cultura política e democrática, de uma enorme quantidade de recursos naturais e energéticos, que se tornam desejados por diversos atores externos (Hermenegildo, 2009).

Materialmente, a crise de 2006 começou quando cerca de 400 homens armados, provenientes da parte oeste do país (*Loromonu*), proclamados “peticionários” – associados às *Falintil*-Forças de Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) – desertaram, alegando a discriminação dos seus ex-camaradas da FRETILIN nas promoções face aos militares de leste (*Lorosae*) (Guedes, 2012). Alguns avanços e recuos marcaram o período em apreço e, no final de abril, os desertores marcharam pelas ruas de Díli, colhendo o apoio de alguns civis que se juntaram ao protesto (Garção, 2013). O ambiente volátil de TL foi suficiente para que as manifestações se avolumassem, resultando em graves confrontos com a PNTL (Guedes, 2012).

A crise política, humanitária e de segurança de TL levaram o CSONU a prolongar o mandato da UNOTIL e a solicitar novas recomendações⁵⁰ tendo em conta a necessidade de uma presença da ONU fortalecida (ONU, 2013).

4.3 O acordo bilateral

Depois do deflagrar da crise as autoridades timorenses solicitaram ajuda internacional e, uma vez que uma intervenção no plano multilateral se afigurava muito demorada⁵¹, TL solicitou que a cooperação com Portugal, Austrália, Nova Zelândia e Malásia, na fase inicial, fosse desenvolvida no plano bilateral (Hermenegildo, 2008).

A referência à GNR no pedido enviado por TL a Portugal refletiu o bom trabalho que os militares da Guarda haviam desenvolvido no território timorense, entre fevereiro de 2000 e junho de 2002, através dos quatro contingentes da GNR, que constituíram a *RRU* Portuguesa, integrada na UNTAET (Garção, 2013). Foram enviados 127 elementos da

⁵⁰Essas novas recomendações foram dadas pelo Relatório do SGONU decorrente da Resolução 1690 do CSONU de 20 de Junho de 2006.

⁵¹Ver Anexo - Processo de preparação e planeamento das missões da ONU.

GNR para TL⁵² que, apesar de não se efetivar no âmbito da ONU, teve o aval do CSONU⁵³ (Hermenegildo, 2008). A atuação da GNR em TL, ao abrigo do Acordo Bilateral, tinha como base as Regras de Empenhamento (ROE) similares às operações desencadeadas no âmbito da ONU (*idem*). Em tal contexto, 12 dias após a decisão do Governo Português, a força da Guarda iniciou funções em Díli, na designada “Operação *Lafaek*”, na dependência direta do Presidente da República Democrática de Timor-Leste (PRDTL) (DPERI, 2014).

O esforço desenvolvido pela GNR para o envio de contingentes, que se prende com a necessidade de efetuar um reajustamento do efetivo, racionalizar o material existente, adquirir fardamento, equipamento e armamento adequado a cada cenário e selecionar e preparar os efetivos militares para as missões, (Cruz, 2007) foi resolvido de forma célere, devido à experiência internacional adquirida em outros TO . Estruturado em função das suas valências operacionais (Anexo P), o Subagrupamento Bravo é constituído de forma polivalente e flexível (Nogueira, 2012).

A ausência de FFS em número compatível com a gravidade da situação levaram a força da Guarda a assumir funções de polícia executiva, em substituição das autoridades policiais locais (Branco, 2010). Nos primeiros tempos, existiu alguma dificuldade em operar no terreno, uma vez que o Acordo Bilateral entre Portugal e TL, previa a atuação da GNR em Díli e respetivos arredores, mas havia outras forças com a mesma missão (Hermenegildo, 2008). Após múltiplas negociações, à FPU portuguesa (PORFPU) foi-lhe atribuída a responsabilidade de controlo da área mais problemática de Díli, o subdistrito de *Comoro* (ver Anexo Q), assim como o reforço de outras unidades sempre que a situação operacional o aconselhasse (Rodrigues, 2007).

4.4 A GNR na UNMIT

Através da Resolução da ONU 1704, o CSONU cria a *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste* (UNMIT)⁵⁴, para manter a lei e a ordem enquanto a PNTL se reorganiza e reestrutura, a par de outras estruturas do Estado. Missão que o Contingente da GNR passaria a integrar, constituindo uma FPU⁵⁵, com as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública; formação e treino da PNTL⁵⁶; segurança a altas

⁵²Resolução do Conselho de Ministros nº 68-A/2006.

⁵³Proferido na Reunião N.º 5445, realizada a 25 de Maio de 2006.

⁵⁴Ver Apêndice D – Antecedentes da UNMIT.

⁵⁵Ver Capítulo II.

⁵⁶Ver Anexo R - Formação ministrada pela Guarda à Polícia Nacional de Timor-Leste

entidades; policiamento; segurança física; proteção de instalações e pontos sensíveis; escoltas a pessoas e bens; buscas preventivas em eventos e inativação de engenhos explosivos; operações especiais; e operações de busca e salvamento (Garção, 2013).

Integrados na UNMIT entretanto constituída, a GNR projetou 13 contingentes, com um total de 1753 militares (ver Anexo T). Os contingentes nacionais efetuaram a rotação⁵⁷ semestralmente, de acordo com o preconizado no MOU com a ONU (Rodrigues, 2007), no entanto, antevendo as eleições de 2007, foi pedido um reforço⁵⁸ da UNMIT por uma FPU da GNR (que constituiu o 3.º contingente) a juntar à já existente, prevista a intensificação da atividade operacional (Hermenegildo, 2008). O ambiente de segurança consideravelmente calmo e os resultados amplamente aceites por todos os atores políticos durante as eleições demonstram que tinha havido progressos consideráveis na reconciliação desde a crise de 2006 (ONU, 2013). O que não impediu que, a 11 de Fevereiro de 2008, fossem realizados ataques contra o novo o PRDTL, *José Ramos Horta* e, separadamente, contra o Primeiro-Ministro *Kay Rala Xanana Gusmão (idem)*. Foi decretado Estado de Sítio e instalado recolher obrigatório. A GNR passou a ser responsável pela segurança pessoal do PRDTL e a garantir a presença permanente no Palácio do Governo e em diversos pontos críticos da cidade (Nogueira, 2012). Estes incidentes representaram um desafio inesperado e grave para TL, mas ao mesmo tempo encorajador, pela estabilidade em que o país se manteve e pela resposta apropriada e responsável dos órgãos do Estado (ONU, 2013).

Em 2008, altura em que a PNTL entra na fase de transição, a formação conheceu um novo impulso quando *Xanana Gusmão* solicitou que a GNR efetuasse um estudo detalhado e definisse um plano, visando a seleção, o recrutamento e a formação dos novos elementos a incorporar na sua Polícia (Garção, 2013).

Após 2008 verifica-se um cenário de reconstrução pós-conflito típico onde se continuam a desenvolver tarefas de desarmamento, desminagem, combate ao tráfico de armas, justiça transitória, reforço do estado de direito, reforma da polícia e das FFAA, com a criação do respetivo enquadramento legislativo (Hermenegildo, 2009).

O modelo de patrulhamento da GNR evoluiu ao longo dos anos, em função da situação de segurança, procurando transmitir às pessoas o sentimento de segurança, mantendo a intervenção robusta necessária. O Subagrupamento acompanhou toda a

⁵⁷Ver Apêndice E – Relação dos Contingentes

⁵⁸Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2007. Este reforço constituiu a maior unidade constituída que a GNR já teve em missões internacionais. Ver Anexo S.

segurança do PRDTL e a segurança pessoal da Procuradora-Geral da República, assim como à sua residência. Todos os serviços que exigem especialistas em explosivos foram assegurados pela EIEE que a atuava em todo o território timorense⁵⁹ (Nogueira, 2012).

A GNR podia-se distinguir das outras forças pela capacidade para cumprir um elevado espectro de missões⁶⁰ (Hermenegildo, 2009). Foi no setor da segurança que o Subagrupamento desenvolveu uma ação notável e por isso conquistou o respeito das populações (Belo, 2012). A rápida e eficaz resolução dos incidentes e o apoio à população, através de ações de solidariedade, caracterizam a missão da GNR (Garção, 2013). No entanto, o final da missão não significou o fim do envolvimento em TL, sendo que os serviços de acessória técnica e formação ainda contam com militares da GNR (DPERI, 2014).

4.5 Síntese

TL atravessou uma crise multidimensional (Hermenegildo, 2008), no entanto é hoje um país diferente: seguro, livre, mais justo, com uma polícia reestruturada e capaz que responder aos desafios (Garção, 2013). Muito está por fazer, mas os timorenses dispõem atualmente das ferramentas para o efeito (*idem*). A PNTL é autónoma, em virtude do processo de capacitação efetuado ao longo dos últimos anos (*ibidem*).

A participação da GNR em missões de paz conhece uma nova realidade com as missões em TL. As características de SPU, conferiram-lhe capacidade de intervenção robusta, capaz de fazer uso da força desde os meios menos letais, aos letais, sobretudo durante as operações de reposição da ordem pública (Cruz, 2007).

O sucesso do envolvimento de Portugal nestas missões tem sido consequência da forte capacidade de mobilização e dos elevados níveis de competência de várias instituições nacionais, entre as quais a GNR é exemplo (*idem*). Segundo a *Capstone Doctrine* das OAP, para se conseguir o sucesso, entre outros fatores, é necessária legitimidade e credibilidade, não só perante a comunidade internacional, mas também perante os olhos da população local (DPKO, 2010). Segundo Garção (2013) a GNR conquistou em TL uma consideração inigualável, reconhecida por diversas vezes e por um leque abrangente de pessoas, desde responsáveis políticos, até ao mero cidadão anónimo.

⁵⁹Para além destas missões, a GNR procurou orientar-se para tarefas como a capacitação da sociedade timorense e a realização de eventos de solidariedade para ajudar a população (Nogueira, 2012).

⁶⁰Era a única FPU que dispunha de uma EIEEI e de uma Equipa médica especializada do INEM. Estas especialidades permitiam-lhe marcar a diferença perante a população (Hermenegildo, 2009).

CAPITULO V

Metodologia e procedimentos

5.1 Introdução ao trabalho de campo

O trabalho de campo é um processo que integra um conjunto de procedimentos e regras para produzir e organizar conhecimento e, portanto, não se trata de uma simples técnica de investigação ou um instrumento de recolha primária de dados, incluindo também a sua análise e discussão (Velasco e Rada, 1997).

Nos capítulos anteriores foi feito o enquadramento teórico baseado na pesquisa bibliográfica. Esta servirá de suporte concetual para o trabalho de campo.

No quinto Capítulo procede-se à explicação da metodologia utilizada na presente investigação. Assim, inicia-se com a explanação do método de abordagem a esta parte prática e, posteriormente, pormenoriza as técnicas, procedimentos e meios utilizados na recolha de dados, assim como na sua análise.

5.2 Método de abordagem

O TIA requer uma definição clara quanto à forma de realizar a investigação, tornando-se indispensável delinear os caminhos necessários a adotar, no sentido de se proceder à recolha de informação (Sarmiento, 2008). Complementando, Freixo (2012) refere que o método científico consiste em estudar da forma mais racional possível, evitando enganos e procurando provar ideias, através de um conjunto de abordagens, técnicas e processos para resolver problemas.

Baseada no método hipotético-dedutivo, a presente investigação associa de forma alternada a teoria das forças *gendarmarie* e das OAP (Capítulos II e III), à realidade da missão da GNR em TL (Capítulo IV) e, com base nessa experiência, volta à teoria para a verificar e complementar.

A descrição e análise dessa situação particular (GNR em Timor), sob condições limitadas (Subagrupamento Bravo, 2006-2012) leva-nos ao método de estudo de caso tipo

prático⁶¹ (Pardal e Lopes, 2011). Segundo Freixo (2012) o estudo de caso tem cinco características chave: é um sistema limitado; identifica o foco e direção da investigação; é único, específico, diferente e complexo; decorre de um ambiente natural; e o investigador recorre a fontes múltiplas de dados: entrevistas, questionários, registos áudio e vídeo, documentos, etc.

Para a recolha dos dados empíricos recorreu-se ao método inquisitivo, através do interrogatório escrito e oral a vários militares empenhados na UNMIT (Sarmiento, 2008), sendo, assim, aplicados questionários e realizadas entrevistas.

5.3 Técnicas e meios utilizados

Segundo João Ponte (*cit in* Freixo, 2012) o estudo de caso pode utilizar uma grande variedade de procedimentos e instrumentos, envolvendo técnicas de recolha de dados muito diversas. A sua base é essencialmente dividida entre o trabalho de campo (que se consubstancia no Capítulo VI) e a análise documental (Capítulos II, III e IV), estudando uma dada entidade no seu contexto real e tirando todo o partido de fontes múltiplas, com recurso, por exemplo, a entrevistas e questionários (Freixo, 2012).

O mesmo autor considera o inquérito por questionário uma enorme fonte de informação. Com base na matéria extraída da revisão da literatura, foi elaborado um inquérito por questionário via Internet, através da plataforma *Google docs*. O questionário, representativo de uma população, consiste em colocar a um conjunto de inquiridos uma série de perguntas relativas a qualquer ponto de interesse do investigador (Quivy e Campenhoudt 2005). Foram aplicados inquéritos a 251 militares que estiveram em serviço na unidade constituída da GNR em TL entre 2006 e 2012.

Para complementar a informação obtida nos questionários foi aplicado um inquérito por entrevista que, segundo Freixo (2012), é uma fonte essencial de evidências para o estudo de caso. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2005), a entrevista permite retirar informações muito ricas, através da recolha de experiência, centrando essa recolha em torno das hipóteses do trabalho, sem excluir outros possíveis desenvolvimentos. No presente trabalho foram realizadas entrevistas a todos os comandantes de contingente do Subagrupamento Bravo.

⁶¹Segundo Pardal e Lopes (2011) o estudo de caso tipo prático visa estabelecer o diagnóstico de uma organização ou avaliar uma ação desta.

Com as técnicas enunciadas, em apoio da informação recolhida nos capítulos anteriores, é feita uma análise quantitativa e qualitativa dos questionários e entrevistas, manualmente e através do programa *Microsoft Excel 2010*.

5.4 Procedimentos na recolha e análise de dados

Referidas as técnicas de recolha de dados utilizadas trata-se agora de saber “o quê” e “como” foram recolhidos os dados e que instrumentos foram utilizados, questões fundamentais das quais depende a qualidade científica dos resultados e das conclusões do estudo (Coutinho, 2011).

5.4.1 Inquéritos por questionário

Os inquéritos por questionário possibilitaram a recolha de informações, baseando-se na inquirição de um grupo representativo da população em estudo (Sousa e Baptista, 2011), através de um enunciado de questões que permitiram obter informação que tem interesse para a investigação (Quivy e Campenhoudt 2005). Assim, a aplicação de questionários teve em conta o facto de permitirem quantificar os dados analisados, efetuar uma relação de análise e ainda a possibilidade da recolha de informação mais profunda acerca do fenómeno em estudo.

O questionário utilizado neste trabalho, tem por base a revisão da literatura realizada nos Capítulos II, III e IV, que foi relacionada com as hipóteses de investigação, de modo a que a análise possa contribuir para a sua refutação ou validação. As perguntas foram formuladas na modalidade de escolha múltipla em leque aberto (Pardal e Soares, 2011), dando possibilidade ao inquirido de apresentar aspetos não considerados no questionário, como forma de potenciar a recolha de informação (Apêndice F).

O inquérito por questionário foi aplicado por administração direta (Quivy e Campenhoudt, 2005), sendo que o seu preenchimento foi efetuado pelos inquiridos via internet, através da plataforma *Google Docs*. Este foi enviado para os inquiridos via email, juntamente com a apresentação do investigador e do trabalho (ver Apêndice G).

Foram admitidas 251 respostas dos militares da GNR que estiveram presentes na PORFPU da UNMIT e não exerciam função de Comandante de Contingente. As perguntas contempladas no questionário, num total de sete, estão agrupadas pelas seguintes áreas: B – Potencialidades/vulnerabilidades da GNR e C – Adequabilidade da atuação da GNR.

5.4.2 Inquéritos por entrevista

A entrevista pode envolver um único entrevistado ou então ser concebida tendo como alvo um grupo de pessoas (Coutinho, 2011). De forma a guiar o entrevistado, assim como a garantir que o entrevistador obtinha as respostas que procurava, as entrevistas foram realizadas com base num guião (ver Apêndice H), havendo, no entanto, flexibilidade para abordar outros assuntos relacionados, num contexto de entrevista semiestruturada (Sarmiento, 2008). A realização das entrevistas teve como principal objetivo recolher a informação empírica da parte do comandante da unidade constituída da GNR – PORFPU e assim complementar a informação dos questionários. As perguntas inicialmente previstas no guião, num total de treze, estão agrupadas em quatro áreas relativas à caracterização de TL e da GNR: A – Cenário; B – Potencialidades/vulnerabilidades da GNR; C – Adequabilidade da atuação da GNR; e D – Alcance dos objetivos.

A entrevista foi realizada a todos os Oficiais Comandantes de contingente presentes em TL entre 2006 e 2012, num total de nove (ver Apêndice I), de forma a se obter uma perspetiva mais completa da visão do patamar mais elevado do comando da unidade da GNR em Timor.

Para a análise das entrevistas foram elaborados quadros de análise de conteúdo das respostas⁶², para se reproduzirem as explicações dos entrevistados, através de ideias chave. Estes quadros, segundo Guerra (2010), permitem reduzir a quantidade de informação a trabalhar e, ainda, proceder à sua comparação, no sentido de encontrar aspetos comuns ou divergentes entre as diferentes entrevistas.

5.4.3 Amostragem: composição e justificação

A amostragem é o conjunto de sujeitos retirados da população estudada, através de diversas operações que permitem escolher um grupo ou elemento representativo da população (Freixo, 2012). Já a população é o conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões (Hill e Hill, 2002). Nesta investigação considera-se a população todos os militares da GNR que prestaram serviço na unidade constituída em Timor-Leste

⁶²Ver Apêndice J.

(Subagrupamento Bravo/PORFPU) durante o período compreendido entre Julho de 2006 e Dezembro de 2012.

Para uma recolha de informação mais completa decidiu-se optar por dividir a amostra em duas partes, de acordo com os dois métodos utilizados (questionários e entrevistas). Uma parte, composta 251 militares, a quem foi aplicado o questionário. E uma segunda parte, como forma de complementar a informação obtida, composta por todos os Comandantes de Contingente presentes na referida missão (ver Apêndice I). A escolha dos entrevistados visou obter uma representatividade social, sendo que a representatividade estatística (Guerra, 2006) é obtida através dos questionários.

Sarmiento (2008, p.23) considera que, para calcular uma amostra (n) aleatória simples, numa população finita (N), através da estimativa de uma proporção (p), mas garantindo um nível de confiança (λ) e um nível de erro (D), deve-se utilizar a seguinte fórmula:

$$n = \frac{p \times (1 - p)}{\frac{D^2}{(Z_{\alpha/2})^2} + \frac{p \times (1 - p)}{N}}$$

Figura 2 - Fórmula de cálculo da amostra

O questionário foi enviado à referida população ($N=1749$), conseguindo-se, no final, uma amostra total de 251 ($n=251$) que, segundo a fórmula da Figura 2, consubstancia um grau de confiança de 96% e um nível de erro de 6% (Apêndice K).

CAPÍTULO VI

Apresentação, análise e discussão dos resultados

6.1 Introdução

Neste capítulo serão apresentados, analisados e discutidos todos os resultados obtidos através dos inquéritos por questionário e por entrevista, base da recolha de informação deste trabalho de investigação, a par da revisão da literatura. Os resultados alcançados serão “apresentados e analisados de maneira a fornecer uma ligação lógica com o problema de investigação proposto” (Fortin, 2009, p. 330).

No final do capítulo será feita a análise e discussão conjunta dos questionários e entrevistas, sempre com o apoio da revisão da literatura.

6.2 Questionários

O presente questionário, divide-se em duas partes. A primeira parte visa a caracterização sociodemográfica da amostra⁶³, a fim de perceber a sua representatividade. A segunda parte é composta por sete questões de escolha múltipla em leque aberto (Pardal e Lopes, 2011), com o intuito dar oportunidade ao questionado para exprimir a experiência da vertente operacional (Apêndice F) .

As respostas apresentadas foram sujeitas a análise estatística. Os resultados obtidos da análise serão apresentados em gráficos representativos, provenientes de uma análise estatística, realizada com o programa *Microsoft Office Excel 2010*, com a respetiva análise textual de acordo com as áreas B – Potencialidades/vulnerabilidades da GNR e C – Adequabilidade da atuação da GNR, referidas no Capítulo V, de forma a proporcionar um entendimento intuitivo dos resultados.

6.2.1 Apresentação análise e discussão dos resultados dos questionários

As definições e termos utilizados como opção nas respostas fechadas encontram-se no quadro síntese de potencialidades e vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie* (ver

⁶³Ver Apêndice L.

Anexo H) A exposição da relação entre a frequência (n) e a percentagem (%) dos valores apresentados nos gráficos que seguem está disponível no Apêndice M.

Antes de passar à análise das questões relacionadas com as hipóteses da investigação, importa apresentar os dados sociodemográficos dos questionados⁶⁴, para provar a fiabilidade da amostra. 97% da amostra é constituída por homens e apenas 3% por mulheres. 90% tem entre 25 e 45 anos, sendo que, dos referidos, 126 tem entre 25 e 35 anos e 100 entre 35 e 45. O que significa que metade da amostra tem até 35 anos. Em relação ao tempo de serviço, a maior parte (57%) dos questionados tem entre 5 e 15 anos de serviço; 35% tem entre 15 e 25 anos de serviço e apenas 15 têm mais de 25. 163 dos 251 militares (65%) tem o ensino secundário e 18% tem um curso superior. Apenas 17% deixou de estudar com o ensino básico.

Em relação ao contingente a análise é mais complexa, pois muitos militares participaram em mais do que um contingente. Como o que se pretende é a representatividade equitativa de todos os contingentes, essa questão não tem relevo, pois está garantida independentemente de ser o mesmo militar ou não. A representatividade de cada contingente varia entre os 7% e os 9%. A representatividade ideal seria de sensivelmente 7,7%, portanto confirma-se que a amostra é representativa.

Caracterizando o posto, aquando da realização da missão, obtemos 67% dos questionados da categoria de Guardas, 21% da categoria de Sargentos e 12% da categoria de Oficiais. Significa que a representação por posto, através das categorias, também é relativamente equitativa em relação à proporção considerada “normal” entre militares (1-3-9). A categoria maioritariamente representada é a de Guardas, o que é positivo, devido à população entrevistada ser totalmente constituída por Oficiais. Consegue-se assim as duas visões da realidade: a visão do operacional e a visão do comando. Para terminar esta caracterização, 53% dos questionados estavam no Pelotão Operacional e 29% no Pelotão de Apoio e Serviços, constituindo as duas maiores funções a representar. Ainda 11 questionados da Secção de Operações Especiais (SOE) e 13 da EIEE.

As questões dos questionários são analisadas individualmente. Cada um dos 251 questionados respondeu livremente às questões colocadas. Posto isto será feita a análise detalhada das respostas às questões, com referência permanente à resposta aberta (“outra(o)(s)”) por ser uma fonte potencial de recolha de informação (Pardal e Lopes, 2011).

⁶⁴Ver Apêndice L.

A pergunta **B1: “Que potencialidades identifica na GNR durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]?”**, relativa à Figura 3, obteve 4 respostas indicadas por mais de 50% dos questionados: “Polivalência e Flexibilidade”, com 204 escolhas - 81%, “Capacidade e competência” com 190 – 76%, “Confiança” com 170 – 68% e “Experiência” com 142 – 57%. As respostas “Modelo” e “Interoperabilidade” foram também apontadas por 119 (47%) e 102 (41%) questionados, respetivamente. As opções menos referidas foram “Planeamento”, por 85 (35%) militares, e “Eficiência”, por 72 (29%). Apenas 10 (4%) questionados escolheram a opção “Outras”.

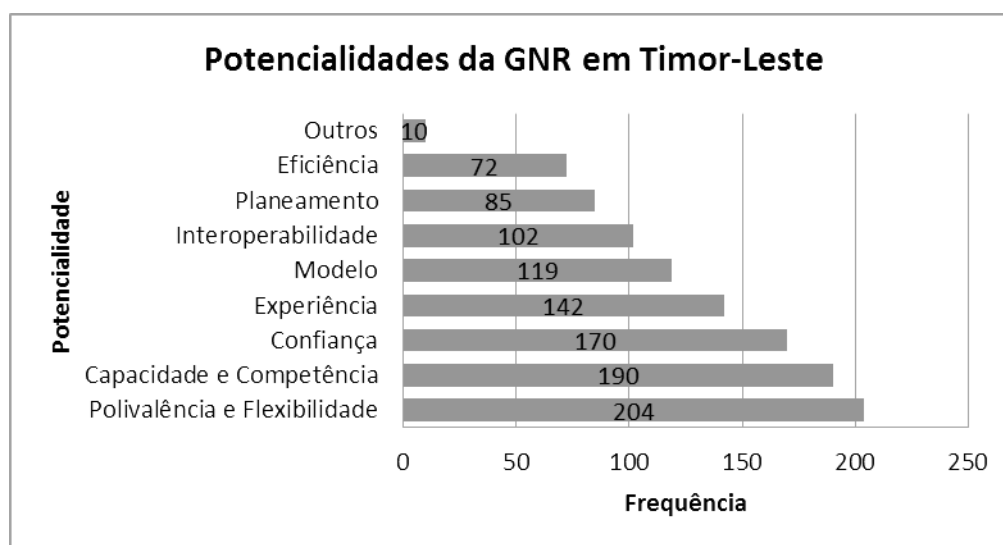


Figura 3 - Análise quantitativa das respostas à questão B1

As frequências de resposta à pergunta **B2: "Que vulnerabilidades identifica na GNR durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]?"**, apresentadas na Figura 4, demonstram que não existe uma opção unânime. 86 (34%) responderam “Duplicação, generalismo e insuficiência” e 79 (31%) respondeu “Política”. A resposta aberta surge com 60 (24%) respostas, logo seguida por “Material e equipamento”, também com 24%. Ainda com 20 (8%) escolhas a opção “Modelo”. 44 das 60 respostas “Outros” foram no sentido da inexistência de vulnerabilidades.

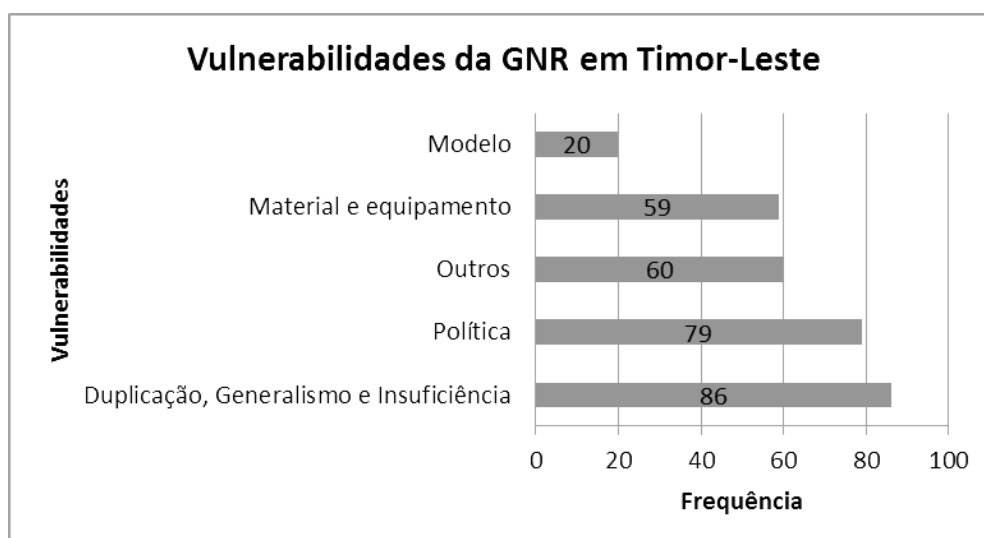


Figura 4 - Análise quantitativa das respostas à questão B2

Relativamente à questão **B3**: “Que fatores contribuíram para uma resposta rápida ao pedido de Timor-Leste em 2006?”, cujas respostas se apresentam na Figura 5, 169 questionados (67%) optaram por “Polivalência e flexibilidade”, enquanto que 139 (55%) responderam “Experiência internacional”. Ainda com 120 respostas (48%) é referida a “Capacidade de projeção” e com 104 (41%) o “Estatuto militar”. A opção “outros” foi escolhida por 22 vezes (8%) sendo que as respostas com maior sustentação foram o “acordo bilateral”, a “experiência e credibilidade ganha na missão de 2000-2002”, o “laço cultural” com a população timorense e ainda a “vontade política”.



Figura 5 - Análise quantitativa das respostas à questão B3

Findas as questões relativas à **área B – Potencialidades/vulnerabilidades da GNR**, percebe-se que a questão das vulnerabilidades não é muito consensual. Importa ainda referir a pro atividade dos 44 questionados em mencionar a inexistência de vulnerabilidades da força da GNR em Timor-Leste. Como potencialidades a questão da “polivalência e flexibilidade” surge mais vezes referida do que todas as outras. Concretamente em Timor tem inevitavelmente que se mencionar a imagem de capacidade e competência, deixada na experiência da GNR em 2000-2002 e mantida ao longo de toda esta missão, o que resulta na confiança da população para com os militares da GNR. Para além desses fatores, temos ainda o natural laço cultural entre portugueses e timorenses (Timor - antiga colónia portuguesa).

Da análise da Figura 6, relativamente às respostas à pergunta **C1: “Que missões militares estavam atribuídas à GNR com mais frequência durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]?”** 179 (71%) dos 251 questionados responderam “Inativação e supressão de engenhos explosivos”, sendo a resposta mais escolhida. 149 militares (59%) respondeu “Controlo da população, de refugiados e de transviados” e 131 (52%) respondeu “Missões de operações especiais”. De referir ainda “Ocupação e defesa de pontos sensíveis”, com 117 seleções (42%). 50 dos inquiridos (20%) optaram por “Outros”, dos quais 37 responderam “nenhuma”.

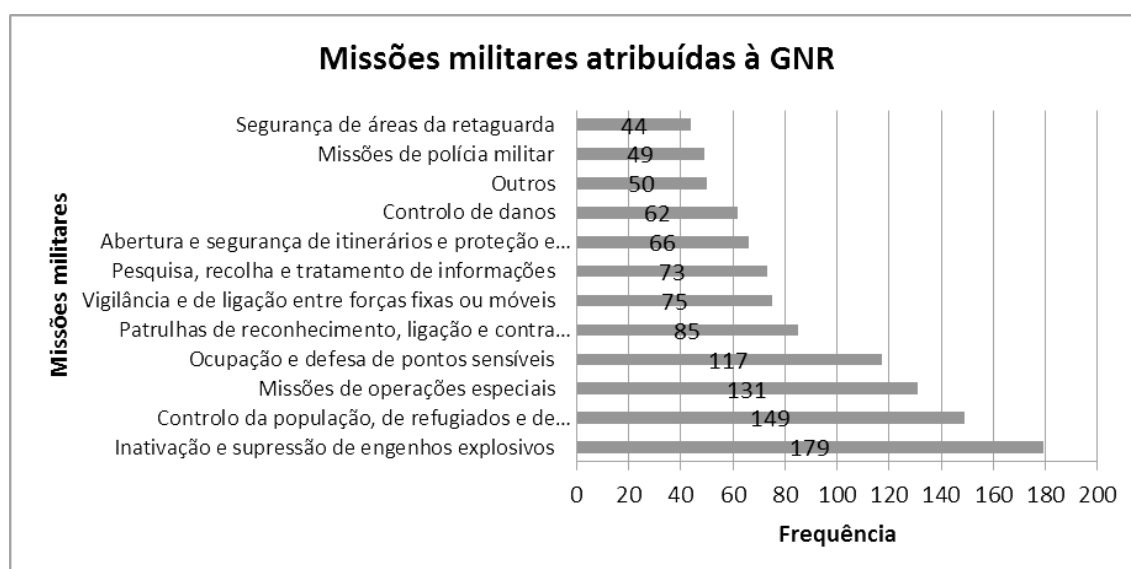


Figura 6 - Análise quantitativa das respostas à questão C1

A questão C2 **“Que missões policiais estavam atribuídas à GNR com mais frequência durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]?”**, relativa à Figura 7, obteve 218 respostas (87%) com a opção “Manutenção e restabelecimento da ordem pública”. Logo de seguida, 205 militares (82%) responderam “Controlo de distúrbios civis” e “Inativação de engenhos explosivos improvisados”, ainda com 190 respostas (76%) “Escoltas e segurança a altas entidades”, com 180 (72%) “Segurança de pontos sensíveis” e com 177 (71%) “Policimento de áreas sensíveis”. Apenas 14 (6%) optou por “Outros”.

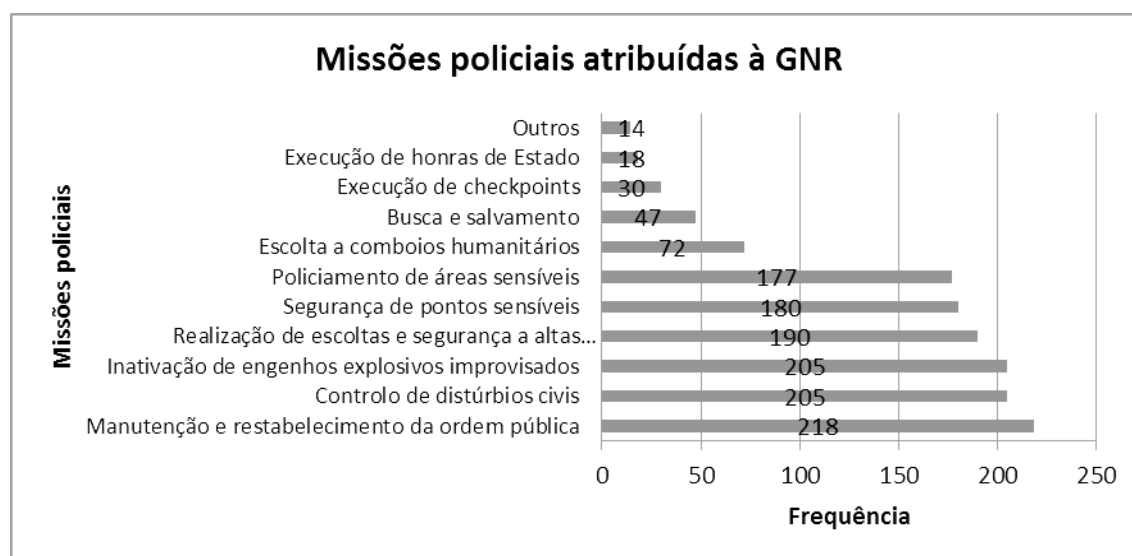


Figura 7 - Análise quantitativa das respostas à questão C2

A questão C3: **“De entre as duas respostas anteriores, refira quais as missões que distinguem a GNR das outras Forças de Segurança a prestar serviço local”** obteve 4 respostas escolhidas pela maioria dos questionados, como se pode visualizar na Figura 8. Primeiro “Inativação de engenhos explosivos improvisados”, com 189 respostas (75%); depois, com 175 (70%), “Manutenção e restabelecimento da ordem pública”; em terceiro “Controlo de distúrbios civis”, com 166 (66%); e, por fim, “Escoltas e segurança a altas entidades” com 132 (53%). Dos 39 (16%) que responderam “Outros”, 31 referiu “Ações de solidariedade para com a população”,



Figura 8 - Análise quantitativa das respostas à questão C3

Relativamente à questão C4: “Quais as características que distinguiram a GNR de outras forças a atuarem no Teatro de Operações?”, apresentada na Figura 9, a resposta mais vezes selecionada, por 231 dos 251 entrevistados (92%), foi “Proximidade e confiança com a população civil”. Com 177 respostas (71%) surge “Competência técnica” e com 156 (62%) “Qualidade dos recursos humanos”.

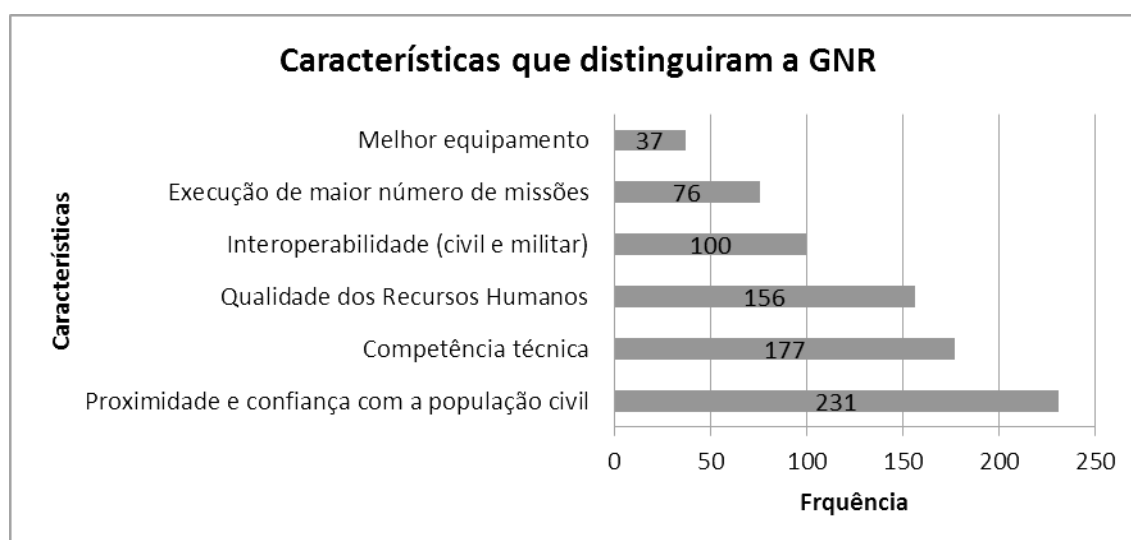


Figura 9 - Análise quantitativa das respostas à questão C4

Analisando a **área C – Adequabilidade da atuação da GNR**, é preciso ter em conta determinados fatores. Os militares que responderam a este questionário estiveram presentes em contingentes diferentes, em anos diferentes, com cenários e situações

diferentes. Percebe-se que realizaram missões diferentes e podem ter percepções da realidade diferentes, ou pelo menos mais do que seria normal.

No entanto, consegue perceber-se que as missões militares mais apontadas como frequentemente atribuídas à GNR são missões que podem também, geralmente, ser realizadas por forças de polícia: inativação e supressão de engenhos explosivos, controlo da população, de refugiados e de transviados, missões de operações especiais e defesa de pontos sensíveis. Na terminologia policial podem, da mesma forma, muitas vezes referirem-se missões semelhantes, provavelmente num contexto mais calmo, com objetivos diferentes ou apenas porque existe outra legitimidade para a atuação. Um fator também diferenciador das missões militares/policiais é dicotomia inimigo/adversário.

Em relação às missões policiais, é notória a percepção da atribuição da missão de Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública, a par do Controlo de Distúrbios Civis, Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados, Escoltas e Segurança a Altas Entidades e Policiamento/Segurança de zonas sensíveis. Uma das conclusões retiradas prende-se com o facto de os questionados referirem que são essas mesmas missões que fazem a distinção da força da GNR para com as outras forças. O que pode significar que são as missões em questão que estão realmente atribuídas mais frequentemente ao Subagrupamento. Paralelamente, é necessário considerar que as ações de solidariedade social, em apoio da população timorense mais desfavorecida, terão tido impacto nos diversos sectores da sociedade, como tarefa não incluída nas atribuições, mas que pode realmente marcar a diferença. Associada a essa tarefa vem, portanto, a proximidade e confiança da GNR com a população, característica que a torna uma força humana, próxima e de confiança (lema atual da GNR).

6.3 Entrevistas

Após a transcrição e análise do conteúdo das entrevistas, procedeu-se à classificação e codificação alfanumérica⁶⁵. Assim, com base na frequência e percentagem dos segmentos, é analisada cada uma das questões e, estas, serão discutidas de acordo com as áreas referidas no Capítulo V (A, B, C e D).

⁶⁵Ver Apêndice N.

6.3.1 Apresentação, análise e discussão dos resultados das entrevistas

As questões das entrevistas são analisadas individualmente de acordo com a segmentação, que traduz uma ideia chave. Cada um dos nove Comandantes de Contingente entrevistados respondeu livremente às questões colocadas, sendo que, após análise da entrevista, agruparam-se as respostas por segmentos, de acordo com a Tabela 42 – Anexo N.

As respostas à questão **A1: “Como caracterizaria o cenário que encontrou em Timor-Leste?”**, traduzidas pelos dez segmentos referidos na tabela 1, foram extensas. As duas respostas mais referidas foram a A1.1 “ambiente calmo” e a A1.5 “GNR com funções executivas” com uma percentagem de 67% cada uma delas. De seguida, com uma frequência de 5 respostas em 9 possíveis (56%), surge o segmento A1.3 “atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população” e o A1.4 “Conflitos entre grupos e fações”. Menos de metade dos entrevistados (44%) referiram ainda a A1.8 “crise política” e A1.10 “Mudança no tipo de problemas de segurança”. 3 entrevistados (33%) referiram A1.7 “PNTL na fase de transição”. Por fim, referido apenas por duas vezes (22%), surge A1.2 “PNTL com função executiva”, A1.6 “clima de guerra civil” e A1.9 “pobreza social”.

Tabela 1 - Análise quantitativa das respostas à questão A1

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão A1											
Segmentação A1.1	X	X	X			X	X		X	6	67%
Segmentação A1.2	X	X								2	22%
Segmentação A1.3	X	X	X				X		X	5	56%
Segmentação A1.4		X		X	X	X		X		5	56%
Segmentação A1.5		X	X	X	X	X		X		6	67%
Segmentação A1.6			X			X				2	22%
Segmentação A1.7			X			X	X			3	33%
Segmentação A1.8				X	X	X		X		4	44%
Segmentação A1.9				X	X					2	22%
Segmentação A1.10		X				X	X		X	4	44%

Os dados obtidos na questão **A2: “Em que cenário/tipologia de operações enquadra a missão da GNR em Timor-Leste [2006-2012]?”**, com base na tabela 2, demonstram que, pela perspetiva de 75% dos entrevistados, se tratou de uma operação de “manutenção da paz” – segmento A2.3. Com uma frequência de 5, ou seja, 63% dos

comandantes de contingente referem a A2.5 “consolidação da paz”. 25% responde ainda A2.1 “prevenção de conflitos” e A2.4 “imposição da paz”. Por último, referido apenas por um entrevistado (11%), A2.2 “restabelecimento da paz”.

Tabela 2 - Análise quantitativa das respostas à questão A2

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão A2											
Segmentação A2.1	X								X	2	25%
Segmentação A2.2	X									1	13%
Segmentação A2.3	X	X	X	X		X	X			6	75%
Segmentação A2.4		X						X		2	25%
Segmentação A2.5		X	X			X	X		X	5	63%

Para a discussão os resultados associados à **área A – Cenário**, é preciso ter em conta alguns pormenores. Cada Comandante de Contingente esteve presente em Timor-Leste em alturas diferentes, o que torna natural a extensão de ideias chave apresentadas. Para além disso, o mesmo entrevistado pode referir ideias chave, inicialmente, opostas; pois 3 dos 9 entrevistados realizaram a missão em contingentes diferentes, como comandantes de contingente. Isto leva-nos a concluir que a análise a estas duas questões tem que ser também qualitativa, pois a quantidade de respostas pode não assumir um resultado direto. Posto isto, elaborou-se um esquema temporal representativo⁶⁶ das respostas às questões A1 e A2, de acordo com o período em que cada entrevistado esteve presente em Timor e a sua caracterização do cenário, como forma de síntese da área A.

Assim percebe-se que aquando da chegada da GNR a Timor-Leste em 2006 o cenário era de grande instabilidade, de confrontos entre diferentes grupos e de crise política do Estado. Perante isto a GNR teve que assegurar o papel de polícia executiva para repor a ordem e a segurança, levando o entrevistado 9 a referir a tipologia de operações de paz mais próxima do conflito armado, a imposição da paz. A partir das eleições de 2007, apesar dos atentados ao PRDTL e ao Primeiro-Ministro, em 2008, o clima estabilizou e tornou-se calmo, o que leva os entrevistados a referir a operação de manutenção da paz. Com o início das atividades de formação da PNTL, a GNR entrou na fase de transição para a função não executiva, que culminou em 2010 com a passagem de responsabilidade – consolidação da paz. Os problemas de segurança foram-se alterando ao longo dos

⁶⁶ Ver Apêndice O.

contingentes, o que levou a uma adaptação constante do esforço operacional, assim como à alteração da tipologia das operações.

As respostas à questão **B1: “Quais as características da GNR que a tornam uma força tipo *gendarmarie*?”** tenderam, analisando a tabela 3, para 3 características principais. A interoperabilidade (B1.1), com 88% e, com 75%, a alargada capacidade de atuação (B1.2) e a organização interna (B1.6). Por outro lado, foram também referidas B1.5 “capacidade de adaptação” por 3 entrevistados (38%), B1.3 “robustez” e B1.4 “capacidade física dos militares” por 2 (25%). A segmentação 1.7 “capacidade para projetar unidades constituídas” foi referida por uma única vez (13%).

Tabela 3 - Análise quantitativa das respostas à questão B1

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão B1											
Segmentação B1.1	X	X	X	X		X		X	X	7	88%
Segmentação B1.2	X	X		X		X		X	X	6	75%
Segmentação B1.3		X				X				2	25%
Segmentação B1.4		X		X						2	25%
Segmentação B1.5		X		X			X			3	38%
Segmentação B1.6	X		X			X	X	X	X	6	75%
Segmentação B1.7								X		1	13%

Na questão **B2: “Quais os fatores que contribuíram para a rápida resposta ao pedido de ajuda de Timor-Leste em 2006?”**, referente à tabela 4, foi possível observar que a grande maioria, 89%, dos entrevistados indica B2.4 “capacidade técnica sedimentada” como fator mais preponderante. 6 dos 9 entrevistados (67%) consigna também B2.2 “organização interna da UP”. Os segmentos B2.3 “capacidade de mobilização” e B2.5 “experiência anterior” surgem com uma percentagem de 44%. Por 3 entrevistados (33%) foi também referenciado B2.1 “vontade política” e, por apenas 2 (22%), B2.6 “laço cultural com Timor-Leste”.

Tabela 4 - Análise quantitativa das respostas à questão B2

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão B2											
Segmentação B2.1	X		X						X	3	33%

Segmentação B2.2	X	X	X			X	X	X		6	67%
Segmentação B2.3		X		X			X	X		4	44%
Segmentação B2.4		X	X	X	X	X	X	X		8	89%
Segmentação B2.5					X	X		X	X	4	44%
Segmentação B2.6						X			X	2	22%

Relativamente aos dados obtidos nas respostas à questão **B3: “Quais as principais potencialidades da GNR no Teatro de Operações de Timor-Leste [2006-2012]?”**, atentando à tabela 5, destacou-se a referência à resposta B3.6 “proximidade com a população” com 67%. Três outros resultados surgiram, referidos por 4 dos 9 entrevistados (44%): B3.1 “capacidade militar/policial para repor a ordem”; B3.5 “Experiência anterior”; e B3.8 “Flexibilidade de atuação”. Por apenas uma vez (11%) aludiu-se ainda a B3.2 “capacidade física dos militares”; B3.4 “cadeia hierárquica centralizada”; e B3.7 “Sinergia entre especialidades”.

Tabela 5 - Análise quantitativa das respostas à questão B3

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão B3											
Segmentação B3.1	X				X	X		X		4	44%
Segmentação B3.2		X								1	11%
Segmentação B3.3		X	X	X						3	33%
Segmentação B3.4		X								1	11%
Segmentação B3.5			X			X		X	X	4	44%
Segmentação B3.6				X	X	X	X	X	X	6	67%
Segmentação B3.7							X			1	11%
Segmentação B3.8		X				X	X		X	4	44%

As respostas à questão **B4: “Quais as principais vulnerabilidades da GNR nesse TO?”**, foram, no geral, respondidas com pouca frequência, de acordo com a tabela 6. Com 3 respostas (33%), os segmentos B4.2 “efetivo limitado” e B4.6 “limitações logísticas”, foram os mais frequentes. Depois, com 22% das respostas, surgem os segmentos B4.8 “exposição social” e B4.9 “rotatividade excessiva dos militares”. Por apenas uma vez (11%) referiu-se ainda B4.1 “equipamento de proteção limitado”; B4.3 “cadeia hierárquica centralizada”; B4.4 “dupla dependência (ONU/Portugal)”; B4.5 “demasiada liberdade dos militares”; e B4.7 “incerteza quanto à situação operacional”.

Tabela 6 - Análise quantitativa das respostas à questão B4

Análise Quantitativa												
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
Questão B4												
Segmentação B4.1	X										1	11%
Segmentação B4.2	X		X					X			3	33%
Segmentação B4.3		X									1	11%
Segmentação B4.4		X									1	11%
Segmentação B4.5			X								1	11%
Segmentação B4.6				X			X	X			3	33%
Segmentação B4.7					X						1	11%
Segmentação B4.8						X			X		2	22%
Segmentação B4.9							X		X		2	22%

Analisando as respostas à questão B5: “Quais seriam as formas de potencializar tais potencialidades e reduzir as vulnerabilidades da GNR nesse cenário?”, expressas na tabela 7, percebe-se que a maioria das respostas (67%) indicam o segmento B5.1 “ajustamentos na projeção de material e homens”. Os entrevistados 2 e 5 referiram também a ideia B5.2 “comando direto da ONU” (22%). Com frequência de apenas 1 (11%), surge B5.3 “regime de internato”, B5.4 “direcionar o aprontamento para o policiamento de proximidade”, B5.5 “adaptação constante às necessidades” e B5.6 “reduzir a rotatividade dos militares”.

Tabela 7 - Análise quantitativa das respostas à questão B5

Análise Quantitativa												
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
Questão B5												
Segmentação B5.1	X			X	X	X	X	X			6	67%
Segmentação B5.2		X			X						2	22%
Segmentação B5.3			X								1	11%
Segmentação B5.4						X					1	11%
Segmentação B5.5							X				1	11%
Segmentação B5.6									X		1	11%

Terminadas as questões agrupadas na área B – Potencialidades/vulnerabilidades da GNR, conclui-se que a GNR tem uma série de potencialidades e vulnerabilidades características das forças tipo *gendarmarie*. No entanto, no cenário concreto do contingente

da GNR em Timor-Leste (2006-2012), surgem mais alguns fatores que a visão de Comando do contingente nos permite referir.

A interoperabilidade (elo de ligação entre entidades civis e militares) e a flexibilidade de atuação, desde situações de elevada perigosidade até situações de apoio à população, são potencialidades das forças *gendarmérie* também identificadas na força da GNR em Timor. Para além disso, a organização interna da Unidade de Intervenção (UI), com homens disponíveis para este tipo de missões e com unidades permanentemente prontas a serem projetadas sob uma cadeia de comando bem definida e ainda com a capacidade técnica sedimentada, para realizar tarefas como a manutenção e restabelecimento da ordem pública, são potencialidades particulares da GNR. Uma outra potencialidade muito particular a esta missão são os laços culturais e a proximidade natural histórica entre portugueses e timorenses. No que diz respeito às vulnerabilidades do Subagrupamento bravo, não há uma opinião consensual, no entanto, podem apontar-se limitações ao nível de efetivo humano e de recursos materiais. As limitações ao nível do efetivo referem-se, essencialmente, à pequena estrutura de Estado-Maior. Em relação ao material foram indicadas, principalmente, limitações ao nível dos sobressalentes, por exemplo, para viaturas. Essa vulnerabilidade, apesar de ser um dos pontos fracos associados às forças tipo *gendarmérie* (referido no Capítulo II), está também relacionado com a distância de Timor a Portugal, que torna o transporte logístico uma operação complexa e morosa. Para reduzir essa vulnerabilidade é referido, de forma mais unânime, um ajustamento prévio na projeção de material, através da provisão de alguma capacidade de transporte estratégico e logístico, assim como de armazenagem. Uma outra perspetiva, para colmatar esta vulnerabilidade, é a aquisição direta dos materiais necessários no TO, sendo por vezes possível e menos onerosa. Em relação ao efetivo, sugere-se o redimensionamento do apoio ao Comandante de contingente⁶⁷ e, ainda, o envio das equipas de formação numa estrutura à parte da FPU.

Na resposta à questão **C1: “Quais as principais missões policiais que desenvolveu a GNR?”** foram referenciados 6 segmentos, tendo em conta a tabela 8. O único segmento indicado pela maioria dos entrevistados (56%) foi o C1.5 “todas as missões eram policiais”. Os entrevistados 1 e 2 referiram também as “operações de elevada

⁶⁷“Consideramos que a solução ideal passará pela manutenção (...) de três Adjuntos, devendo esta constituir-se como uma orientação para missões futuras” (Barradas, 2007, p,29). Ver Anexo U.

perigosidade” (C1.2) (22%). O resto das respostas foi de encontro ao segmento C1.6 “as missões presentes na carta de missão”.

Tabela 8 - Análise quantitativa das respostas à questão C1

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão C1											
Segmentação C1.1	X									1	11%
Segmentação C1.2	X	X								2	22%
Segmentação C1.3	X									1	11%
Segmentação C1.4	X									1	11%
Segmentação C1.5			X	X	X	X	X			5	56%
Segmentação C1.6								X	X	2	22%

A análise da questão C2: “Quais as principais missões militares que desenvolveu a GNR?”, através da tabela 9, indica que não existe uma resposta unânime. Os segmentos com maior percentagem (33%) foram o C2.5 “nenhuma” e o C2.6 “avaliação complexa”. Os entrevistados 2 e 8 (22%) mencionaram também o “apoio a intervenções militares” (C2.4). Com apenas uma resposta (11%) foram ainda referidas “segurança de pontos sensíveis” (C2.1), “operações em cenários de conflito” (C1.2) e “controlo de danos” (C2.3).

Tabela 9 - Análise quantitativa das respostas à questão C2

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão C2											
Segmentação C2.1	X									1	11%
Segmentação C2.2	X									1	11%
Segmentação C2.3		X								1	11%
Segmentação C2.4		X						X		2	22%
Segmentação C2.5			X		X				X	3	33%
Segmentação C2.6				X		X	X			3	33%

As respostas à questão C3: “Que variáveis contribuíram para a atribuição de um espectro tão elevado de missões a desempenhar?”, como demonstra a tabela 10, foram reduzidas. O segmento mais verificado, com 89%, foi o C3.2 “multidisciplinabilidade da força”. Com 33% surge o C3.1 “valência de polícia de natureza

militar” e, por fim, com 11%, C3.3 “flexibilidade no uso da força” e C3.4 “respeito e credibilidade pela GNR”.

Tabela 10 - Análise quantitativa das respostas à questão C3

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão C3											
Segmentação C3.1	X	X							X	3	33%
Segmentação C3.2	X	X	X	X	X	X	X		X	7	89%
Segmentação C3.3				X						1	11%
Segmentação C3.4								X		1	11%

Os dados obtidos na questão **C4: “Quais as características ideais de uma força para responder a este tipo de TO?”**, com base na tabela 11, objetivaram que 56% dos entrevistados acreditam que as características ideais de uma força no TO de Timor são as “características semelhantes às do Subagrupamento Bravo” (C4.1). 2 entrevistados (22%) referiram ainda C4.4 “Não há características ideais” e C4.5 “capacidade de adaptação às diferentes realidades”. Com apenas 11% temos ainda “ajustamentos em termos de pessoal e equipamento” (C4.1), “capacidade de projeção estratégica e logística” (C4.3) e “características das forças tipo *gendarmarie*” (C4.6).

Tabela 11 - Análise quantitativa das respostas à questão C4

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Porcentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão C4											
Segmentação C4.1	X	X		X			X	X		5	56%
Segmentação C4.2	X									1	11%
Segmentação C4.3		X								1	11%
Segmentação C4.4			X		X					2	22%
Segmentação C4.5				X		X				2	22%
Segmentação C4.6									X	1	11%

As respostas à questão **C5: “Quais as características que distinguiram a GNR de outras forças a atuarem no TO?”** tenderam, analisando a tabela 12, para a maioria de duas características distintivas da GNR: C5.1 “Polivalência” e C5.2 “flexibilidade no uso da força”, com 67% e 56% respectivamente. Por quatro vezes (44%) é referido o segmento C5.8 “proximidade com a população”. Com 22% menciona-se ainda “competência e

profissionalismo” (C5.4), “experiência internacional anterior” (C5.7) e “militares com treino específico” (C5.9). E ainda, com a menor percentagem (11%), C5.3 “disponibilidade”, C5.5 “capacidade para dar formação policial e profissional” e C5.6 “autonomia logística”.

Tabela 12 - Análise quantitativa das respostas à questão C5

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão C5											
Segmentação C5.1	X	X	X				X	X	X	6	67%
Segmentação C5.2	X					X	X	X	X	5	56%
Segmentação C5.3	X									1	11%
Segmentação C5.4	X							X		2	22%
Segmentação C5.5		X								1	11%
Segmentação C5.6		X								1	11%
Segmentação C5.7			X		X					2	22%
Segmentação C5.8				X	X	X			X	4	44%
Segmentação C5.9							X	X		2	22%

Terminada a análise relativa às questões da **área C – Adequabilidade da atuação da GNR** passa-se agora à sua discussão. Quando questionados sobre as tarefas militares ou de polícia desempenhadas pelo Subagrupamento Bravo, várias foram as questões que foram levantadas ao entrevistador. A caracterização de uma missão como militar, ou de polícia, é complexa, sendo que, o raciocínio lógico é: somos uma força de polícia, então desempenhamos missões de polícia. Podemos, no entanto, considerar algumas das nossas missões como missões militares, quando efetuadas em ambiente de conflito armado, ou em apoio a forças militares. Como é referido no Capítulo II a GNR contempla, no RGSGNR, um leque de missões militares que lhe pode ser atribuído. No entanto podem ser levantadas algumas questões de enquadramento e de terminologia. Por exemplo, qual a diferença entre uma operação de segurança física (missão de polícia) e uma operação de defesa de ponto sensível (missão militar)?

Apesar da indefinição em relação à tipologia das missões realizadas pela GNR em Timor, certo é que lhe estavam atribuídas uma série de tarefas, desde o restabelecimento e manutenção da ordem pública, formação da PNTL (e também de técnicos de eletricidade, cozinha etc.) e até mesmo ações de solidariedade; esta última não diretamente atribuída, mas cumprida.

Por fim, na resposta à questão **D1: “Quais os objetivos propostos e alcançados e quais os que não foram alcançados. Porquê?”**, pode referir-se, com base na tabela 13, que 67% dos entrevistados afirma que “os objetivos foram alcançados na generalidade” (D1.2), no entanto, 56% referem o segmento D1.3 “formação da PNTL está ainda em curso”. Os entrevistados 1 e 9 (22%) aludiram ainda à complexidade dessa análise – D1.1 “análise complexa”.

Tabela 13 - Análise quantitativa das respostas à questão D1

Análise Quantitativa											
Segmentação	Entrevistados									Frequência (n)	Percentagem (%)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9		
Questão D1											
Segmentação D1.1	X								X	2	22%
Segmentação D1.2		X	X	X	X	X	X	X		6	67%
Segmentação D1.3		X		X	X	X	X			5	56%

Quanto à **área D – Alcance dos objetivos**, estes foram considerados alcançados. Apesar da referência ao facto da formação da PNTL não estar ainda terminada, não se considera uma situação suficiente para avaliar esse objetivo como não alcançado. A formação foi alcançada na medida da duração dos contingentes e da missão da GNR em Timor. Este objetivo só se iniciou a meio do período da missão e carece ainda de continuidade. Ademais dos objetivos propostos, os militares dos vários contingentes foram além disso, desenvolvendo inúmeras atividades de solidariedade para com a população timorense. Esta capacidade leva-nos também à questão, anteriormente mencionada, da polivalência e da flexibilidade no uso da força, característica igualmente referenciada nas forças tipo *gendarmarie*.

6.4 Discussão dos resultados dos questionários e das entrevistas

Após análise e discussão dos resultados dos questionários e das entrevistas, separadamente, cabe agora a discussão conjunta de ambos. Optou-se por não colocar neste quadro de comparação, paralelamente a questionários e entrevistas, uma coluna referente à revisão bibliográfica, essencialmente, porque essa foi a base na elaboração dos questionários, portanto, não traria informação nova para a discussão.

Pela análise da Figura 10 percebe-se que, apesar de elaborados com a opção aberta “outros”, os questionários limitam a recolha de informação por parte do investigador e,

antes disso, limitam também a capacidade do questionado se expressar e transmitir a informação. As entrevistas, realizadas a Oficiais que estiveram na função do Comando do contingente, dão uma liberdade algo diferente aos entrevistados, o que lhe permite aproximar-se da realidade e, também, dos conceitos utilizados e a utilizar. Prevendo, logo à partida, alguma fragilidade no acesso a informação de cariz mais amplo e variado nos questionários, optou-se por só colocar questões agrupadas nas áreas B (potencialidades/vulnerabilidades da GNR) e C (adequabilidade da atuação da GNR) sendo que, portanto, os resultados a considerar nas áreas A (cenário) e D (alcance dos objetivos) são unicamente os obtidos pelas entrevistas.

Voltando, novamente, à análise da Figura 10, apresentando a mesma e dissecando todas as questões, individualmente, dos dois métodos de recolha de dados utilizados nesta investigação. A questão das potencialidades da força constituída da GNR em Timor-Leste de 2006 a 2012 revela pontos comuns entre questionários e entrevistas. A “Polivalência e flexibilidade”, extraída das respostas múltiplas, associa-se, normalmente, à diversidade de tarefas desenvolvidas pelas forças *gendarmarie*, com aptidão para serem colocadas sobre a dependência de várias OI, como se pôde reter na revisão da literatura. Este fator está intimamente ligado ao segmento referenciado nas entrevistas: “Interoperabilidade” – capacidade para estabelecer a ligação entre civis e militares, bem como trabalhar em qualquer ambiente de crise. A “capacidade e competência”, definida como aptidão no uso de equipamentos especializados no desempenho de tarefas policiais de imposição de lei, também associada à natureza e princípios militares (coesão, prontidão, disciplina, treino, unidade de comando etc.) Estes princípios, de unidade de comando e disciplina, são também os mais apontados pelos entrevistados, agrupados no segmento “Organização interna da UI”, assim como a capacidade técnica sedimentada para o desempenho pronto e permanente da sua missão, a manutenção e restabelecimento da ordem pública. A “confiança” referida nos questionários está ligada à espontaneidade em estabelecer uma relação com as populações, de acordo com as suas especificidades culturais. Esta definição vai de encontro à ideia chave referida pelos entrevistados, a “proximidade com a população”. Percebe-se assim que os conceitos referidos por questionados e entrevistados vão na mesma direção, complementando-se.

Em relação às vulnerabilidades da referida força, a conclusão que se pode retirar dos resultados obtidos é diferente da questão anterior. Ambos os inquiridos tiveram bastantes dificuldades em responder à questão, o que se pode observar, por exemplo, pelo menor número de respostas e ideias chave obtidas, comparando com as outras questões

colocadas. Além disso, não houve unanimidade, não se conseguindo chegar a uma resposta comumente aceite. No entanto, quando comparadas as respostas de ambas as técnicas (questionários e entrevistas), deparamo-nos novamente com possíveis analogias. “Duplicação, generalismo e insuficiência”, que diz respeito à multiplicidade de políticas, doutrinas e normas idênticas nas várias OI, com várias forças a fazerem o mesmo, e com limitado número de militares empenhados foi a resposta mais escolhida pelos questionados. O “limitado número de militares” foi também apontado pelos entrevistados e associado ao segmento “limitações de recursos humanos e logísticos”. Estamos, portanto, perante um ponto análogo. Em relação à “Plataforma política”, também retirada dos questionários, relacionada com a morosidade do processo de empenhamento de uma operação internacional, no caso concreto da GNR em Timor-Leste, não se verificou. A força da Guarda foi empenhada sob acordo bilateral entre Portugal e a RDTL, e este obstáculo da plataforma política foi ultrapassado. Apesar de a decisão política ser de igual forma necessária, esta efetuou-se apenas entre dois países. As decisões do CSONU obrigam à interação entre vários países, tomando por isso mais tempo.

As missões militares atribuídas ao Subagrupamento Bravo foram mais uma questão onde a unanimidade se sobrepôs entre as respostas. Quando se comparam as missões militares identificadas com as missões de polícia, percebe-se a semelhança na terminologia e, conseqüentemente, na missão. Ora vejamos os exemplos de “Inativação e supressão de engenhos explosivos” (missão referida como militar) e “Inativação de engenhos explosivos improvisados” (missão policial), ou de “Defesa de infraestruturas críticas e pontos sensíveis” e de “Segurança de áreas sensíveis” missões militares e policiais, respetivamente. No entanto, para os entrevistados, com maior liberdade de pensamento, houve menos dificuldades em explicar que não estava atribuída “Nenhuma” missão militar à GNR, ou, simplesmente, que essa era uma “Análise complexa”. Essa resposta, para questionados, com as respostas mais direcionadas, foi mais difícil. Pesa embora a resposta “Nenhuma” tenha também surgido entre os militares que responderam ao questionário, as opções mais escolhidas (“Inativação e supressão de engenhos explosivos”, “Controlo da população, de refugiados e de transviados”, “Missões de operações especiais” e “Defesa de infraestruturas críticas e pontos sensíveis”) foram aquelas cujo termo se assemelha às missões policiais realmente atribuídas à GNR como: “Controlo de distúrbios civis”, “Inativação de engenhos explosivos improvisados” e “Segurança de áreas sensíveis”.

As missões de polícia atribuídas também ao Subagrupamento Bravo oferecem menos discussão. Não obstante, é importante referir mais uma vez, a “Formação da PNTL”

e as “Ações de solidariedade” identificadas pelos entrevistados que são, na questão seguinte (fatores que distinguiram a GNR) também explorados pelos militares que responderam ao questionário. Estes, por sua vez, reconhecem também que a GNR se distinguiu pela execução da missão de “Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados”, sendo, durante determinado período, a única força com esta valência em território timorense.

Questão	Questionários	Entrevistas
Potencialidades da GNR em Timor-Leste	Polivalência e flexibilidade Capacidade e competência Confiança	Interoperabilidade Organização interna UI Proximidade com a população
Vulnerabilidades da GNR em Timor-Leste	Duplicação, generalismo e insuficiência Plataforma política	Limitações recursos logísticos e humanos
Missões militares da GNR em Timor-Leste	Inativação e supressão de engenhos explosivos Controlo da população, de refugiados e de transviados Missões de operações especiais Defesa de infraestruturas críticas e pontos sensíveis Nenhuma	Apoio a operações militares Avaliação complexa Nenhuma
Missões policiais da GNR em Timor-Leste	Manutenção e restabelecimento da ordem pública Controlo de distúrbios civis Inativação de engenhos explosivos improvisados Escoltas e segurança a altas entidades Segurança de áreas sensíveis	Missões normais de polícia Manutenção e restabelecimento da ordem pública Formação da PNTL Ações de solidariedade
Fatores que distinguiram a GNR em Timor-Leste	Proximidade e confiança com a população civil Competência técnica Inativação de engenhos explosivos improvisados Manutenção e restabelecimento da ordem pública Ações de solidariedade	Polivalência e flexibilidade Proximidade com a população

Termos semelhantes

Falta de unanimidade

Figura 10 - Comparação de resultados dos questionários e das entrevistas

CAPÍTULO VII

Conclusões

6.1 Introdução

O presente RCFTIA tem como objetivo geral: **“Identificar as potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmerie* nas Operações de Apoio à Paz”**, através do estudo de caso da unidade constituída da GNR em Timor-Leste entre 2006 e 2012. Objetivo este que se pretende, no presente Capítulo, cumprir através da verificação das hipóteses e das respostas às questões derivadas, assim como à questão central. Essas respostas são provenientes das informações e resultados obtidos com a revisão da literatura, com os questionários e com as entrevistas.

6.2 Resposta às questões derivadas e verificação das hipóteses

No presente trabalho optou-se por seguir a metodologia de extrair as questões derivadas dos objetivos específicos e, por sua vez, colocar hipóteses para cada uma dessas questões derivadas. Assim a resposta às questões derivadas traduz-se na verificação ou refutação das hipóteses, cumprindo-se cada objetivo específico, simultaneamente, com esse procedimento. Assim, surge a primeira questão derivada:

Q.D.1: Quais as potencialidades comuns das forças do tipo *gendarmerie*?

Esta questão é respondida no Capítulo II do presente trabalho e pode resumir-se numa série de conceitos defendidos por vários autores: Capacidade e competência; Polivalência e flexibilidade; Interoperabilidade; Modelo; Confiança; Experiência; Planeamento; Eficiência; e Universalidade. Estes conceitos, extraídos em ambiente de revisão da literatura, podem ter mais ou menos aplicabilidade, dependendo de determinadas variáveis. Essas variáveis prendem-se, essencialmente, com a força de *gendarmerie* em questão, pois cada uma é portadora de uma série de especificidades, e com o TO em que esta é empenhada, que pode ter inúmeras caracterizações. A referida aplicabilidade percebe-se pelo estudo de caso deste trabalho, a força constituída da GNR

em Timor-Leste, onde se pôde concluir a proeminência de algumas potencialidades em detrimento de outras.

Estamos agora capazes de avaliar a verificabilidade da primeira hipótese. **H1: A capacidade de projeção, a polivalência e a interoperabilidade são valências comuns às forças tipo *gendarmérie*.** Podemos verificar através da análise à Q.D.1 que a polivalência e a interoperabilidade são valências aceites como comuns às forças tipo *gendarmérie*. No entanto, a capacidade de projeção não é uma das valências observada pelos autores. Esta valência é, normalmente, mais associada às FFAA, que possuem meios com capacidade para a garantir. Prova disso é a nossa realidade da GNR, que recorre a meios externos à organização para projetar as suas forças. Esta **hipótese é assim refutada.**

Q.D.2: O que se entende por Operações de Apoio à Paz?

Podemos encontrar também resposta a esta questão na revisão da literatura, concretamente no Capítulo III. O conceito de OAP tem vindo a sofrer alterações frequentemente, sendo alvo de alguma ambiguidade semântica. No entanto, a doutrina OTAN define-as como operações que fazem uso de meios diplomáticos, civis e militares de forma imparcial, normalmente sob os princípios e propósitos da CNU, para restabelecer ou manter a paz. Centrou-se a análise sobre uma missão da ONU e, portanto, cabe também explicar a sua doutrina. As operações de paz da ONU, ou OAP como se refere no presente trabalho, são um conjunto de atividades realizadas pela organização e outros atores internacionais para manter a paz e a segurança internacional. Estas operações são normalmente empenhadas em cenários pós-conflito violento interno de um país e podem empregar meios militares, policiais e civis, para apoiar à implementação de um acordo de paz. Legitimam-se pela CNU e têm três princípios básicos: o consentimento das partes, a imparcialidade e o não-uso da força exceto em legítima defesa. Têm, geralmente, vários objetivos como criar um clima seguro e estável enquanto reforça as estruturas estatais para providenciar segurança, em respeito completo pelo Direito Internacional e os Direitos Humanos, assim como facilitar o processo político através da promoção do diálogo e da reconciliação, apoiando a criação de instituições legítimas e eficazes.

Assim, passamos a verificar a segunda hipótese. **H2: O cenário de Timor-Leste (2006-2012) é o caso típico de uma Operação de Apoio à Paz.** Para verificar esta hipótese temos que ir além da resposta à Q.D.2. Vamos basear-nos também no Capítulo IV e nas respostas às entrevistas pelos Comandantes de contingente do Subagrupamento Bravo. O cenário de Timor-Leste pós 2006 foi respondido com a UNMIT, que foi uma missão de paz da ONU com o objetivo de ajudar o país a superar a crise política que

atravessava. Antes dessa missão, a ONU já estava presente em território timorense, com outras missões de paz que visavam apoiar o desenvolvimento das instituições críticas do Estado, em observância dos Direitos Humanos. Esta hipótese é ainda corroborada pelas entrevistas, em que os entrevistados caracterizaram a tipologia da operação em que estiveram inseridos. Esta **hipótese é validada**.

Q.D.3: Quais as características da GNR que a marcam enquanto força do tipo *gendarmérie*?

A questão tem resposta nos questionários aplicados aos militares que prestaram serviço na PORFPU da UNMIT, complementada nas entrevistas realizadas aos seus Comandantes de contingente e ainda no Capítulo IV da revisão da literatura. Os questionados apontaram a capacidade técnica na realização de missões policiais e ainda a competência na Inativação de Engenheiros Explosivos Improvisados, que revela flexibilidade de atuação em várias áreas. Como complemento a esta resposta, surge nas entrevistas a polivalência, flexibilidade e a interoperabilidade. Resulta ainda das respostas dos entrevistados a organização militar da GNR, que se pauta pelos deveres de disciplina e prontidão e pelo princípio da unidade de comando.

Analisando a **H3: A GNR é portadora de várias das características de uma força tipo *gendarmérie***, percebe-se que esta é **validada**. Apesar da hipótese ser bastante geral, as características referidas (Competência policial, polivalência, flexibilidade, interoperabilidade e organização militar) são todas associadas às forças *gendarmérie*.

Q.D.4: Qual o enquadramento de Timor-Leste (2006-2012) na tipologia das Operações de Apoio à Paz?

Para responder à Q.D.4 temos que recorrer à Figura 8, extraída da análise e resumo das entrevistas aos Comandantes de contingente. Este enquadramento não é estabelecido concretamente nos mandatos do CSONU que aprovam a UNMIT. Segundo o referido quadro a missão em Timor-Leste passou, essencialmente, pelas tipologias de manutenção da paz, numa fase inicial e construção da paz, posteriormente. Estas são as tipologias de OAP mais consensuais, sendo que também foi referida a prevenção de conflitos.

A **H4: A GNR, em Timor-Leste (2006-2012), foi parte integrante de uma operação de manutenção da paz** é, portanto, **validada**.

Q.D.5: Quais as missões realizadas pela GNR em Timor-Leste (2006-2012)?

Segundo a ordem de missão do Subagrupamento Bravo, aquando da projeção deste para Timor-Leste, ainda sob o acordo bilateral entre Portugal e a RDTL, a unidade tem responsabilidade nas seguintes áreas: Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública;

Formação e treino da PNTL; Policiamento, segurança física e proteção de instalações e pontos sensíveis; Escoltas a pessoas e bens; Policiamento de áreas sensíveis; Neutralização de indivíduos barricados; Captura de indivíduos perigosos; Operações de anti insurreição; e Operações de busca e salvamento. Estas missões são ainda complementadas pelos resultados obtidos no trabalho de campo, nomeadamente pela Inativação de Engenhos Explosivos Improvisados e as pelas ações de solidariedade.

Passando à análise da **H5: A GNR desempenhou um elevado espetro de missões em Timor-Leste (2006-2012)**, tendo, contudo, em conta que a expressão elevado espetro pode ter várias interpretações, as áreas e missões referidas como atribuídas à GNR em Timor-Leste preenchem, certamente, essa expressão. **A hipótese é validada.**

Q.D.6: Que fatores distinguiram a GNR no Teatro de Operações em Timor-Leste (2006-2012)?

Da análise da Figura 8, na discussão de resultados dos questionários e entrevistas podem-se mencionar vários fatores. Talvez o mais preponderante, a proximidade com a população civil, por razões históricas e culturais e, também, pela boa imagem deixada pela GNR durante o seu empenhamento em Timor-Leste em 2000-2002. Derivado dessa proximidade com os timorenses, outro fator que distinguiu a o Subagrupamento Bravo foram as ações de solidariedade. Surgem ainda outros fatores, como a competência técnica na execução de ações policiais, nomeadamente na manutenção e restabelecimento da ordem pública. Enquanto missão, mais uma vez, a Inativação de engenhos explosivos improvisados, pois foi, durante determinado período, a única força no país com essa capacidade.

H6: A flexibilidade para cumprir um elevado número de missões distinguiu a GNR em Timor-Leste (2006-2012). Esta hipótese pode encontrar validade no facto descrito anteriormente. A flexibilidade está associada à capacidade para efetuar um largo espetro de atividades, acompanhando a escalada da violência. Este é referido como um dos fatores que distinguiu a GNR em Timor-Leste (desde operações de elevada perigosidade, até ações de solidariedade). **Hipótese validada.**

6.3 Resposta à questão central

Para cumprir com o objetivo geral do trabalho, sendo resultado de toda a investigação, torna-se necessário responder à questão central: **Quais as**

potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie* nas Operações de Apoio à Paz?

Esta questão obteve resposta teórica na revisão da literatura, mais concretamente no Capítulo II. No entanto o estudo de caso da força constituída da GNR em Timor-Leste, entre 2006 e 2012, permitiu-nos ir mais além, oferecendo a esta questão um carácter prático, através da recolha da experiência dos militares que desempenharam serviço na referida missão. Esta investigação possibilita, assim, a confrontação entre a teoria, abordada na revisão da literatura, e as informações práticas, recolhidas no trabalho de campo. O nosso estudo de caso prova algumas das potencialidades e vulnerabilidades referidas pelos autores mas, ao mesmo tempo, demonstra que existem outros fatores que é preciso ter em conta, de acordo com o contexto específico de cada missão.

Apesar de todas as potencialidades identificadas, como a polivalência e flexibilidade, a interoperabilidade, ou o planeamento, as forças tipo *gendarmérie* são, muitas vezes, devido ao seu cariz militar, vistas como distantes da população e, ainda, como tendo um baixo nível de aceitação pelos cidadãos – uma vulnerabilidade. Esta investigação prova que essa afirmação não é irrefutável, colocando a proximidade do militar da GNR com a população timorense como fator caracterizador da missão. Através de eventos de solidariedade social e da capacitação da sociedade timorense prova-se, por exemplo, a enorme capacidade dos militares em lidar com as várias situações: desde a situação mais grave de ordem pública, até à resolução de problemas de cariz social do cidadão. Uma outra potencialidade também identificada com este trabalho foi a organização interna da UI, associada aos princípios de prontidão, disponibilidade e unidade de comando. Tratam-se de fatores muito específicos da nossa realidade e da realidade da UI, mas que podem ser extrapolados e aplicados às forças tipo *gendarmérie*.

No entanto foram também apontadas limitações, ou vulnerabilidades. A morosidade no empenhamento de uma operação multinacional sob a égide de uma OI é um facto, mas o nosso caso prático vem, mais uma vez, refutar esta teoria, através da identificação dos fatores que levaram à rápida resposta da GNR ao pedido de Timor-Leste em 2006. As maiores dificuldades que se podem apontar, neste caso concreto, são ao nível de recursos humanos, no apoio à decisão do comandante – Estado Maior, e ao nível dos recursos logísticos, devido à distância do TO e, também, à falta de capacidade de projeção e armazenamento da GNR.

Bibliografia

- Academia Militar (2011). *NEP 520/2ª/DE/01JUN13/AM*. Lisboa: Academia Militar.
- Alves, A. (2010). Introdução à Segurança. *Revista da Guarda Nacional Republicana*. 87, 18-22.
- Araya, R., Opazo, S. e Ramírez, M. (2011). Profile of a police organization in and Advanced Society: A Police for the 21st Century. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 195-226.
- Assembleia da República (2007). Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro (Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana). *Diário da República*. 1.ª Série, 213, 8043-8051).
- Assembleia da República (2009). Lei n.º 1-A/2009, de 7 de julho (Aprova a Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas). *Diário da República*. 1.ª Série, 129, 4344-(2)-4344-(9).
- Barradas, J. (2007). *Relatório final do 2.º contingente do Subagrupamento Bravo*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- Belo, C. (2012). Conferência de Abertura. *Timor-Leste: Contributo De Portugal Para A Construção Do Estado – Seminário na Academia Militar*. 11-18.
- Berthelet, P. (2011). Europe Internal Security and the Gendarmeries: In Memoriam Professor Yves Gaultier. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 119-138.
- Bigatão, J. (2007). *As Operações De Manutenção Da Paz Das Nações Unidas No Pós-Guerra Fria: O Caso Dos Conflitos Armados Intra-Estatais*. Retirado em 4 de junho de 2014: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Juliana%20P%20Bigatao%2013-08-07.pdf>
- Bigo, D. (2005). *Les nouveaux enjeux de l'insécurité en Europe: terrorisme, guerre, sécurité intérieure, sécurité extérieure*. Paris: Centre d'études sur les conflits - Délégation aux affaires stratégiques - Ministère de la Défense.
- Bingöl, M. (2011). The need for gendarmeries in the years ahead. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 183-194.

Boutros-Ghali, B. (1992). *An Agenda For Peace Preventive Diplomacy, Peacemaking And Peace-keeping*. Retirado em 4 de junho de 2014 de ONU: http://www.unrol.org/files/A_47_277.pdf.

Boutros-Ghali, B. (1995). *Supplement To An Agenda for Peace*. Retirado em 4 de junho de 2014: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/UNRO%20S1995%201.pdf>.

Brahimi, L. (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations*. Retirado em 27 de dezembro de 2013: http://www.un.org/peace/reports/peace_operations/.

Branco, C. (2010). *O Que São Operações de Paz? Conceitos E Taxonomia. Portugal E As Operações De Paz: Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Fundação Mário Soares.

Bruggeman, W. (2011). Gendarmeries and the Security Challenges in the 21st Century: Some introductory remarks. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 51-96.

Cavalcante, F. (2010). *Rendering peacekeeping instrumental? The Brazilian approach to United Nations peacekeeping during the Lula da Silva years (2003-2010)*. Retirado em 4 de junho de 2014: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000200008&script=sci_arttext.

Carvalho, G. (2012). *Operação Tática Policial: As companhias da GNR. Timor-Leste: Contributo De Portugal Para A Construção Do Estado – Seminário na Academia Militar*. 11-18.

COESPU (2005). *Police Role in Peace Support Operations and Robust Policing*. Retirado em 31 de maio de 2014: www.fas.org/sgp/crs/row/RL32773.pdf.

Colón, G. (2011). *Das Operações Baseadas em Efeitos à Comprehensive Approach*. *Revista Nação e Defesa*. 129, 221-235.

Conforti, N. (2011). The Italian Carabinieri Corps: old traditions for a modern version. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 119-138.

Coutinho, C. (2011). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ª reimpressão), Coimbra: Almedina.

Cruz, N. (2013). *As Forças de Gendarmerie nas Operações de Estabilização e Reconstrução de Estados*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Lisboa, Academia Militar.

Cruz, M. (2010). *A Participação Da Guarda Nacional Republicana Em Operações De Paz. Portugal E As Operações de Paz: Uma Visão Multidimensional*. Lisboa, Fundação Mário Soares.

Darras, J. (2003). *Les gendarmes dans le monde: l'évolution de la prévôté au contact des opérations extérieures*. Retirado: em 4 de junho de 2013: <http://www.forcepublique.org/medias/pdf/actescolloque.pdf>.

Dias, C. (2012). Enquadramento Geopolítico. *Timor-Leste: Contributo De Portugal Para A Construção Do Estado – Seminário na Academia Militar*. 19-42.

DPERI (2014). *Memorando de Cooperação com Timor-Leste*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

DPI (2014). *Troop and police contributors archive*. Retirado em 12 de julho de 2014: http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/contributors_archive.shtml

DPKO (2004). *Handbook of Multidimensional Peacekeeping Operations*. Retirado em 31 de maio de 2013, de: http://peacekeepingbestpractices.unlb.org%2FPbps%2Flibrary%2FHandbook%2520on%2520UN%2520PKOs.pdf&ei=Fd_LUjCFeqq0QWxvoDYDg&usg=AFQjCNFkPN3UHDEpxn1i0au0WUocJfWTQw&sig2=3ePYxsaESMc7xG0DrnL9Gw.

DPKO (2010). *United Nations Peacekeeping Operations; principles and guidelines*. Retirado em 31 de maio de 2013: http://pbpu.unlb.org/pbps/library/capstone_doctrine_eng.pdf.

DPKO/DFS (2013) *Revised Policy for Formed Police Units in United Nations Peacekeeping Operations*. Retirado em 31 de maio de 2013: http://www.un.org/en/peacekeeping/sites/police/documents/formed_police_unit_policy_032010.pdf.

Dwan, R. (2004). *Tasks and Capabilities in EU Operations, A Human Security Doctrine for Europe*. Retirado em 7 de junho de 2014 de: http://www.google.pt/books?hl=ptPT&lr=&id=Wrlsl2Rk_b0C&oi=fnd&pg=PA264&dq=tasks+and+Capabilities+in+EU+Operations%E2%80%9D,+A+Human+&ots=ar6dqzqhLF&sig=mzdUh9nc_AoGSyLaDFMsEHRXGxo&redir_esc=y#v=onepage&q=tasks%20and%20Capabilities%20in%20EU%20Operations%E2%80%9D%2C%20A%20Human&f=false.

Dziedic, M.; Oakley, R. e Goldberg, E. (1998). *Policing the New World Disorder – Peace Operations and Public Security*. Retirado em 10 de janeiro 2013:

http://books.google.pt/books?id=PE4mOp3soawC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false.

EGF (2007). *Tratado da Eurogendfor*. Retirado em 27 de dezembro 2013: <http://www.eurogendfor.org/files/TRATADO-EGF-Portugues.pdf>.

EGF (2009). *EGF Operational concept*. Vicenza: EGF.

EGF (2013). *European Gendarmerie Force*. Retirado em 27 de dezembro 2013: <http://www.eurogendfor.org/portugu-s/miss-es-da-eurogendfor>.

Elias, L. (2011) Estratégia Portuguesa na Gestão Civil de Crises. *Revista Nação e Defesa*. 129, 145-184

Estado-Maior do Exército – Departamento de Operações (1987). *RC 130-1 Operações*. Volume 1. Lisboa: Exército Português.

European Union Police Services Training (2013). *Police Role in Peace Support Operations and Robust Policing*. Retirado em 3 de junho de 2014: http://coris.uniroma1.it/materiali/20.13.03_Diritti%20umani%202%20Peace%20support%20No%20foto.pdf.

Fernandes, V. (2005). *As Forças de segurança nas missões de paz*. Retirado em 12 de junho de 2014: http://janusonline.pt/2005/2005_4_3_13.html#ld.

Ferro, M. (2012). Administração Transitória da ONU e o envio de Forças. *Timor-Leste: Contributo De Portugal Para A Construção Do Estado – Seminário na Academia Militar*. 51-64.

FIEP (2014). *About FIEP*. Retirado em 2 de junho de 2014: <http://www.fiep.org/about-fiep/>

Fortin, M. (2009). *O Processo de Investigação da concepção à realização*. (5.^a Ed.), Loures: Lusociência.

Freixo, M. (2011). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. (3.^a Ed), Lisboa: Instituto Piaget.

FRIDE (2007). *Presente y futuro de las operaciones de paz*. Retirado em 5 de junho de 2014: http://www.fride.org/descarga/CR02_OpsPaz_ENG_mar07.pdf.

Gaspar, C. (2012). O Processo Político para a Independência de Timor-Leste. *Timor-Leste: Contributo De Portugal Para A Construção Do Estado – Seminário na Academia Militar*. 43-50.

Garção, H. (2013). Chega ao fim a missão do Subagrupamento Bravo em Timor-Leste. *Revista da Guarda Nacional Republicana*. 93, 46-57.

Gil, A. (1999). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gobinet, P. (2011). The gendarmerie alternative: Is there a case for the existence of police organizations with military status in the twenty-first century European security apparatus?. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 27-50.

Gomes, J. (2010). A internacionalização da questão de Timor-Leste. *Revista das Relações Internacionais*. 25, 67-89.

Guarda Nacional Republicana (1996). *Manual de Operações*. (Vol. I), Lisboa: CEGRAF/GNR.

Guedelha, M. (2010). *Segurança e defesa nacionais no mundo global – A missão da Guarda Nacional Republicana, que intercessões e inferências?* Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de Mestre, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

Guedes, A. (2012). A Crise de 2006, a Reconstrução do Estado e o Papel dos Actores Internacionais. *Timor-Leste: Contributo De Portugal Para A Construção Do Estado – Seminário na Academia Militar*. 87-106.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. (1.ªEd.), Cascais: Princípia.

Hermenegildo, R. (2008). O Papel da GNR em Timor Leste: um contributo para a Política Externa de Portugal. *Revista Militar*. 2477-2488, 1-19.

Hermenegildo, R. (2010). Segurança em Timor-Leste: o contributo da GNR. *Revista da Academia Militar: Proelium*. 14, 52-67.

Hill, M., Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. (2ª Ed.), Lisboa: Edições Silabo.

Hoogenboom, B. (2011). The Growing Importance of Gendarmerie Forces in Creating National and International Stability. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 97-118.

Hovens, H. (2011). The European Gendarmerie Force: Bridging the Public Security gap?. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 139-166.

Jayamaha, D., Brady, S., Fitzgerald, B. e Fritz, J. (2010). *Lessons learned from U.S. Government Law Enforcement in International Operations*. Retirado em 5 de junho de 2014 em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/PUB1034.pdf>.

Jiménez, A. (2011). The Guardia Civil and Public Security. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 275-292.

Lutterbeck, D. (2004). *Between Police and Military - The New Security Agenda and the Rise of Gendarmeries*. Retirado em 31 de maio de 2014: <http://cac.sagepub.com/content/39/1/45>.

Marczuk, K. (2011). A contemporary security concept and its implications for gendarmerie-type forces. *Gendarmeries and the security challenges of the 21st Century - FIEP Seminar*. 69-95.

Martin, I. (2001). *Autodeterminação em Timor-Leste: As Nações Unidas, o voto e a intervenção internacional*. Lisboa: Quetzal Editores.

Ministério da Administração Interna (2010). Despacho n.º 10393/2010, de 22 de junho (Aprova o Regulamento Geral de Serviço da GNR). *Diário da República*. 2.ª Série, 119, 33856- 33891.

Moreira, A. (1996). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina

Nogueira, P. (2011). *Relatório final do 10.º contingente do Subagrupamento Bravo*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.

Nogueira, P. (2012). *Sanulus – Diário de Missão em Timor-Leste*. Lisboa: Chiado Editora

ONU. *United Nations Security Council Resolutions*. Retirado em 12 de junho de 2014: <http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/index.shtml>

ONU (1945). *Carta das Nações Unidas*. São Francisco: ONU

ONU (2000). *Report of the Panel on United Nations Peace Operations, Brahimi Report, A/55/305-S/2000/809*. Retirado em 2 de junho de 2014: eurogendfor.org%2Feurogendfor-library%2Fdownload-area%2Fofficial-texts%2Fbrahimi-report&ei=TmvOU9DgFYKd0AWAoYDYDw&usg=AFQjCNHVLCPsXyDdy7F7VIRluPeF6ygliQ&sig2=i66z7I9_O1bIBbeLhul3mw

ONU (2013). *About UNMIT*. Retirado em 12 de junho de 2014: <http://www.unmit.unmissions.org/>

OTAN (2001). *AJP-3.4 Non Article 5 Crisis Response Operations*. Retirado em 2 de junho de 2014: <http://www.osrh.hr/smvo/Library/ajp-3.4.1.pdf>.

OTAN (2009). *AJP-3.2.3.3 Allied Joint Doctrine for Military Police*. Retirado em 2 de junho de 2014: <http://nsa.nato.int/nsa/zPublic/ajp/ajp3.2.3.3/AJP-3.2.3.3.pdf>.

OTAN (2010a). *Allied Joint Doctrine for Peace Support Operations. AJP - 3.2.4.1 (A)*. Retirado em 2 de junho de 2014: <http://publicintelligence.net/nato-peace-support-operations-doctrine/>

OTAN (2010b). *Allied Joint Doctrine Generic Crisis Management. AJP – 01(D)*. Retirado em 2 de junho de 2014: <https://www.gov.uk/government/.../AJP01D.pdf>

OTAN (2013). *Comprehensive Operations Planning Directive*. Retirado em 3 de junho de 2014: <https://info.publicintelligence.net/NATO-COPD.pdf>

Pardal, L. e Lopes, E. (2011). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.

Pires, L. (1994). *Descolonização de Timor – Missão impossível?*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

Quivy, R., e Campenhoutd, L.V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (Marques, J., Mendes, M., Carvalho, M., Trad.). Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, F. (2007). *A Guarda Nacional Republicana nas Missões de Paz*. Retirado em 12 de junho de 2014, de: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=518

Raffo, P. (1974). The League of Nations. *Journal of Contemporary History* (1974). 153-176.

Saraiva, F. (2011). *A Definição de Crise das Nações Unidas, União Europeia e NATO*. Retirado em 3 de junho de 2014: www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD129.pdf

Sarmento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. (2ª Ed.), Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Schulz, M. e Söderbaum, F (2010). *Theorising the EU role in regional conflict management*. Retirado em 2 de junho de 2014: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09662839.2010.531703>

Smith, C. (2011). *The Structure and activities of UN Police Division*. Retirado em 12 de junho de 2014: <http://uolscid.files.wordpress.com/2014/06/scid-un-police-division-chris-sharwood-smith.ppt>

Sousa, M. e Baptista, C. (2011) *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. (2ª Ed.), Lisboa: Pactor.

Velasco, H. e Rada, A (1997). *La lógica de la investigación etnográfica*. Madrid: Trotta

Viana, V. (2002). *Segurança: Colectiva: A ONU a as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmo

Weger, M. (2009). *The Potential of the European Gendarmerie Force*. Retirado em 25 de março de 2013: <http://books.google.pt/books?id=tE9LPgAACAAJ&dq=WEGER+GENDARMERIE&>.

Wallensteen, P. (2011). *Understanding conflict resolution: War, peace and the global system*. Sage.

Weiss, T. (2011). *The blurring border between the police and the military: A debate without foundations*. In *Cooperation and Conflict*. Prague: Nordic International Studies Association.

Wordatlas (2014). *East Timor*. Retirado em 13 de junho de 2014: <http://www.worldatlas.com/webimage/countrys/asia/etimor.htm>

Glossário

Acordo de paz	Tratado formal ou intenção de acabar ou cessar os conflitos violentos entre as partes (DPKO, 2010).
Cessar fogo	Paragem temporária da guerra, que pode ser tomada como parte de uma negociação alargada (DPKO, 2010).
Conflict prevention	Envolve a aplicação de medidas diplomáticas e estruturais para controlar tensões e disputas intraestados ou entre estados prevenindo que a escalada para o conflito violento (DPKO, 2010).
Controlo de danos	“Compreende o conjunto de medidas a tomar antes, durante ou depois de uma ação inimiga, ou de catástrofes naturais ou provocadas, com a finalidade de se reduzirem as possibilidades de danos e de se minimizarem as suas consequências. Aquelas medidas envolvem ações preventivas e ações de intervenção” (RC 130-I, p. 10-4).
Deployment gap	Na sequência de um conflito, a polícia local pode não ter a capacidade para lidar com a desordem civil. Resultado disso, a força militar de apoio à paz, com capacidade de rápido empenhamento, será confrontada com necessidades de realizar certas funções policiais, pelo menos até a polícia internacional chegar e ser capaz de operar eficazmente. O tempo entre a (possível) retirada das Forças Armadas e a chegada das unidades de polícia cria o <i>deployment gap</i> (Hovens, 2011).
Enforcement gap	Assim que se conseguem reduzir os crimes individuais e os distúrbios de pequena escala, resolvidos pela polícia civil, a componente militar passa para reserva das forças de segurança. Enquanto que o <i>deployment gap</i> tem a ver com tempo, o <i>enforcement gap</i> tem a ver com a função. O <i>enforcement gap</i> ocorre quando a missão de paz é confrontada com a necessidade de desenvolver funções que estão entre a segurança interna e a segurança externa (Hovens, 2011).
Fase de transição	É a passagem de responsabilidade da ONU para os atores nacionais (DPKO, 2010).

Full Command	Autoridade policial com responsabilidade em todos os aspetos operacionais e administrativos, incluindo questões relacionadas com o empenhamento, remuneração, subsídios, bem como questões disciplinares (DPKO/DFS, 2013) Segundo o RC 130-1, “Comando Completo ou simplesmente Comando é a autoridade conferida a um Comandante que lhe permite abarcar os aspetos operacionais, administrativos e logísticos em relação às forças postas à sua disposição. É caracterizado pela existência de um vínculo hierárquico genérico e indefinido, isto é, abrangendo todos os recursos e atividades, e por ser exercido sobre forças orgânicas, atribuídas, e de reforço” (p. 4-5).
Institutional gap	Enquanto o <i>deployment gap</i> e o <i>enforcement gap</i> estão relacionados com as componentes militares e policiais, o <i>institutional gap</i> refere-se à incapacidade das autoridades locais para providenciar a ordem interna, especialmente com medidas legítimas de acordo com o direito internacional. (Hovens, 2011).
Missão integrada	Parceria estratégica entre operações multi-dimensionais da ONU baseadas numa visão comum entre os atores para o cumprimento dos objetivos estabelecidos (DPKO, 2010).
Operational Control	Competência para atribuição de tarefas ou objetivos e autoridade para orientar unidades e subunidades na realização de operações (DPKO/DFS, 2013). Segundo o RC 130-I. “Controlo Operacional, é a autoridade conferida a um Comandante para dirigir forças no desempenho de missões ou tarefas específicas, pormenorizando a execução se necessário. Não tem competência disciplinar, nem pode determinar missões ou delegar nos comandos subordinados qualquer tipo de autoridade relacionado com as forças sob controlo. A função controlo pressupõe inspeção, comparação e ação corretiva face a um modelo existente que não é mais do que o conceito do Comandante que deu a missão ou a tarefa a controlar” (p. 4-6).
Organizações Não-Governamentais	Organizações privadas, primariamente não comerciais geralmente motivadas por valores religiosos ou humanitários de acordo com o art.º 71 da CNU (DPKO, 2010).

Peacebuilding	Envolve uma série de medidas com o objetivo de reduzir o risco do colapso em conflito interno, através do fortalecimento das capacidades nacionais a todos os níveis, para uma gestão de conflitos efetiva com bases para uma paz sustentável. É um processo complexo de longo termo para criar as condições necessárias ao desenvolvimento das capacidades do Estado para uma efetiva e legítima assunção de funções. (DPKO, 2010).
Peace enforcement	Envolve a aplicação, com a autorização do Conselho de Segurança, de um leque de medidas coercivas, incluindo o uso de força militar. Estas ações são autorizadas para restabelecer a paz internacional e a segurança nos casos em que há uma rotura da paz ou um ato de agressão (DPKO, 2010).
Peacekeeping	É uma técnica desenhada para preservar a paz, mesmo que frágil, enquanto os conflitos estão interrompidos, que apoia a implementação de acordos de paz. Com os anos, o peacekeeping tem envolvido um modelo complexo de militares, polícias e civis a trabalhar em conjunto para apoiar ao estabelecimento das bases para uma paz sustentável. (DPKO, 2010).
Peacemaking	Inclui medidas para gerir conflitos em progresso e normalmente envolve ação diplomática para levar as partes hostis a negociar um acordo. Estas operações também são empenhadas como medida interina no apoio à gestão de conflitos, para criar condições em que a negociação se possa exercer (DPKO, 2010).
Prevent diplomacy	Esforços diplomáticos para evitar que disputas entre partes se possam transformar em conflitos de larga escala (DPKO, 2010).
Tactical Command	Autoridade delegada para atribuir tarefas às forças no cumprimento da missão atribuída por uma autoridade superior (DPKO/DFS, 2013).
Tactical Control	É limitado à direção de movimentos detalhados, geralmente em locais previamente estabelecidos para o cumprimento de uma missão atribuída (DPKO/DFS, 2013). Segundo o RC 130-I, “Controlo Tático tem significado idêntico ao Controlo Operacional, somente divergindo por ser de âmbito local e relacionado com movimentos ou manobras e de amplitude menor no espaço e no tempo” (p. 4-6).

United Nations operational authority	Autoridade transferida pelos Estados Membro da ONU para o comando das FPU durante as missões internacionais. Isto inclui a autoridade para emitir diretivas, mas não inclui a responsabilidade por algumas questões administrativas, como as remunerações (DPKO/DFS, 2013).
Zona tampão	Uma área delimitada controlada pela força internacional da qual as forças beligerantes em confronto foram excluídas. A zona tampão é formada para criar uma área de separação entre as forças beligerantes em conflito e para reduzir o risco de renascimento do conflito (AJP-3.4.1 OTAN, 2001).

Anexos

Anexo A

Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança



Figura 11 - Posicionamento institucional da GNR no conjunto das forças militares e das forças e serviços de segurança

Legenda:

PM – Polícia Marítima

PSP – Polícia de Segurança Pública

*PJ – Polícia Judiciária – Sob a alçada do Ministério da Justiça

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SIS – Sistema de Informações de Segurança

Fonte: adaptado de GNR (2014)

Anexo B

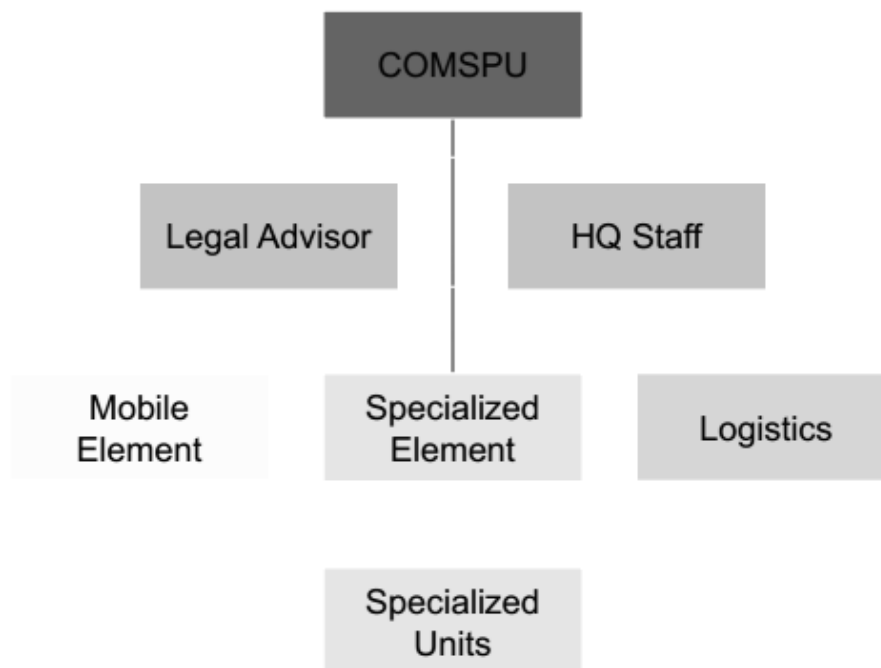
Estrutura genérica da *Stability Police Unit*

Figura 12 - Estrutura genérica de uma *Stability Police Unit*

Legenda:

COMSPU – Comando da SPU

Legal Advisor – Consultor jurídico

HQ Staff – Estado Maior

Mobile Element – Elemento móvel

Specialized Element – Elemento especializado

Logistics - Logística

Specialized Units – Unidades especializadas

Fonte: EUPST (2013)

Anexo C

Contexto e quadro concetual do *Security Gap*



Figura 13 - Contexto do *Security Gap*
 Fonte: Adaptado de EUPST (2013)

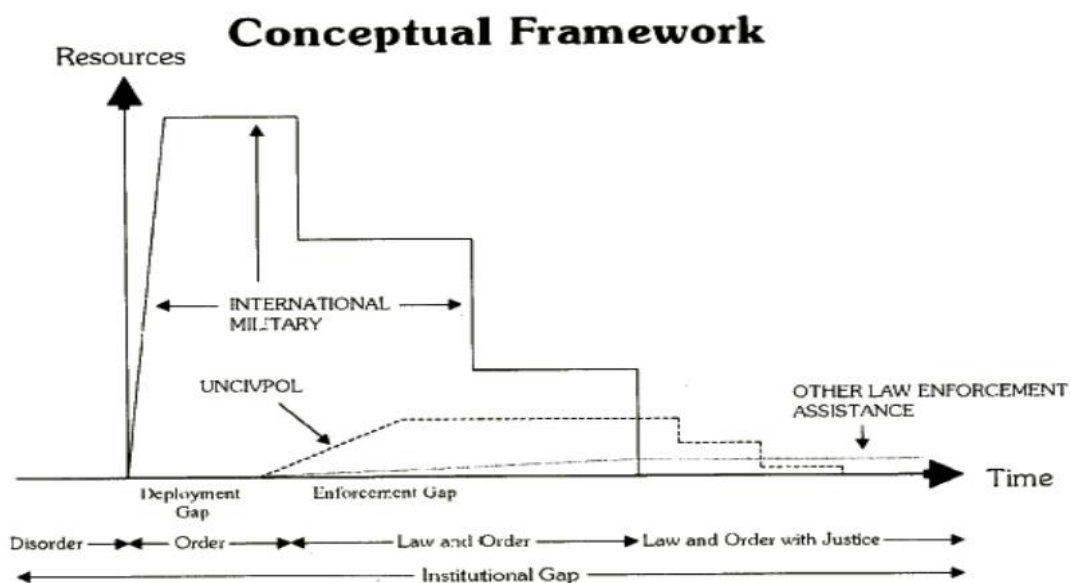


Figura 14 - Quadro concetual do *Security Gap*
 Fonte: Dziedzic e Oackley (1998), p.192

Anexo D

Valor acrescentado da SPU

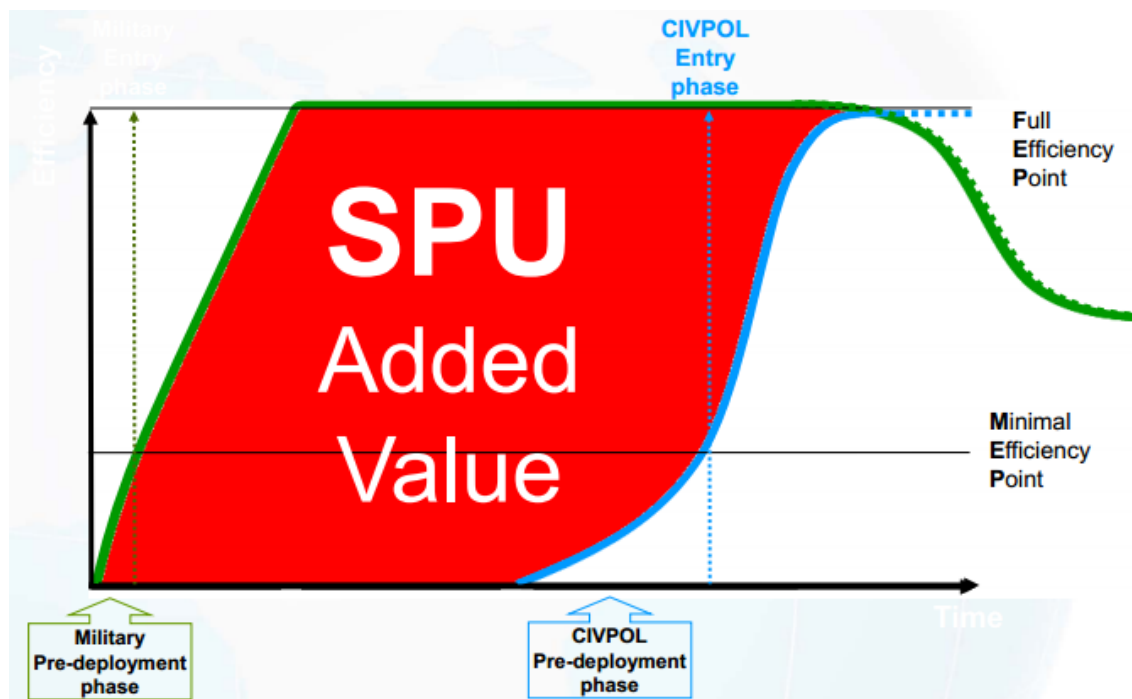


Figura 15 - Valor acrescentado da SPU
 Fonte: EUPST (2013)

Anexo E
Comparação MSU, IPU e FPU

Tabela 14 - Comparação MSU, IPU e FPU

	MSU	IPU	FPU
Doutrina	OTAN	UE	ONU
Organização	Militar	Militar ou Civil	Civil
Treino	Militar E Policial	Militar E/ OU Policial	Policial
Material	Militar E policial	Militar E/ OU policial	Policial
Liderança	NATO force commander	EU force commander	Special Representative of the Secretary-General
Pessoal	Polícias com estatuto militar	Polícias com estatuto militar E/OU Polícias	Polícias
Infraestruturas	Integradas no contingente militar	Integradas no contingente militar E/OU autossustentadas	Autossustentadas
Tarefas	Policiais E militares	Policiais E / Ou militares	Policiais

Fonte: Adaptado de Jayamaha *et al* (2010)

Anexo F

Modelos da FPU

Modelo centralizado

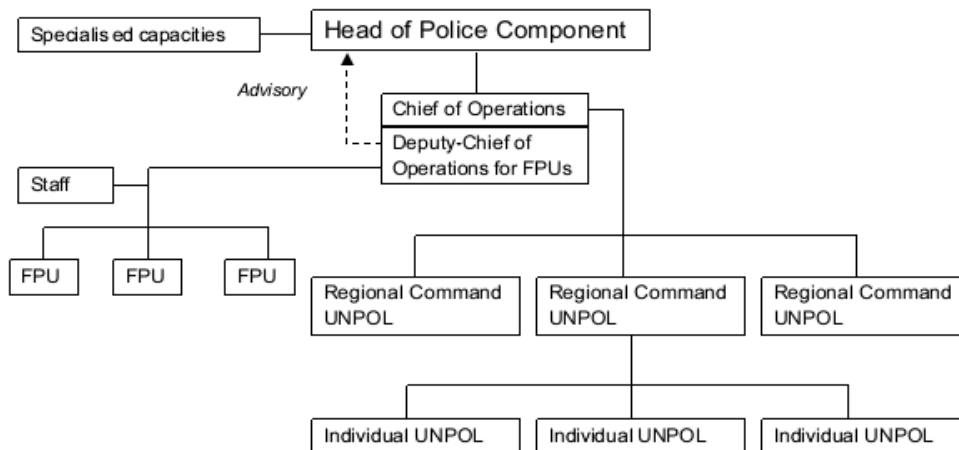


Figura 16 - Modelo FPU centralizado
 Fonte: DPKO/DFS (2013)

Modelo Regional

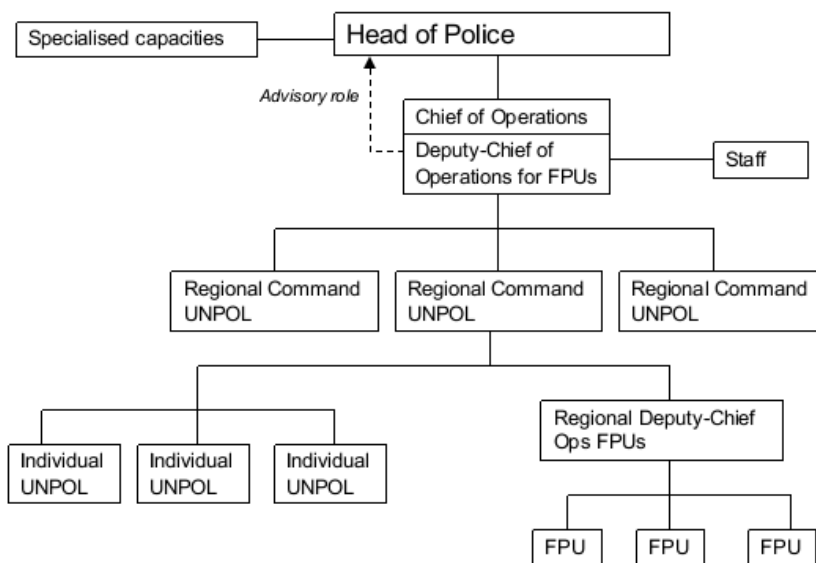


Figura 17 - Modelo FPU regional
 Fonte: DPKO/DFS (2013)

Modelo Misto

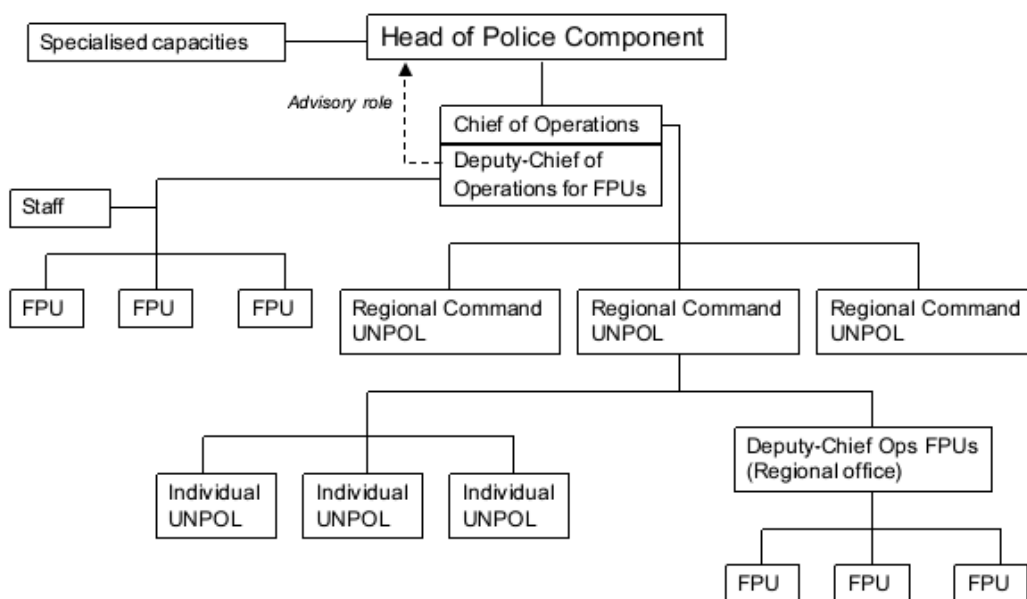


Figura 18 - Modelo FPU misto
Fonte: DPKO/DFS (2013)

Anexo G

Forças da *Eurogendfor* com capacidade para atuar como *Logistic Lead Nation*

	ITA	FRA	NLD	POR	SPA	ROM	POL	LIT	TUR	EGF
Standardized Deployable HQ	Y	N	N	N	N	N	N	N		1
Logistic Leading Nation	Y	Y	N	N	N	N	N	N		2
Role Specialist Nation	N	N	Y	N	Y	N	Y	N		3
CIS Leading Nation	Y	N	Y	N	N	N	N	N		2

Figura 19 - Forças da *Eurogendfor* com capacidade para atuar como LLN
 Fonte: Eurogendfor (2009)

Anexo H

Potencialidades e vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie*Tabela 15 - Potencialidades das forças tipo *gendarmérie*

Autores/Conceito	Potencialidades
<p>Armitage e Moisan (2005), Bigo (2000), Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Marczuk (2011), Hovens (2011), Bratulescu (2011), Bingol (2011), Jiménez (2011), Cabral (2011), Dieu (2001), Lutterbeck (2004), Alves (2011), Weger (2009), Guedelha (2010), Dobbins et. al (2007).</p> <p>Capacidade e Competência</p>	<p>-Proficiência no uso de equipamentos especializados e em lidar com baixos níveis de conflitualidade (meios mínimos e não violentos);</p> <p>-Tática de Infantaria ligeira, projeção rápida e direcionada e autossustentação/capacidade de fornecer apoio logístico e projeção (Robustez/adequabilidade aos padrões americanos com forças reduzidas e modulares);</p> <p>-Rapidez de atuação e flexibilidade perante diversidade de ameaças e adaptação de táticas;</p> <p>-Desempenho de tarefas policiais de imposição de lei com uma natureza militar e seus valores (capacidade de regeneração, coesão, disciplina treino, camaradagem, abnegação, sacrifício);</p> <p>-Sob Comando militar ou autoridade civil e trabalhar em ambos os ambientes (Unidade de Comando).</p> <p>-As forças de <i>Gendarmerie</i> surgem completamente vocacionadas para situações pós-crise ou zonas designadas como “grey area” (Lutterbeck, 2004, p. 63).</p>
<p>Bigo (2000), Rémy (2004), Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Hogenboom (2011), Hovens (2011), Bratulescu (2011), Bingol (2011), Gomez (2011), Cabral (2011), Lutterbeck (2004), Alves (2011), Guedelha (2010), Dobbins et. al, (2007) e Dieu (2001).</p> <p>Polivalência e Flexibilidade</p>	<p>-Largo espectro de atividades (o que a polícia não faz e militares não sabem) com um combate a diversas ameaças (controlo de tumultos, combate ao narcotráfico e contra terrorismo);</p> <p>-Versatilidade e polivalência dos soldados da lei e ênfase no fator humano;</p> <p>-Diversidade de tarefas desenvolvidas por todas estas forças em todo o mundo (informações, assuntos civis, CIMIC, unidades médicas, explosivos, NRBQ, engenharia, transmissões, segurança de aeroportos);</p> <p>-Flexibilidade no acompanhamento da escalada da violência/transição suave;</p> <p>-Oferecem liberdade de ação a qualquer governo ou organização internacional;</p> <p>-Origens históricas de controlo de áreas sem influência de uma administração central, que lhe transmite uma cultura <i>gendârmica</i> única;</p> <p>-Conhecimento íntimo de gestão de crises.</p> <p>-Podem ser colocadas sob dependência de qualquer Organização Internacional como já se verificou, nomeadamente, sob a égide da ONU, NATO, UE, OSCE ou coligações <i>had hoc</i>.</p>
<p>Hovens (2011), Bruggeman (2011), Hogenboom (2011), Bertheler (2011), Bratulescu (2011), Cabral (2011), Weger (2009), Guedelha (2010) e Dieu (2001)</p> <p>Interoperabilidade</p>	<p>-Pode estabelecer a ligação entre civis e militares, bem com trabalhar em qualquer ambiente (paz, guerra, e híbrido) e aproveitar o melhor de cada natureza.</p> <p>-Pode intervir em várias fases de uma operação de paz;</p> <p>-Reforço das forças militares na fase de combate;</p> <p>-Reforço ou substituição das forças civis.</p> <p>-Interoperabilidade e funciona como um <i>interface</i>;</p> <p>-Carateriza-se pela indefinição e hibridade.</p>
<p>Gobinet (2011), Bruggeman (2011), Berthelet (2011), Bingol</p>	<p>-Verifica-se, na atualidade, o caminho das forças militares e civis rumo as forças de <i>Gendarmerie</i>, militares procuram desenvolver tarefas policiais e civis táticas militares;</p>

(2011)	-Responde aos desafios do Sistema Internacional, da aproximação de segurança interna e externa e assimetria.
Modelo	
Bruggeman (2011)	-Facilidade em estabelecer uma relação com as populações e atender as suas especificidades culturais, étnicas ou tribais.
Confiança	
Hovens (2011), Bingol (2011), Weger (2009), Dobbins et. al, (2007)	-Experiência na resposta as ameaças identificadas nestes cenários (Aplicação de leis nacionais e internacionais e uso da força necessidade, adequabilidade e proporcionalidade) e sua aplicação diária nos seus países de origem. -Plataforma internacional criada através da EGF e FIEP (Integração). -Forças modulares criadas e modelos de intervenção (SPU) em consequência de uma década de intervenções.
Experiência.	
Bratulescu (2011), Weger (2009) e Dieu (2001)	-Integração do planeamento estratégico com as FFAA ou processo de tomada de decisão civil. -Métodos de planeamento, comando e controlo, rotação de forças e exercícios adaptados ao Exército e agências civis. -Maior aceitabilidade que as FFAA.
Planeamento	
Bingol (2011) Weger (2009), Guedelha (2010), Lutterbeck (2004)	-Garante segurança em qualquer tipo de área, seja urbana ou rural (áreas distantes e exigentes), num ambiente de proximidade entre ameaças e população; -As forças de <i>Gendarmerie</i> apresentam custos mais reduzidos que forças militares (equipamento em menor quantidade e menos sofisticado).
Eficiência	
Jiménez (2011) Shattal e Rawashdeh (2011), Alves (2011), Weger (2009)	-Estas forças apresentam um mapa com uma dispersão e amplitude invejável em todo o mundo, em quantidade e qualidades suficientes para todas as exigências, cerca de 2.5 milhões de militares em todos os continentes e próximas de zonas de conflito; -Possibilidade de criação de uma rede mundial destas forças, com uma íntima cooperação, relações política/diplomáticas e partilha de experiências; -Especializadas no treino de polícias locais, na proteção de refugiados, controlo de fronteiras, combate à criminalidade organizada, terrorismo e na sua substituição em ambientes pós-guerra, fazendo cumprir as leis do governo em formação.
Universalidade	

Fonte: Adaptado de Cruz (2013)

Tabela 16 - Vulnerabilidades das forças tipo *gendarmerie*

Autores/Conceito	Vulnerabilidades
Weger (2009), Bruggeman (2011), Dobbins et. al (2007), Hills (2001)	-A não-aceitação destas forças serem policiadas no que respeita à aplicação das leis internacionais e nacionais; -Não preenchimento das lacunas étnicas pela falta de adequação das ROE e SOFA; -Incapacidade de proporcionar soluções universais ou à longo-prazo para a questão da lacuna de segurança;
Duplicação, Generalismo e Insuficiência	-Duplicação de políticas, doutrinas e normas em várias OI, com várias forças a fazerem o mesmo/Sobreposição institucional -Militares desde que treinados desempenham as mesmas funções; -Limitado número de militares atualmente empenhados e limitações de financiamento; -Diferenças técnicas, táticas, de procedimento e culturais entre nações contribuintes; -Diferença de políticas internas e falta de aceitação/ desconfiança de muitos países; -Reduzido número de missões realizadas incapacita a sua potenciação e reconhecimento internacional do seu valor acrescentado;

	<p>-O alargamento do número de efetivos diminuirá a sua coesão;</p> <p>-A diversidade do espetro de tarefas desenvolvidas por estas forças prejudica a especialização (profundidade/variedade), não é o seu <i>core business</i>.</p>
<p>Gobinet (2011), Bruggeman (2011), ONU (2013), Hills (2001), Charles Reith (1952), Storch (1975)</p> <p>Modelo</p>	<p>-A natureza militar das forças de <i>Gendarmerie</i> não é universalmente aceite no policiamento, especialmente pela cultura anglo-saxónica, entendidas como demasiado militares;</p> <p>-É defendida a incompatibilidade de uma força de segurança militar num modelo democrático por ser historicamente um instrumento de repressão de políticas despóticas e totalitárias.</p> <p>-A doutrina das NU sobre OAP defende uma RSS que separe estritamente as entidades militares e civis para um Estado de Direito (NU, 2003, P. 188);</p>
<p>Berthelet (2011), Hovens (2011)</p> <p>Política</p>	<p>-A EGF como plataforma internacional de lançamento de missões detém um processo de tomada de decisão por unanimidade que conduz à sua paralisia. Tal também se verifica na UE;</p> <p>-Obrigação em recorrer a contribuições individuais dos demais Estados pelo Quartel-General da EGF, funcionando como um coordenador dos vários Estados-membros;</p> <p>-A rotatividade do Comando da EGF (com período de 2 ou 3 anos) limita a continuidade de políticas e acumulação de experiência;</p> <p>-Não existe um acompanhamento nacional por parte do CIAN, nem contactos diretos com as nações membro.</p>
<p>Hovens (2011)</p> <p>Logística</p>	<p>- Incapacidade da maior parte das forças tipo <i>gendarmerie</i> para atuarem como <i>Logistic Lead Nation</i></p> <p>- Limitada capacidade de projeção e autossustentação</p>

Fonte: Adaptado de Cruz (2013)

Anexo I

Aumento da complexidade das tarefas policiais

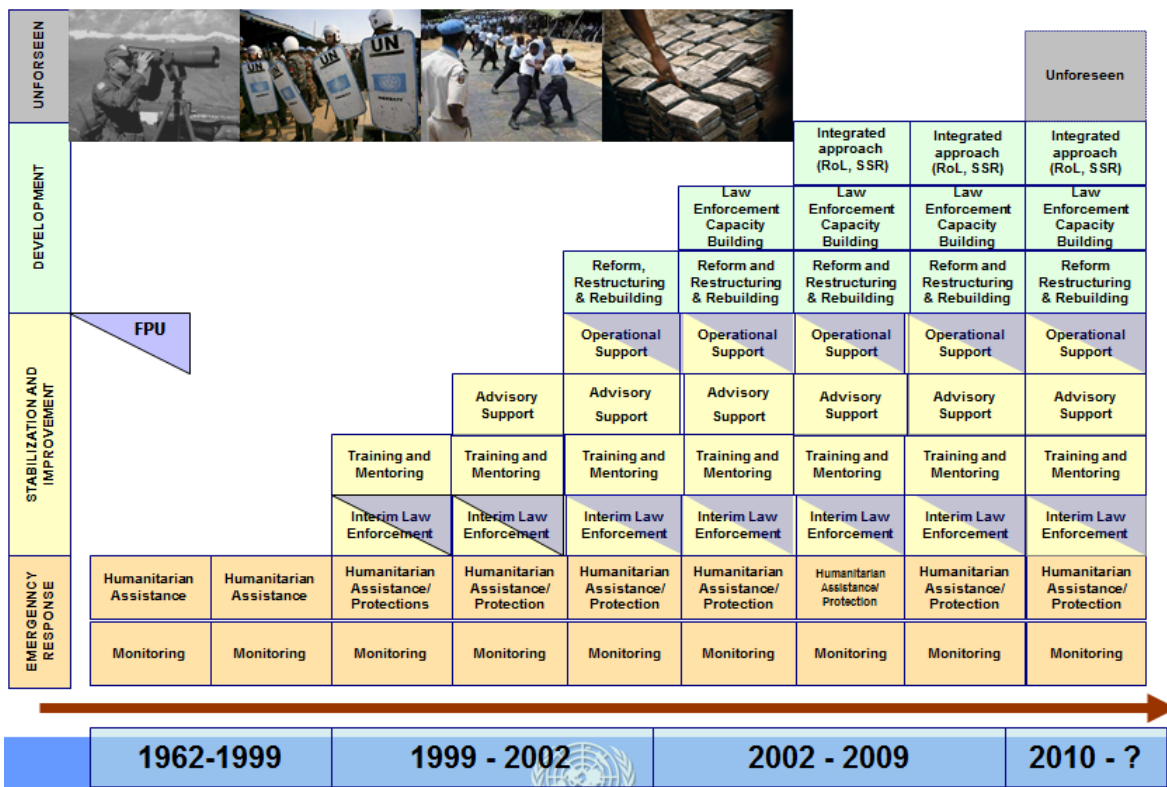


Figura 20 - Aumento da complexidade das tarefas policiais
 Fonte: Smith (2011)

Anexo J

Tarefas pós conflito das operações de paz

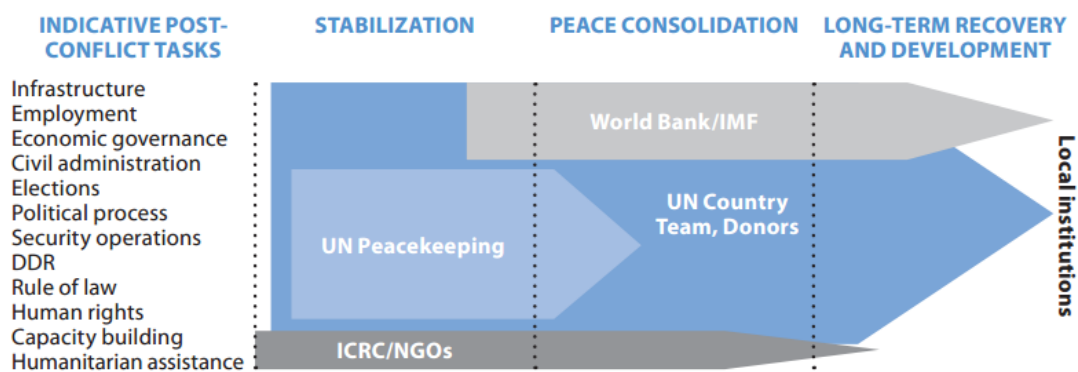


Figura 21 - Tarefas pós conflito das operações de paz
 Fonte: DPKO (2010)

Anexo K

Áreas comuns das operações de paz

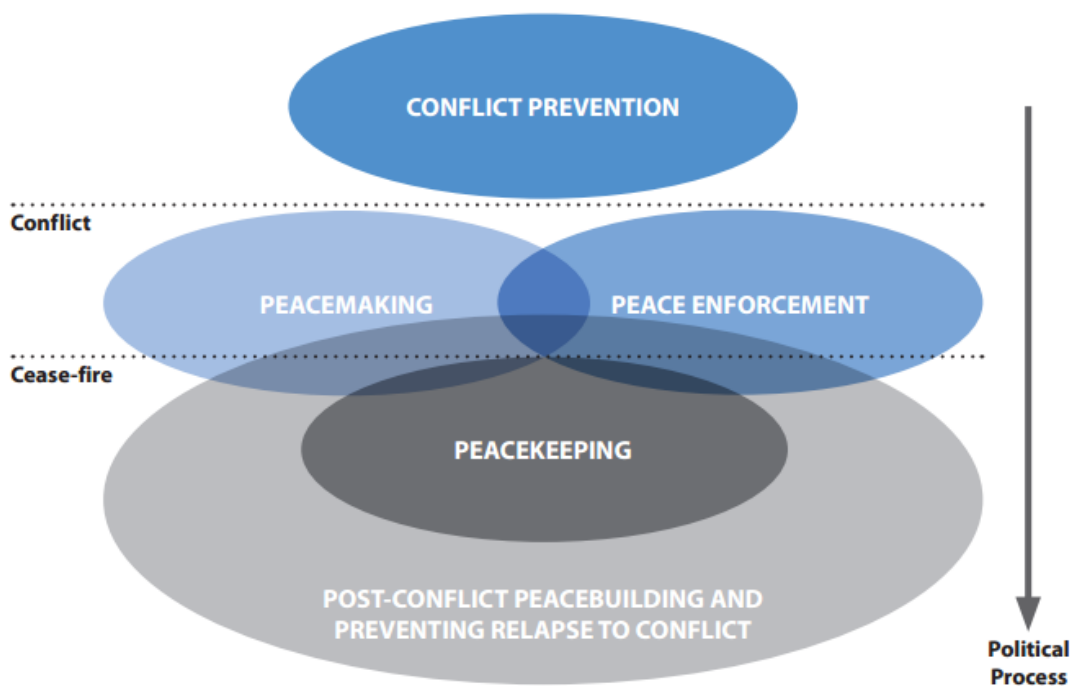


Figura 22 - Áreas comuns das operações de paz
Fonte: DPKO (2010)

Anexo L

Efetivo ONU envolvido em OAP

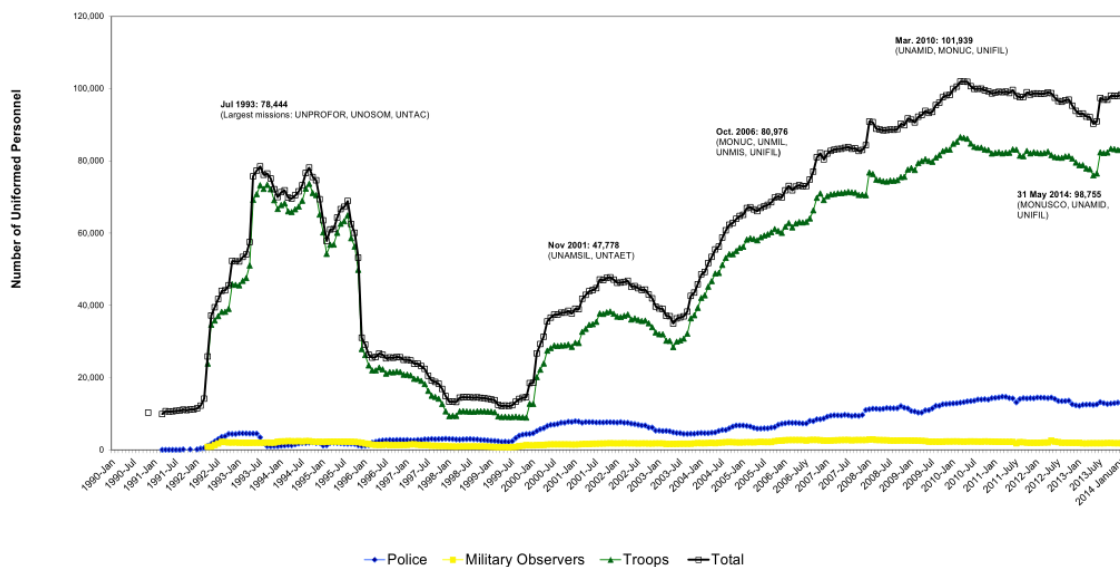


Figura 23 - Evolução do efetivo ONU envolvido em OAP desde 1990
 Fonte: DPI (2014)

MONTH	YEAR										
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
JUN	Police	5,916	7,291	9,698	11,583	10,993	13,512	14,206	14,098	12,626	12,202
	Troops	58,843	62,945	71,195	74,254	79,944	84,784	83,400	81,443	76,752	84,327
	Observers	2,177	2,717	2,723	2,680	2,279	2,349	2,226	2,316	1,838	1,836
	Total	66,936	72,953	83,616	88,517	93,216	100,645	99,832	97,857	91,216	98,365
	# of missions	18*	15*	15*	17*	15*	15*	14*	16*	14*	*16

Figura 24 - Efetivo ONU envolvido em OAP em Junho de 2014
 Fonte: DPI (2014)

Anexo M

Estrutura das missões integradas

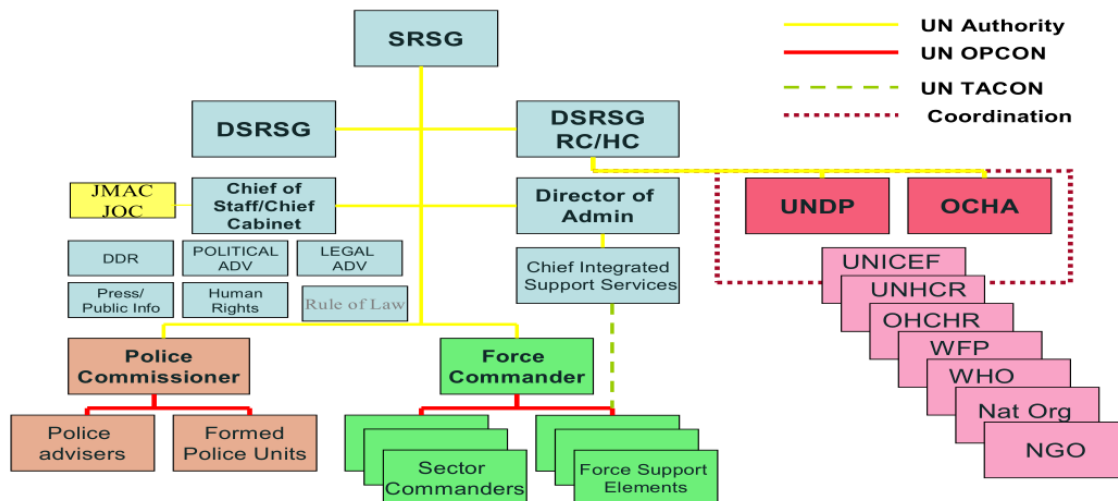


Figura 25 - Estrutura das missões integradas
 Fonte: EUPST (2013)

Anexo N

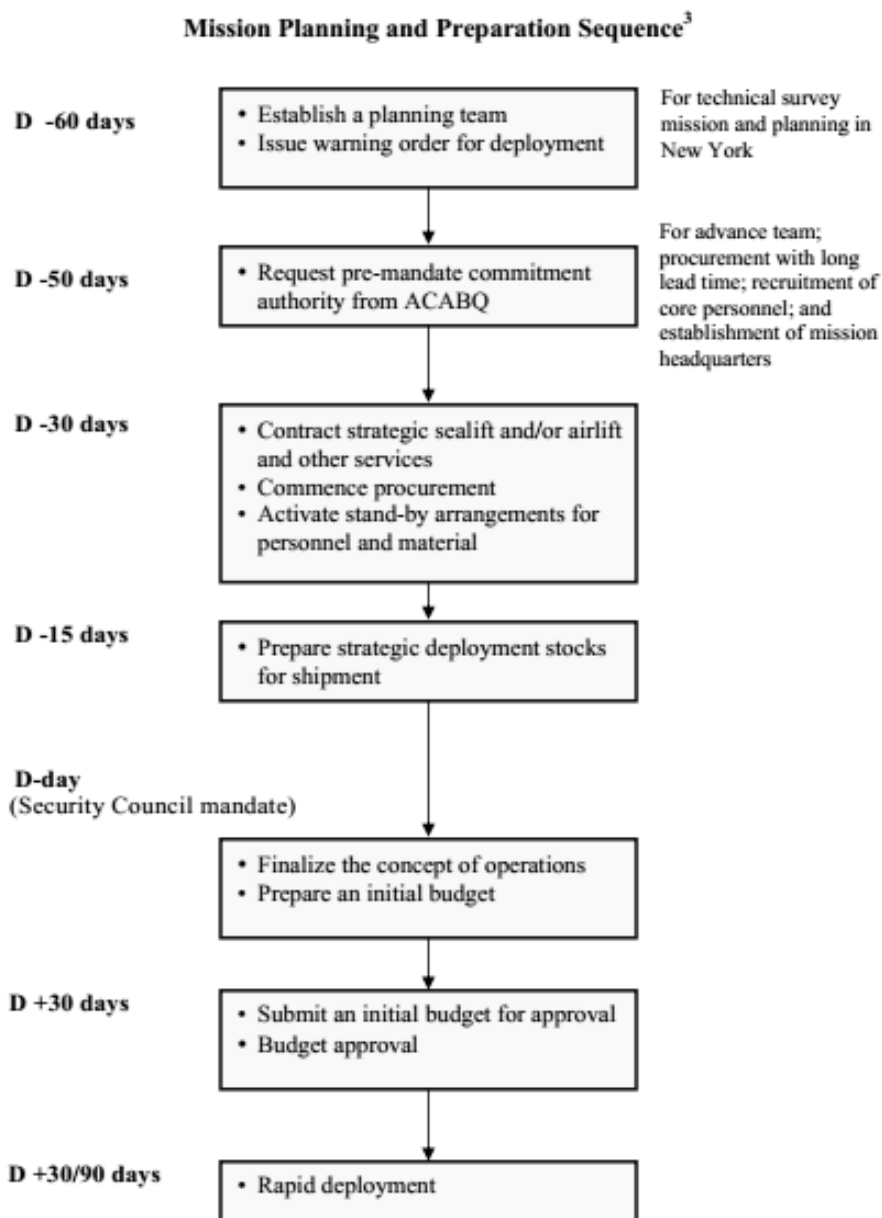
Localização geográfica de Timor-Leste



Figura 26 - Localização geográfica de Timor-Leste
 Fonte: Wordatlas (2014)

Anexo O

Processo de preparação e planeamento das missões da ONU



³ The number of days is indicative. Actual number of days will depend on the situation on the ground and the mandate approved for a new mission.

Figura 27 - Processo de preparação e planeamento das missões da ONU
Fonte: DPKO (2004)

Anexo P

Estrutura do Subgrupamento Bravo

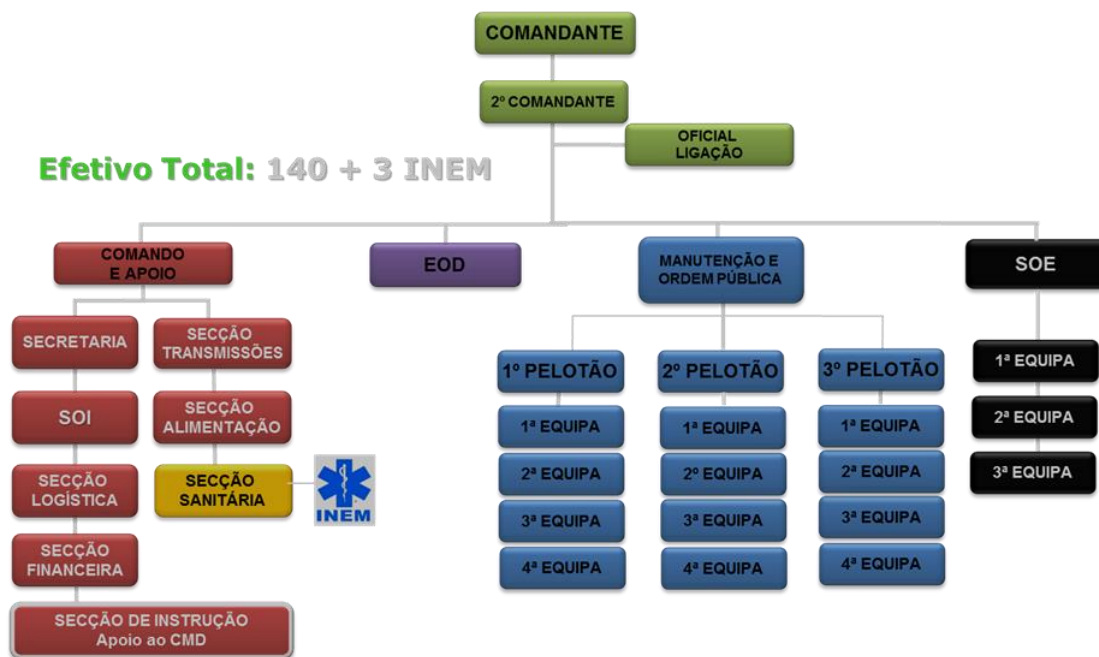


Figura 28 - Estrutura do Subgrupamento Bravo
 Fonte: Nogueira (2011)

Anexo Q

Área de responsabilidade do Subagrupamento Bravo



Figura 29 - Área de responsabilidade do Subagrupamento Bravo
Fonte: Nogueira (2011)

Anexo S

Estrutura do Subagrupamento Bravo com o reforço

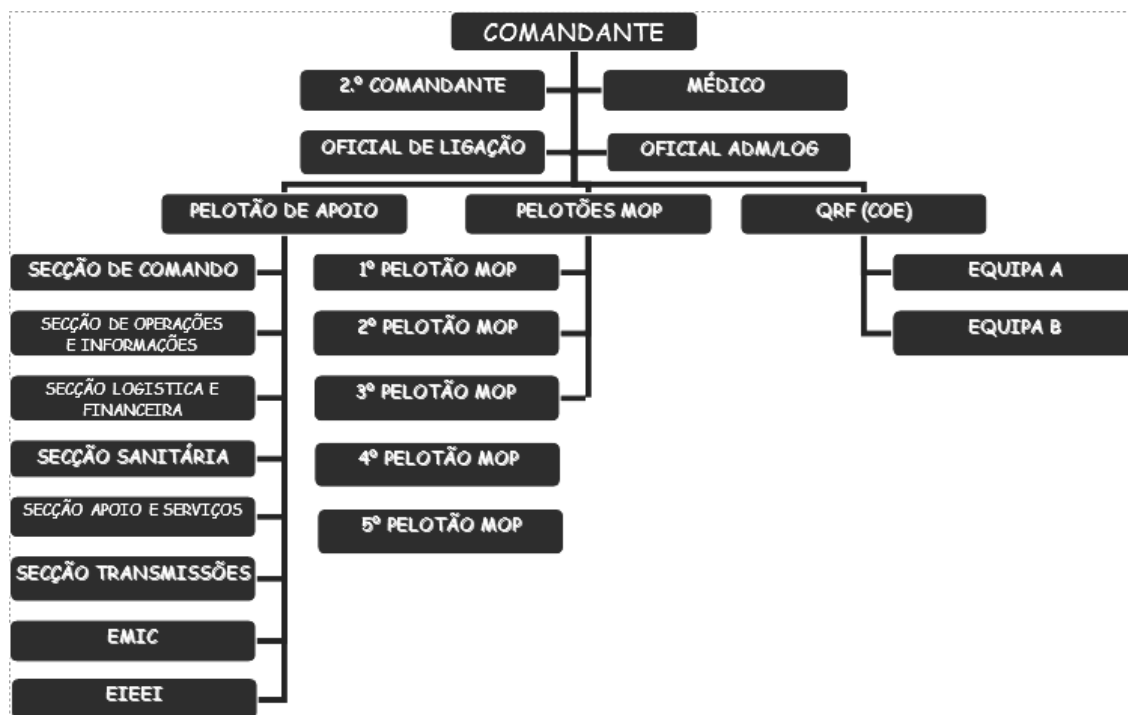


Figura 30 - Estrutura do Subagrupamento Bravo com o reforço
 Fonte: Barradas (2007)

Anexo T

Efetivo projetado em unidades constituídas para Timor-Leste

Tabela 18 - Efetivo projetado em unidades constituídas para Timor-Leste

FORÇAS CONSTITUÍDAS				
ORGANIZAÇÃO	MISSÃO	PAÍS	PERÍODO	EFFECTIVO
ONU	UNTAET	Timor-Leste	2000 a 2002	477
	UNMIT		2006 a 2012	1753
				2230

Fonte: DPERI (2014)

Anexo U

Proposta de redimensionamento da estrutura de apoio ao Comandante



Figura 31 - Proposta da estrutura de Comando do Subagrupamento Bravo
Fonte: Barradas (2007)

Apêndices

Apêndice A Metodologia do Trabalho

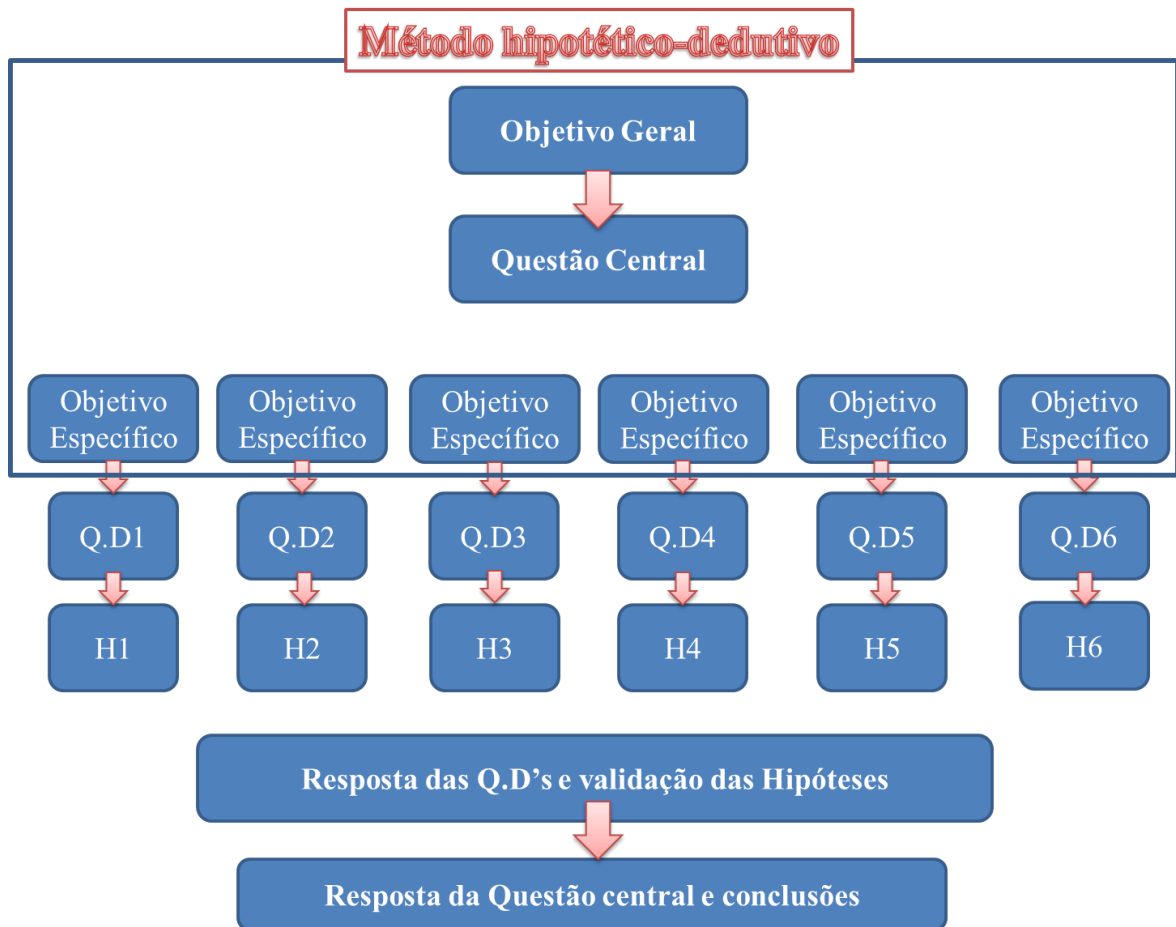


Figura 32 - Metodologia do trabalho

Apêndice B

Relação de Comando das FPU

Tabela 19 - Relação de Comando das FPU

Comando completo (FULLCOM)	País contribuidor⁶⁸
Autoridade operacional ONU	Special Representative of the Secretary-General (SRSG)/Head of Mission (HOM)
Comando (COM)	Head of the Police Components (HOPC)/Police Commissioner/Chief of Operations/ Deputy-Chief of Operations/Regional Commanders ⁶⁹
Controlo Operacional (OPCON)	HOPC pode delegar no Comandante da FPU ⁷⁰
Comando tático (TACOM)	Comandante da FPU
Controlo tático (TACON)	Comandante da FPU/Comandante da respetiva unidade subordinada

Fonte: Adaptado de DPKO/DFS (2013)

⁶⁸ No entanto, as FPU não devem receber ou transmitir nenhuma diretiva de comando tática ou operacional das Autoridades Nacionais (DPKO/DFS, 2013).

⁶⁹ Sob delegação do HOPC (DPKO/DFS, 2013)

⁷⁰ Em caso de uma operação que envolva forças de mais do que uma FPU, o *Deputy-Chief of Operations* assume a responsabilidade pelo controlo operacional e comando tático de todas as unidades envolvidas (DPKO/DFS, 2013).

Apêndice C

Tipologia das operações OTAN



Figura 33 - Tipologia das operações da OTAN

Apêndice D

Antecedentes da UNMIT

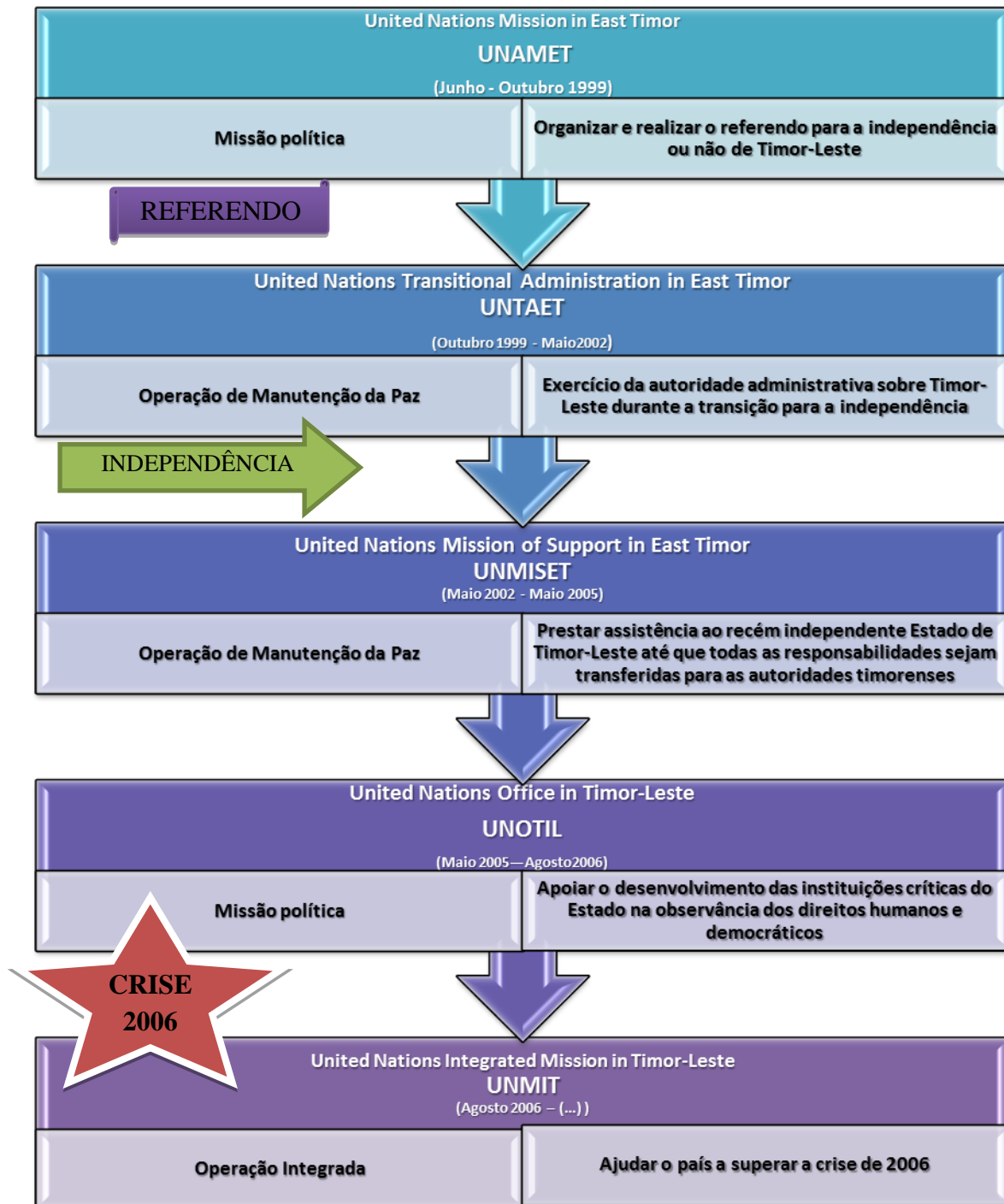


Figura 34 - Antecedentes da UNMIT

Apêndice E
Relação dos Contingentes

Tabela 20 - Relação dos contingentes

Chegada	Contingente	Cmdt
04JUN06	1º Contingente	Cap Carvalho
24NOV06	2º Contingente	Cap Barradas
03ABR07	3º Contingente	Ten Hermenegildo
11JUL07	4º Contingente	Cap Cruz
30JAN08	5º Contingente	Cap Martinho
31JUL08	6º Contingente	Cap Cabrita
13MAR09	7º Contingente	Cap Simões
23SET09	8º Contingente	Cap Martinho
06ABR10	9º Contingente	Cap Santos
20OUT10	10º Contingente	Cap Nogueira
28ABR11	11º Contingente	Cap Simões
28OUT11	12º Contingente	Cap Martinho
26MAI12	13º Contingente	Cap Barradas

Apêndice F

Inquérito por questionário

Potencialidades/vulnerabilidades da GNR em Timor-Leste

O presente inquérito por questionário foi elaborado no âmbito dos Trabalhos de Investigação Aplicada do Tirocínio Para Oficiais e tem como objetivo enunciar e explicar as características das forças tipo *gendarmérie* enquanto potencialidades/vulnerabilidades nas Operações de Apoio à Paz. Estudo de caso da missão da GNR em Timor-Leste (2006-2012).

O inquérito é anónimo e confidencial.

Agradecemos a sua colaboração e disponibilidade e esperamos que este estudo contribua para o desenvolvimento da instituição Guarda Nacional Republicana.

*Obrigatório

PARTE 1 - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA

Género *

- Masculino
- Feminino

Idade *

- <25
- 25-35
- 35-45
- >45

Tempo de Serviço *

- <5 anos
- 5-15 anos
- 15-25 anos
- >25 anos

Habilitações literárias *

- Ensino básico (até ao 9.º ano)
- Ensino secundário (até ao 12.º ano)
- Ensino superior (licenciatura, mestrado etc.)

Contingente *

- 1.º
- 2.º
- 3.º
- 4.º
- 5.º
- 6.º
- 7.º
- 8.º
- 9.º
- 10.º
- 11.º
- 12.º
- 13.º

Posto (aquando da missão) *

- Subalterno
- Sargento
- Cabo/Guarda/Soldado

Função *

- Pelotão Operacional
- Seção de Operações Especiais
- Seção de Inativação de Engenheiros Explosivos
- Pelotão de Comando e Serviços
- Outro:



33% concluído

Potencialidades/vulnerabilidades da GNR em Timor-Leste

*Obrigatório

PARTE 2 - A GNR EM TIMOR-LESTE 2006-2012

Que potencialidades identifica na GNR durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]? *

- Capacidade e Competência - Desempenho de tarefas policiais de imposição de lei com uma natureza militar e seus valores (capacidade de regeneração, coesão, disciplina treino, camaradagem, abnegação, sacrifício)
- Polivalência e Flexibilidade - Podem ser colocadas sob dependência de qualquer Organização Internacional como já se verificou, nomeadamente, sob a égide da ONU, NATO, UE, OSCE ou coligações had hoc
- Interoperabilidade - Pode estabelecer a ligação entre civis e militares e trabalhar sobre a alçada de ambos
- Modelo - Militares que desenvolvem tarefas policiais; responde aos desafios do novo conceito de segurança interna/externa
- Confiança - Facilidade em estabelecer uma relação com as populações e atender as suas especificidades culturais, étnicas ou tribais
- Experiência - Experiência na resposta as ameaças identificadas nestes cenários
- Planeamento - Métodos de planeamento, comando e controlo, rotação de forças e exercícios adaptados ao Exército e agências civis
- Eficiência - As forças de Gendarmerie apresentam custos mais reduzidos que forças militares (equipamento em menor quantidade e menos sofisticado)
- Outro:

Que vulnerabilidades identifica na GNR durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]? *

- Duplicação, Generalismo e Insuficiência - Duplicação de políticas, doutrinas e normas em várias Organizações Internacionais, com várias forças a fazerem o mesmo/Sobreposição institucional
- Modelo - A natureza militar das forças de Gendarmerie não é universalmente aceite no policiamento, especialmente pela cultura anglo-saxónica, entendidas como demasiado militares
- Política - A Plataforma internacional de lançamento de missões detém um processo de tomada de decisão por unanimidade que conduz à sua paralisia
- Material e equipamento
- Outro:

Que fatores contribuíram para uma resposta rápida ao pedido de Timor-Leste em 2006? *

- Capacidade de projeção
- Polivalência e flexibilidade
- Estatuto militar
- Experiência internacional
- Outro:

Que missões militares estavam atribuídas à GNR com mais frequência durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]? *

- Vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis
- Segurança de áreas da retaguarda
- Ocupação e defesa de infra-estruturas críticas e pontos sensíveis
- Missões de operações especiais
- Missões de polícia militar
- Inativação e supressão de engenhos explosivos
- Patrulhas de reconhecimento, ligação e contra infiltração
- Controlo de danos
- Controlo da população, de refugiados e de transviados
- Fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto
- Pesquisa, recolha e tratamento de informações
- Outro:

Que missões policiais estavam atribuídas à GNR com mais frequência durante o seu empenhamento em Timor-Leste [2006-2012]? *


- Controlo de distúrbios civis
- Segurança de áreas sensíveis
- Realização de escoltas e segurança a altas entidades
- Busca e salvamento
- Execução de honras de Estado
- Manutenção e restabelecimento da ordem públicas
- Segurança de pontos sensíveis
- Escolta a comboios humanitários
- Policiamento de áreas sensíveis
- Execução de checkpoints
- Inativação de engenhos explosivos improvisados
- Outro:

De entre as duas respostas anteriores, refira quais as missões que distinguem a GNR das outras Forças de Segurança a prestar serviço local *

- Controlo de distúrbios civis
- Segurança de áreas sensíveis
- Realização de escoltas e segurança a altas entidades
- Busca e salvamento
- Execução de honras de Estado
- Manutenção e restabelecimento da ordem públicas
- Segurança de pontos sensíveis
- Escolta a comboios humanitários
- Policiamento de áreas sensíveis
- Execução de checkpoints
- Inativação de engenhos explosivos improvisados
- Vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis
- Segurança de áreas da retaguarda
- Ocupação e defesa de infraestruturas críticas e pontos sensíveis
- Missões de operações especiais
- Missões de polícia militar
- Patrulhas de reconhecimento, ligação e contra infiltração
- Controlo de danos
- Controlo da população, de refugiados e de transviados
- Fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto
- Pesquisa, recolha e tratamento de informações
- Outro:

Quais as características que distinguiram a GNR de outras forças a atuarem no Teatro de Operações? *

- Interoperabilidade (civil e militar)
- Proximidade e confiança com a população civil
- Melhor equipamento
- Execução de maior número de missões
- Competência técnica
- Qualidade dos Recursos Humanos

[« Voltar](#)[Continuar »](#)
66% concluído

Powered by



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

Potencialidades/vulnerabilidades da GNR em Timor-Leste

MUITO GRATO PELA DISPONIBILIDADE

ASPIRANTE FERNANDES
2090011

[« Voltar](#)[Enviar](#)

Nunca envie senhas em Formulários Google.


100% concluído.

Powered by



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

[Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Termos Adicionais](#)

Apêndice G

Email de apresentação

Caro(a) Camarada,

Chamo-me Tiago Filipe Alves Fernandes, sou Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana, e encontro-me a terminar o curso da Academia Militar.

Este curto questionário, cujo link está no final deste texto, insere-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada e destina-se à recolha de dados para a elaboração da Dissertação de Mestrado subordinada ao tema "Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie* nas Operações de Apoio à Paz: a GNR em Timor-Leste".

Os dados recolhidos servirão exclusivamente para o tratamento estatístico.

O seu anonimato e a confidencialidade da sua resposta serão sempre garantidos. Não considere que existem respostas certas ou erradas, procurando apenas uma resposta sincera e espontânea. Não tenha problemas em colocar a resposta "outro" com a referente discrição, só está a enriquecer o trabalho.

Segue o link para o questionário:

https://docs.google.com/forms/d/1ocEFKicUpVNFBAGXfdDe6Wtu0RNfh1zJX4jGL4LhZIg8/viewform?usp=send_form
(são apenas 7 perguntas)

Deste modo resta-me agradecer a sua participação e cooperação.

Muito Obrigado

Aspirante Tiago Fernandes

Apêndice H
Guião de entrevista



ACADEMIA MILITAR

**Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmérie* nas Operações de Apoio
à Paz: a GNR em Timor-Leste**

Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança

Trabalho de Investigação Aplicada

Entrevista aos Oficiais Comandantes de Contingente do SubAgrupamento Bravo

Autor: Aspirante Aluno de GNR Infantaria Tiago Filipe Alves Fernandes

Orientador: Major de GNR Infantaria Jorge Manuel Lobato Barradas

Lisboa, Junho 2014

No âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “Potencialidades/vulnerabilidades das forças tipo *gendarmerie* nas Operações de Apoio à Paz: a GNR em Timor-Leste. ”, há necessidade da recolha de informação com vista a dar resposta ao estudo elaborado. Como tal essa informação será recolhida com base em entrevistas.

Este estudo tem como objetivo enunciar e explicar as características das forças tipo *gendarmerie* (como é o caso da GNR) enquanto potencialidades/vulnerabilidades nas Operações de Apoio à Paz. Através do estudo de caso da missão da GNR em Timor-Leste (2006-2012).

De forma a dar validade científica a este Trabalho de Investigação, o tipo de entrevistas é direcionado para um público-alvo específico, que compreendem a melhor visão da temática. Assim, esta entrevista servirá para dar resposta aos objetivos iniciais que nos propusemos.

Devido à importância da entrevista, as suas respostas são uma parte fundamental nesta investigação. Estas vão ser analisadas de modo a servir de suporte para a investigação.

Se V. Ex.^a assim o desejar, poderá ter acesso a toda a investigação bem como submeter para sua apreciação a análise efetuada do conteúdo das respostas Após a sua aprovação estarei disponível para lhe facultar o trabalho na íntegra.

Grato pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Tiago Filipe Alves Fernandes

Aspirante Aluno GNR Infantaria

Enquadramento do Trabalho

Após o regresso do 13.º e último contingente da GNR empenhado em Timor-Leste pretendemos perceber quais os fatores que se podem considerar uma vantagem/desvantagem presentes na força constituída da GNR.

O objetivo é fazer um enquadramento teórico com incidência nas valências de uma força do tipo *gendarmarie* e as vantagens/desvantagens desta nas Operações de Apoio à Paz. Para concretizar será feito um estudo sobre um caso de aplicação concreta do mesmo, ou seja, analisar o desempenho da GNR no Teatro de Operações de Timor-Leste entre 2006 e 2012.

Atualmente várias são as definições de força tipo *gendarmarie*, no entanto a maior parte caracteriza-as como “Organizações de segurança com uma combinação de características e tarefas policiais e militares” (Weger, 2009, p. 7) que, pela sua especificidade e dupla natureza, têm a vantagem de combinar dois tipos de forças; como militar são facilmente projetáveis e estão bem equipadas e como polícia são treinadas para trabalhar com a sociedade garantido tarefas de segurança (Weiss, 2011). Acontece que estas características tornam este tipo de forças especialmente apropriadas para lidar com altos riscos e desafios emergentes, que têm vindo a surgir devido à crescente preocupação com os desafios internacionais providos de natureza particularmente perigosa devido a organizações complexas de carácter transnacional, o que nos leva à necessidade de dispor de corpos policiais mais robustos, com natureza e alguns meios militares e uma função residual de defesa (Alves, 2010).

Desses desafios emergentes dá-se relevo à participação destas forças em missões internacionais, mais concretamente em Operações de Apoio à Paz (OAP). Este conceito começa a ser utilizado na década de noventa para classificar as, na altura novas, operações nas quais a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais se envolveram (Branco, 2010).

Desta feita estes conceitos serão aplicados no caso concreto de Timor-Leste como forma de materializar o estudo de caso, no sentido de perceber quais as características da força da GNR que lhe permitiu contribuir para a resolução da situação de crise.

ENTREVISTA

Caracterização dos Entrevistados:

Nome:

Posto:

Unidade:

Função:

Que contingente(s) do SubAgrupamento Bravo comandou:

Data:

Local:

Questões:

- 1. Como caracterizaria o cenário que encontrou em Timor-Leste?**
- 2. Em que cenário/tipologia de operações enquadra a missão da GNR em Timor-Leste [2006-2012]?**
- 3. Quais as características da GNR que a tornam uma força tipo *gendarmerie*?**
- 4. Quais os fatores que contribuíram para a rápida resposta ao pedido de ajuda de Timor-Leste em 2006?**
- 5. Quais as principais potencialidades da GNR no Teatro de Operações (TO) de Timor-Leste [2006-2012]?**
- 6. Quais as principais vulnerabilidades da GNR nesse TO?**
- 7. Quais seriam as formas de exponenciar tais potencialidades e reduzir as vulnerabilidades da GNR nesse cenário?**
- 8. Quais as principais missões policiais que desenvolveu a GNR?**
- 9. Quais as principais missões militares que desenvolveu a GNR?**
- 10. Que variáveis contribuíram para a atribuição de um espectro tão elevado de missões a desempenhar?**
- 11. Quais as características ideais de uma força para responder a este tipo de TO?**

- 12. Quais as características que distinguiram a GNR de outras forças a atuarem no TO?**
- 13. Quais os objetivos propostos e alcançados e quais os que não foram alcançados. Porquê?**
- 14. Tem mais algum assunto a acrescentar?**

Obrigado pela atenção, a sua participação em muito enriquecerá toda a investigação.

Apêndice I
Amostragem das entrevistas

Tabela 21 - Caracterização dos entrevistados

N.º	Posto/Nome	Contingente(s) que comandou	Data da entrevista	Unidade	Função atual
1	Capitão Pedro Nogueira	10.º (2010/2011)	09JUN14	Unidade de Intervenção	Comandante de Companhia do GIOP
2	Major Jorge Barradas	2.º (2006/2007) 13.º (2012)	11JUN14	Comando Geral	Chefe em substituição da DPERI
3	Capitão Paulo Cabrita	6.º (2008/2009)	16JUN14	Comando Territorial de Setúbal	Chefe da SRLF
4	Major Marco Cruz	4.º (2007/2008)	19JUN14	Comando Geral	Chefe em substituição da DCRP
5	Capitão Reinaldo Hermenegildo	3.º (2007)	24JUN14	Academia Militar	Comandante de Companhia de Alunos
6	Capitão Nuno Simões	7.º (2009) 11.º (2011)	25JUN14	Unidade de Intervenção	Comandante de Companhia do GIOP
7	Capitão João Martinho	5.º (2008) 8.º (2009/2010) 12 (2011/2012)	01JUL14	Comando Geral	Chefe da Repartição de Análise da Direção de Informações
8	Major Gonçalo Carvalho	1.º (2006)	04JUL14	Comando Geral	Chefe da DCRP
9	Capitão Marco Santos	9.º (2010)	07JUL14	Comando Geral	Assessor do Secretário da Estado de Segurança Interna em Timor-Leste

Apêndice J

Análise de conteúdo das respostas às entrevistas

Tabela 22 - Análise de conteúdo da questão A1

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Ambiente calmo (2010/2011) - PNTL com função executiva (2010/11) - Atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população (2010/2011)	A1.1 A1.2 A1.3
2	- Conflitos grupos e fações (2006/2007) - GNR com funções executivas (2006/2007) - Ambiente calmo (2012) - PNTL com função executiva (2012) - Atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população (2012) - Mudança no tipo de problemas de segurança	A1.4 A1.5 A1.1 A1.2 A1.3 A1.10
3	- Ambiente calmo (2008/2009) - Atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população (2008/2009) - Clima de “guerra civil” (2006) - GNR com funções executivas (2006) - PNTL na fase de transição (2008/2009)	A1.1 A1.3 A1.6 A1.5 A1.7
4	- Conflitos entre grupos e fações (2007) - Crise política (2007) - Pobreza social - GNR com funções executivas (2007)	A1.4 A1.8 A1.9 A1.5
5	- Conflitos grupos e fações (2007) - GNR com funções executivas (2007) - Rotura política (2007) - Pobreza social	A1.4 A1.5 A1.8 A1.9
6	- Crise política (2006) - Clima de “guerra civil” (2006) - Conflitos entre grupos e fações (2006) - GNR com funções executivas (2006) - Ambiente calmo (2009) - PNTL na fase de transição (2009) - Mudança no tipo de problemas de segurança	A1.8 A1.6 A1.4 A1.5 A1.1 A1.7 A1.10
7	- Apesar dos atentados, ambiente calmo (2008) - PNTL entra na fase de transição (2008) - Atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população (2009/2011) - Mudança no tipo de problemas de segurança	A1.1 A1.7 A1.3 A1.10
8	- Crise política (2006) - Conflitos entre grupos e fações (2006) - GNR com funções executivas (2006)	A1.8 A1.4 A1.5
9	- Ambiente calmo (2010) - Atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população (2009/2011) - Mudança no tipo de problemas de segurança	A1.1 A1.3 A1.10

Tabela 23 - Análise de conteúdo da questão A2

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Prevenção de conflitos (2010/2011) - Restabelecimento da paz (2010/2011) - Manutenção da paz (2010/11)	A2.1 A2.2 A2.3
2	- Imposição de paz (2006) - Manutenção da paz (2007) - Consolidação da paz (2008-2012)	A2.4 A2.3 A2.5
3	- Manutenção da paz (2008) - Consolidação da paz (2008/2009)	A2.3 A2.5
4	- Manutenção da paz (2007)	A2.3
5	N/R	
6	- Manutenção da paz (2006) - Consolidação da paz (2009)	A2.3 A2.5
7	- Manutenção da paz (2006/2008) - Consolidação da paz (2009/2012)	A2.3 A2.5
8	- Imposição de paz (2006)	A2.4
9	- Prevenção de conflitos (2010) - Consolidação da paz (2010)	A2.1 A2.5

Tabela 24 - Análise de conteúdo da questão B1

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Interoperabilidade - Alargada capacidade de atuação - Organização interna (disciplina e cadeia de comando)	B1.1 B1.2 B1.6
2	- Alargada capacidade de atuação - Robustez - Interoperabilidade - Capacidade física dos militares - Capacidade de adaptação	B1.2 B1.3 B1.1 B1.4 B1.5
3	- Interoperabilidade - Organização interna (disciplina e cadeia de comando)	B1.1 B1.6
4	- Alargada capacidade de atuação - Capacidade de adaptação - Interoperabilidade - Capacidade física dos militares	B1.2 B1.5 B1.1 B1.4
5	N/R	
6	- Interoperabilidade - Robustez - Alargada capacidade de atuação - Organização interna (disciplina e cadeia de comando)	B1.1 B1.3 B1.2 B1.6
7	- Organização interna (disciplina e cadeia de comando) - Capacidade de adaptação	B1.6 B1.5
8	- Organização interna (disciplina e cadeia de comando) - Capacidade para projetar unidades constituídas - Alargada capacidade de atuação - Interoperabilidade	B1.6 B1.7 B1.2 B1.1
9	- Interoperabilidade - Alargada capacidade de atuação - Organização interna (disciplina e cadeia de comando)	B1.1 B1.2 B1.6

Tabela 25 - Análise de conteúdo da questão B2

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Vontade política - Organização interna da UI	B2.1 B2.2
2	- Organização interna da UI - Capacidade de mobilização-disponibilidade/voluntariedade - Capacidade técnica sedimentada	B2.2 B2.3 B2.4
3	- Vontade política - Capacidade técnica sedimentada - Organização interna da UI	B2.1 B2.4 B2.2
4	- Capacidade técnica sedimentada - Capacidade de mobilização-disponibilidade/voluntariedade	B2.4 B2.3
5	- Capacidade técnica sedimentada - Experiência anterior	B2.4 B2.5
6	- Laço cultural com Timor-Leste - Experiência anterior - Organização interna da UI - Capacidade técnica sedimentada	B2.6 B2.5 B2.2 B2.4
7	- Capacidade de mobilização-disponibilidade/voluntariedade - Capacidade técnica sedimentada - Organização e cultura interna da UI	B2.3 B2.4 B2.2
8	- Experiência anterior - Capacidade de mobilização-disponibilidade/voluntariedade - Capacidade técnica sedimentada - Organização e cultura interna da UI	B2.5 B2.3 B2.4 B2.2
9	- Laço cultural com Timor-Leste - Experiência anterior - Vontade política	B2.6 B2.5 B2.1

Tabela 26 - Análise de conteúdo da questão B3

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Capacidade militar/policial para repor a ordem	B3.1
2	- Capacidade física dos militares - Disponibilidade/prontidão dos militares - Cadeia hierárquica centralizada - Flexibilidade de atuação	B3.2 B3.3 B3.4 B3.8
3	- Experiência anterior - Disponibilidade/prontidão dos militares	B3.5 B3.3
4	- Disponibilidade/prontidão dos militares - Proximidade com a população	B3.3 B3.6
5	- Capacidade militar/policial para repor a ordem - Proximidade com a população	B3.1 B3.6
6	- Experiência anterior - Proximidade com a população - Capacidade militar/policial para repor a ordem - Flexibilidade de atuação (intervenção/apoio à população)	B3.5 B3.6 B3.1 B3.8
7	- Sinergia entre especialidades - Flexibilidade de atuação (formação dada por operacionais) - Proximidade com a população	B3.7 B3.8 B3.6
8	- Proximidade com a população - Experiência anterior - Capacidade militar/policial para repor a ordem	B3.6 B3.5 B3.1
9	- Experiência anterior - Proximidade com a população	B3.5 B3.6

	- Flexibilidade de atuação (intervenção/apoio à população)	B3.8
--	--	------

Tabela 27 - Análise de conteúdo da questão B4

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Equipamento de proteção limitado - Efetivo limitado	B4.1 B4.2
2	- Cadeia hierárquica centralizada - Dupla dependência (ONU/Portugal)	B4.3 B4.4
3	- Efetivo limitado - Demasiada liberdade dos militares	B4.2 B4.5
4	- Limitações logísticas	B4.6
5	- Incerteza quanto à situação operacional	B4.7
6	- Exposição social	B4.8
7	- Doenças/clima - Limitações logísticas	B4.9 B4.6
8	- Efetivo limitado - Limitações logísticas	B4.2 B4.6
9	- Exposição social - Rotatividade excessiva dos militares	B4.8 B4.9

Tabela 28 - Análise de conteúdo da questão B5.

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Ajustamentos na projeção de material e homens	B5.1
2	- Comando direto da ONU	B5.2
3	- Regime de internato	B5.3
4	- Ajustamentos na projeção de material	B5.1
5	- Comando direto da ONU - Ajustamentos na projeção de material	B5.2 B5.1
6	- Ajustamentos na projeção de homens - Direcionar aprontamento para o policiamento de proximidade	B5.1 B5.4
7	- Ajustamentos na projeção de material - Adaptação constante às necessidades	B5.1 B5.5
8	- Ajustamentos na projeção de material e homens	B5.1
9	- Reduzir rotatividade dos militares	B5.6

Tabela 29 - Análise de conteúdo da questão C1

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Patrulhamento - Operações de elevada perigosidade - Apoio a operações de fiscalização - Segurança física e segurança pessoal	C1.1 C1.2 C1.3 C1.4
2	- Operações de elevada perigosidade	C1.2
3	- Todas as missões eram policiais	C1.5
4	- Todas as missões eram policiais	C1.5
5	- Todas as missões eram policiais	C1.5
6	- Todas as missões eram policiais	C1.5
7	- Todas as missões eram policiais	C1.5
8	- As presentes na carta de missão	C1.6
9	- As presentes na carta de missão	C1.6

Tabela 30 - Análise de conteúdo da questão C2

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Segurança de pontos sensíveis (2010/2011) - Operações em cenários de conflito	C2.1 C2.2
2	- Controlo de danos (2007) - Apoio a intervenções militares	C2.3 C2.4
3	- Nenhuma	C2.5
4	- Avaliação complexa	C2.6
5	- Nenhuma	C2.5
6	- Avaliação complexa	C2.6
7	- Avaliação complexa	C2.6
8	- Apoio a intervenções militares	C2.4
9	- Nenhuma	C2.5

Tabela 31 - Análise de conteúdo da questão C3

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Valência de polícia de natureza militar - Multidisciplinariedade da força	C3.1 C3.2
2	- Valência de polícia de natureza militar - Multidisciplinariedade da força – acordo bilateral	C3.1 C3.2
3	- Multidisciplinariedade da força	C3.2
4	- Multidisciplinariedade da força – acordo bilateral - Flexibilidade no uso da força	C3.2 C3.3
5	- Multidisciplinariedade da força	C3.2
6	- Multidisciplinariedade da força – acordo bilateral	C3.2
7	- Multidisciplinariedade da força – acordo bilateral	C3.2
8	- Respeito e credibilidade pela GNR	D3.4
9	- Valência de polícia de natureza militar - Multidisciplinariedade da força – acordo bilateral	C3.1 C3.2

Tabela 32 - Análise de conteúdo da questão C4

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Características semelhantes ao Subagrupamento Bravo - Ajustamentos em termos de pessoal e equipamento	C4.1 C4.2
2	- Características semelhantes ao Subagrupamento Bravo - Capacidade de projeção estratégica e logística	C4.1 C4.3
3	- Não há características ideais	C4.4
4	- Características semelhantes ao Subagrupamento Bravo - Capacidade de adaptação às diferentes realidades	C4.1 C4.5
5	- Não há características ideais	C4.4
6	- Capacidade de adaptação às diferentes realidades	C4.5
7	- Características semelhantes ao Subagrupamento Bravo	C4.1
8	- Características semelhantes ao Subagrupamento Bravo	C4.1
9	- Características das forças tipo <i>gendarmarie</i>	C4.6

Tabela 33 - Análise de conteúdo da questão C5

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Polivalência - Flexibilidade no uso da força - Disponibilidade - Competência e profissionalismo	C5.1 C5.2 C5.3 C5.4
2	- Polivalência - Capacidade para dar formação policial e profissional - Autonomia logística	C5.1 C5.5 C5.6
3	- Experiência internacional anterior - Polivalência	C5.7 C5.1
4	- Proximidade com a população	C5.8
5	- Experiência internacional anterior - Proximidade com a população	C5.7 C5.8
6	- Proximidade com a população - Flexibilidade no uso da força	C5.8 C5.2
7	- Flexibilidade no uso da força - Polivalência - Militares com treino específico	C5.2 C5.1 C5.9
8	- Polivalência - Flexibilidade no uso da força - Competência e profissionalismo - Militares com treino específico	C5.1 C5.2 C5.4 C5.9
9	- Proximidade com a população - Polivalência - Flexibilidade no uso da força	C5.8 C5.1 C5.2

Tabela 34 - Análise de conteúdo da questão D1

Entrevistado	Ideia chave	Seg.
1	- Análise complexa	D1.1
2	- Objetivos foram alcançados na generalidade - Formação da PNTL está ainda em curso	D1.2 D1.3
3	- Objetivos foram alcançados na generalidade	D1.2
4	- Objetivos foram alcançados na generalidade - Formação da PNTL está ainda em curso	D1.2 D1.3
5	- Objetivos foram alcançados na generalidade - Formação da PNTL está ainda em curso	D1.2 D1.3
6	- Objetivos foram alcançados na generalidade - Formação da PNTL está ainda em curso	D1.2 D1.3
7	- Objetivos foram alcançados na generalidade - Formação da PNTL está ainda em curso	D1.2 D1.3
8	- Objetivos foram alcançados na generalidade	D1.2
9	- Análise complexa (questão das baixas)	D1.1

Apêndice K**Cálculo do erro e do nível de confiança da amostra**

Nível de confiança desejado	96,00%
Erro máximo desejado	6,00%
Tamanho da população conhecido?	Sim

Tamanho da população finito e conhecido

Tamanho da população	1749	
Amostra corrigida pela população	251	<i>Considere este tamanho de amostra.</i>

Figura 35 - Cálculo do erro e do nível de confiança da amostra

Apêndice L

Caracterização da amostra dos questionários

Gênero

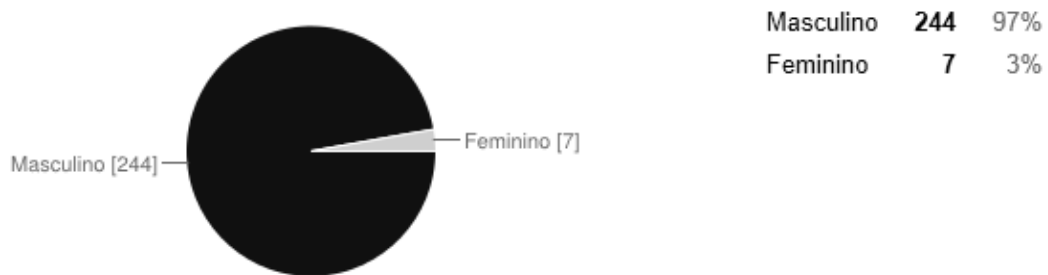


Figura 36 - Caracterização da amostra segundo o género

Idade

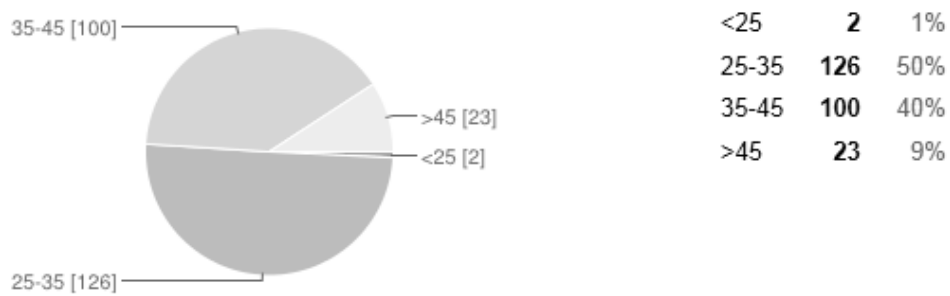


Figura 37 - Caracterização da amostra segundo a idade

Tempo de Serviço

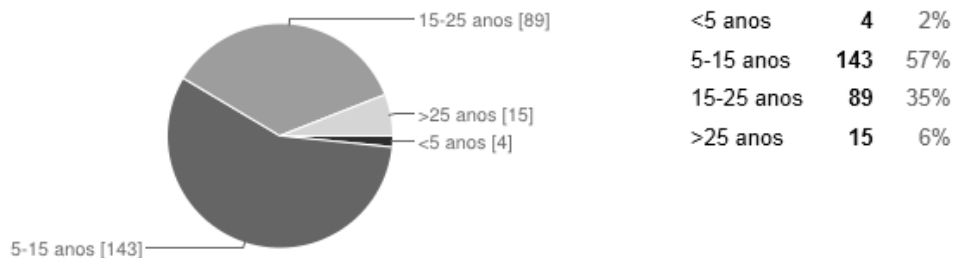


Figura 38 - Caracterização da amostra segundo o tempo de serviço

Habilitações literárias

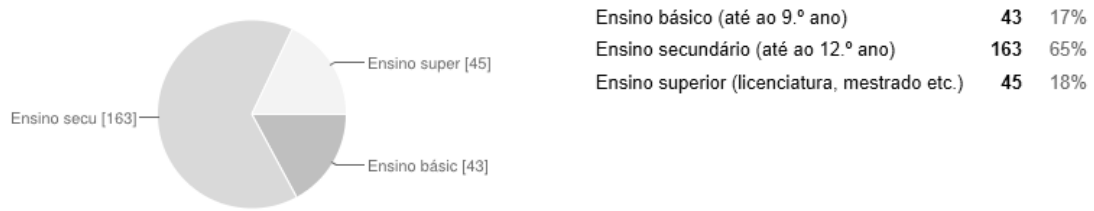


Figura 39 - Caracterização da amostra segundo as habilitações literárias

Contingente

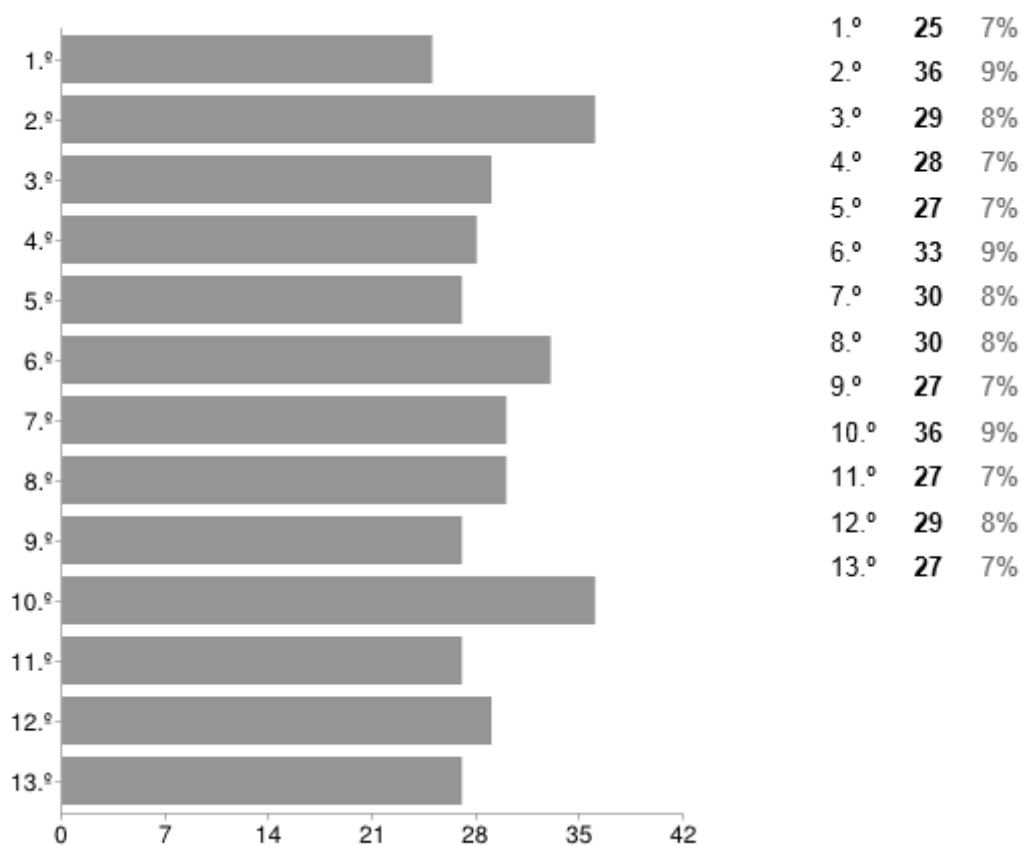


Figura 40 - Caracterização da amostra segundo o contingente

Posto (aquando da missão)

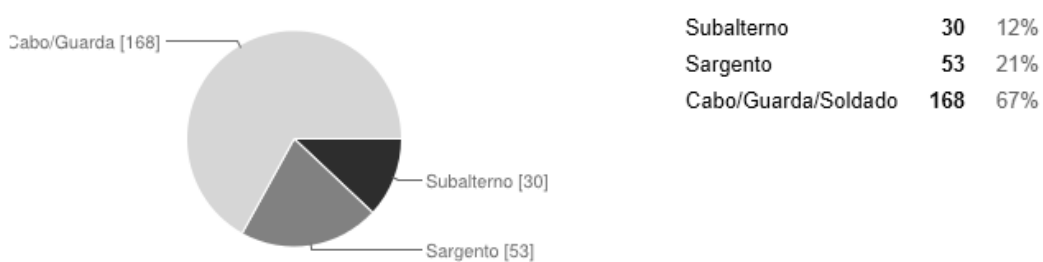


Figura 41 - Caracterização da amostra segundo o posto

Função

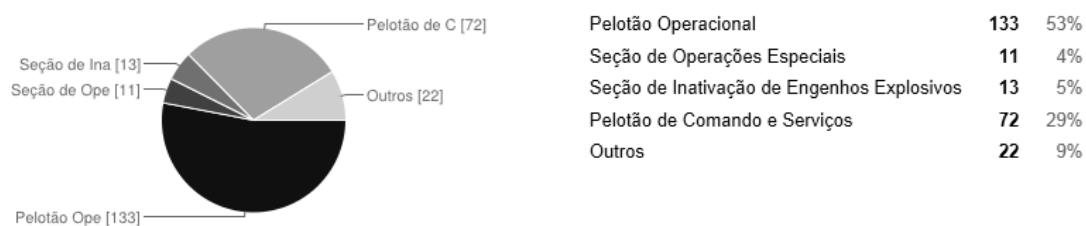


Figura 42 - Caracterização da amostra segundo a função

Apêndice M

Resultados dos questionários - frequência e percentagem

Tabela 35 - Frequência e percentagem dos resultados da questão B1

	Frequência (n)	Percentagem (%)
Polivalência e Flexibilidade	204	81%
Capacidade e Competência	190	76%
Confiança	170	68%
Experiência	142	57%
Modelo	119	47%
Interoperabilidade	102	41%
Planeamento	85	34%
Eficiência	72	29%
Outros	10	4%

Tabela 36 - Frequência e percentagem dos resultados da questão B2

	Frequência (n)	Percentagem (%)
Duplicação, Generalismo e Insuficiência	86	34%
Política	79	31%
Outros	60	24%
Material e equipamento	59	24%
Modelo	20	8%

Tabela 37 - Frequência e percentagem dos resultados da questão B3

	Frequência (n)	Percentagem (%)
Polivalência e flexibilidade	169	67%
Experiência internacional	139	55%
Capacidade de projeção	120	48%
Estatuto militar	104	41%
Outros	22	9%

Tabela 38 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C1

	Frequência (n)	Percentagem (%)
Inativação e supressão de engenhos explosivos	179	71%
Controlo da população, de refugiados e de transviados	149	59%
Missões de operações especiais	131	52%
Ocupação e defesa de pontos sensíveis	117	47%
Patrulhas de reconhecimento, ligação e contra infiltração	85	34%
Vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis	75	30%
Pesquisa, recolha e tratamento de informações	73	29%
Abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto	66	26%
Controlo de danos	62	25%
Outros	50	20%
Missões de polícia militar	49	20%
Segurança de áreas da retaguarda	44	18%

Tabela 39 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C2

	Frequência (n)	Percentagem (%)
Manutenção e restabelecimento da ordem pública	218	87%
Controlo de distúrbios civis	205	82%
Inativação de engenhos explosivos improvisados	205	82%
Realização de escoltas e segurança a altas entidades	190	76%
Segurança de pontos sensíveis	180	72%
Policimento de áreas sensíveis	177	71%
Escolta a comboios humanitários	72	29%
Busca e salvamento	47	19%
Execução de checkpoints	30	12%
Execução de honras de Estado	18	7%
Outros	14	6%

Tabela 40 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C3

Inativação de engenhos explosivos improvisados	189	75%
Manutenção e restabelecimento da ordem pública	175	70%
Controlo de distúrbios civis	166	66%
Realização de escoltas e segurança a altas entidades	132	53%
Missões de operações especiais	98	39%
Policimento de áreas sensíveis	96	38%
Segurança de pontos sensíveis	82	33%
Controlo da população, de refugiados e de transviados	77	31%
Escolta a comboios humanitários	48	19%
Outras	39	16%
Pesquisa, recolha e tratamento de informações	38	15%
Patrulhas de reconhecimento, ligação e contra infiltração	35	14%
Ocupação e defesa de infraestruturas críticas e pontos sensíveis	32	13%
Controlo de danos	26	10%
Busca e salvamento	24	10%
Missões de polícia militar	23	9%
Fiscalização da circulação, abertura e segurança de itinerários e proteção e regulação do movimento de colunas auto	23	9%
Execução de checkpoints	21	8%
Execução de honras de Estado	15	6%
Segurança de áreas da retaguarda	11	4%
Vigilância e de ligação entre forças fixas ou móveis	9	4%

Tabela 41 - Frequência e percentagem dos resultados da questão C4

	Frequência (n)	Percentagem (%)
Proximidade e confiança com a população civil	231	92%
Competência técnica	177	71%
Qualidade dos Recursos Humanos	156	62%
Interoperabilidade (civil e militar)	100	40%
Execução de maior número de missões	76	30%
Melhor equipamento	37	15%

Apêndice N

Codificação alfanumérica das entrevistas

Tabela 42 - Matriz de codificação alfanumérica das entrevistas

Codificação alfanumérica das entrevistas	
Questão A1	
“Como caracterizaria o cenário que encontrou em Timor-Leste?”	
Segmentação A1.1	Ambiente calmo
Segmentação A1.2	PNTL com função executiva
Segmentação A1.3	Atividades de patrulhamento preventivo, formação e apoio à população
Segmentação A1.4	Conflitos entre grupos e facções
Segmentação A1.5	GNR com funções executivas
Segmentação A1.6	Clima de “guerra civil”
Segmentação A1.7	PNTL na fase de transição
Segmentação A1.8	Crise política
Segmentação A1.9	Pobreza social
Segmentação A1.10	Mudança no tipo de problemas de segurança
Questão A2	
“Em que cenário/tipologia de operações enquadra a missão da GNR em Timor-Leste [2006-2012]?”	
Segmentação A2.1	Prevenção de conflitos
Segmentação A2.2	Restabelecimento da paz
Segmentação A2.3	Manutenção da paz
Segmentação A2.4	Imposição de paz
Segmentação A2.5	Consolidação da paz
Questão B1	
“Quais as características da GNR que a tornam uma força tipo <i>gendarmérie</i>?”	
Segmentação B1.1	Interoperabilidade
Segmentação B1.2	Alargada capacidade de atuação
Segmentação B1.3	Robustez
Segmentação B1.4	Capacidade física dos militares
Segmentação B1.5	Capacidade de adaptação
Segmentação B1.6	Organização interna (disciplina e cadeia de comando)
Segmentação B1.7	Capacidade para projetar unidades constituídas
Questão B2	
“Quais os fatores que contribuíram para a rápida resposta ao pedido de ajuda de Timor-Leste em	
Segmentação B2.1	Vontade política
Segmentação B2.2	Organização interna da UI
Segmentação B2.3	Capacidade de mobilização-disponibilidade/voluntariedade
Segmentação B2.4	Capacidade técnica sedimentada
Segmentação B2.5	Experiência anterior
Segmentação B2.6	Laço cultural com Timor-Leste
Questão B3	
“Quais as principais potencialidades da GNR no Teatro de Operações (TO) de Timor-Leste [2006-	
Segmentação B3.1	Capacidade militar/policial para repor a ordem
Segmentação B3.2	Capacidade física dos militares

Segmentação B3.3	Disponibilidade/prontidão dos militares
Segmentação B3.4	Cadeia hierárquica centralizada
Segmentação B3.5	Experiência anterior
Segmentação B3.6	Proximidade com a população
Segmentação B3.7	Sinergia entre especialidades
Segmentação B3.8	Flexibilidade de atuação
Questão B4	
“Quais as principais vulnerabilidades da GNR nesse TO?”	
Segmentação B4.1	Equipamento de proteção limitado
Segmentação B4.2	Efetivo limitado
Segmentação B4.3	Cadeia hierárquica centralizada
Segmentação B4.4	Dupla dependência (ONU/Portugal)
Segmentação B4.5	Demasiada liberdade dos militares
Segmentação B4.6	Limitações logísticas
Segmentação B4.7	Incerteza quanto à situação operacional
Segmentação B4.8	Exposição social
Segmentação B4.9	Rotatividade excessiva dos militares
Questão B5	
“Quais seriam as formas de exponenciar tais potencialidades e reduzir as vulnerabilidades da GNR	
Segmentação B5.1	Ajustamentos na projeção de material e homens
Segmentação B5.2	Comando direto da ONU
Segmentação B5.3	Regime de internato
Segmentação B5.4	Direcionar aprontamento para o policiamento de proximidade
Segmentação B5.5	Adaptação constante às necessidades
Segmentação B5.6	Reduzir rotatividade dos militares
Questão C1	
“Quais as principais missões policiais que desenvolveu a GNR?”	
Segmentação C1.1	Patrulhamento
Segmentação C1.2	Operações de elevada perigosidade
Segmentação C1.3	Apoio a operações de fiscalização
Segmentação C1.4	Segurança física e segurança pessoal
Segmentação C1.5	Todas as missões eram policiais
Segmentação C1.6	As presentes na carta de missão
Questão C2	
“Quais as principais missões militares que desenvolveu a GNR?”	
Segmentação C2.1	Segurança de pontos sensíveis
Segmentação C2.2	Operações em cenários de conflito
Segmentação C2.3	Controlo de danos
Segmentação C2.4	Apoio a intervenções militares
Segmentação C2.5	Nenhuma
Segmentação C2.6	Avaliação complexa
Questão C3	
“Que variáveis contribuíram para a atribuição de um espetro tão elevado de missões a	
Segmentação C3.1	Valência de polícia de natureza militar
Segmentação C3.2	Multidisciplinariedade da força
Segmentação C3.3	Flexibilidade no uso da força
Segmentação C3.4	Respeito e credibilidade pela GNR
Questão C4	
“Quais as características ideais de uma força para responder a este tipo de TO?”	

Segmentação C4.1	Características semelhantes ao Subagrupamento Bravo
Segmentação C4.2	Ajustamentos em termos de pessoal e equipamento
Segmentação C4.3	Capacidade de projeção estratégica e logística
Segmentação C4.4	Não há características ideais
Segmentação C4.5	Capacidade de adaptação às diferentes realidades
Segmentação C4.6	Características das forças tipo <i>gendarmérie</i>
Questão C5	
“Quais as características que distinguiram a GNR de outras forças a atuarem no TO?”	
Segmentação C5.1	Polivalência
Segmentação C5.2	Flexibilidade no uso da força
Segmentação C5.3	Disponibilidade
Segmentação C5.4	Competência e profissionalismo
Segmentação C5.5	Capacidade para dar formação policial e profissional
Segmentação C5.6	Autonomia logística
Segmentação C5.7	Experiência internacional anterior
Segmentação C5.8	Proximidade com a população
Segmentação C5.9	Militares com treino específico
Questão D1	
“Quais os objetivos propostos e alcançados e quais os que não foram alcançados. Porquê?”	
Segmentação D1.1	Análise complexa
Segmentação D1.2	Objetivos foram alcançados na generalidade
Segmentação D1.3	Formação da PNTL está ainda em curso

Apêndice O

Esquema representativo dos resultados das questões A1 e A2

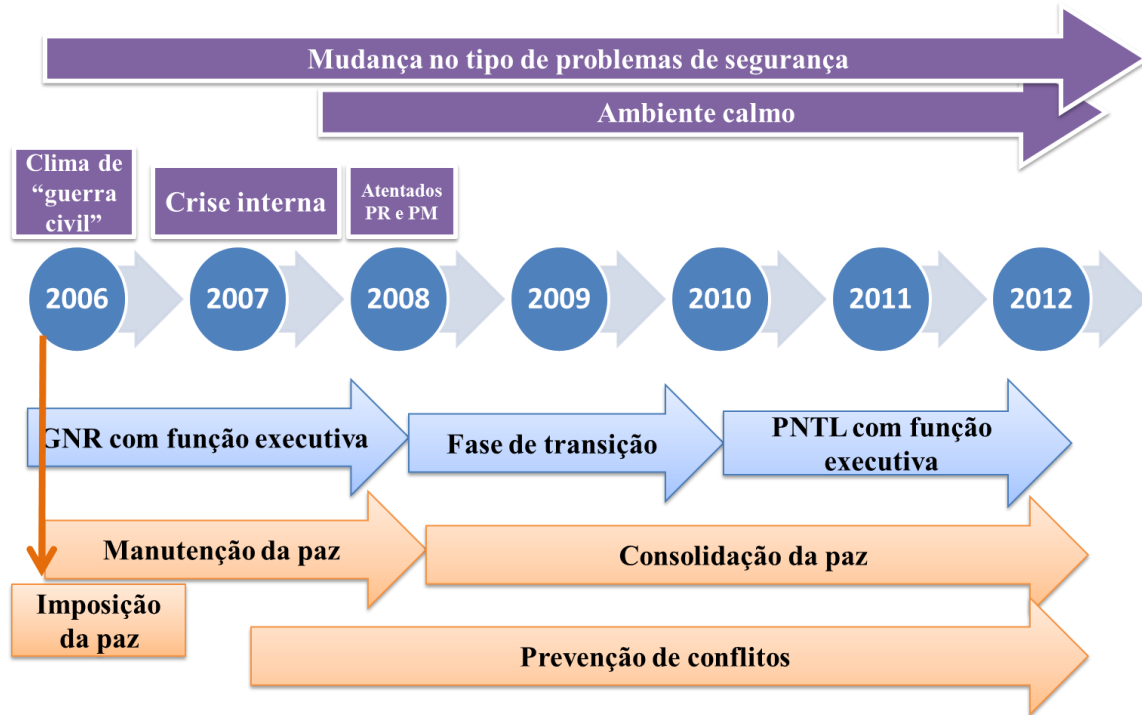


Figura 43 - Análise de resultados das questões A1 e A2

Legenda:

Clima/cenário

Função da GNR/PNTL

Tipologia da operação de paz